



Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro - 7 de Junho de 2005 - RJ

Visão do Investidor



Câmara Brasileira de
Investidores em Energia Elétrica

Claudio J. D. Sales

07 de Junho de 2005

Os Investidores Privados

CBIEE – Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica



• Os 16 Maiores Investidores Privados

• Países de Origem: Brasil, Portugal, França, E.U.A., Espanha e Bélgica

• R\$135.2 bilhões em investimentos desde Jul 1995:

- R\$ 101.5 bilhões na Privatização (*)
- R\$ 33.7 Pós-Privatização:
 - R\$ 23.1 bilhões em Distribuição
 - R\$ 10.6 bilhões em Geração (**)

• Market Share:

- Distribuição: 66%
- Geração: 28%

Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPE Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento

Contribuição de George Harrison, The Beatles

Taxman (1966)



Taxman

George Harrison, The Beatles, 1966

Let me tell you how it will be
There's one for you, nineteen for me
'Cause I'm the taxman
Yeah, I'm the taxman

Should five percent appear too small
Be thankful I don't take it all
'Cause I'm the taxman
Yeah, I'm the taxman

**(If you drive a car car) I'll tax the street
(If you try to sit sit) I'll tax your seat
(If you get too cold cold) I'll tax the heat
(If you take a walk walk) I'll tax your feet**

Taxman!
'Cause I'm the taxman
Yeah, I'm the taxman

Don't ask me what I want it for
(Ah, ah, Mr. Wilson)
If you don't want to pay some more
(Ah, ah, Mr. Heath)

Now my advise for those who die
(Taxman!)
Declare the pennies on your eyes
(Taxman!)

And you're working for no one, but me
(Taxman!)

**(If you drive a car) I'll tax the street
(If you try to sit) I'll tax your seat
(If you get too cold) I'll tax the heat
(If you take a walk) I'll tax your feet**

**Se você dirigir um carro, eu taxarei as ruas
Se você tentar sentar, eu taxarei as cadeiras
Se você sentir frio, eu taxarei os aquecedores
Se você caminhar, eu taxarei seus pés**

~~O Quinto Dois Quintos dos Infernos!!!~~



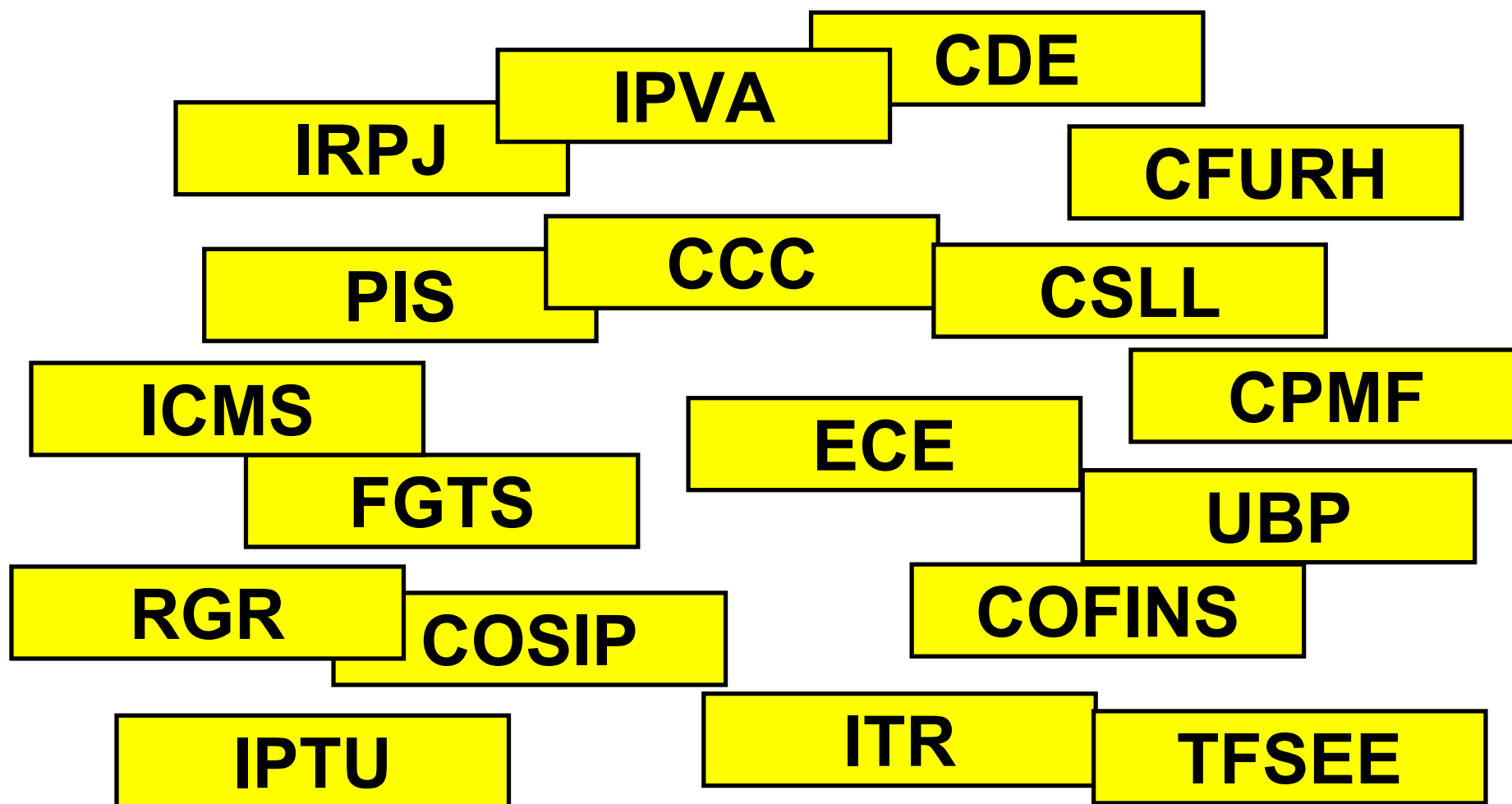
**Circula
na
internet**

“Dois Quintos dos Infernos!”

Durante o século XVIII, o Brasil Colônia pagava um alto tributo para seu colonizador, Portugal. Esse tributo incidia sobre tudo o que fosse produzido em nosso país, e correspondia a 20% da produção. Essa taxa altíssima, absurda, era chamada de “O Quinto”. Esse imposto recaía, principalmente, sobre nossa produção de ouro. O Quinto era tão odiado pelas pessoas que foi apelidado de “o quinto dos infernos”. Portugal quis, em determinado momento, cobrar os quintos atrasados de uma única vez — no episódio conhecido como A Derrama. Isso revoltou a população, gerando a Inconfidência Mineira, que teve seu ponto culminante no enforcamento do líder Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Essa história me faz pensar no presente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário — IBPT, a carga tributária brasileira deverá chegar ao final deste ano em 38% do PIB. Praticamente 2/5 (dois quintos) de nossa produção. Calcula-se que nossa capacidade tributária é de 24% do Produto Interno Bruto. Hoje, a carga tributária é o dobro daquela época da Inconfidência Mineira, ou seja, pagamos hoje dois quintos dos infernos! Só precisamos encontrar um novo Tiradentes...

Resumo do texto atribuído a Emerson Costa Lemes, contador, que circula na Internet.

A Motivação para o Fórum



Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPÉ Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento

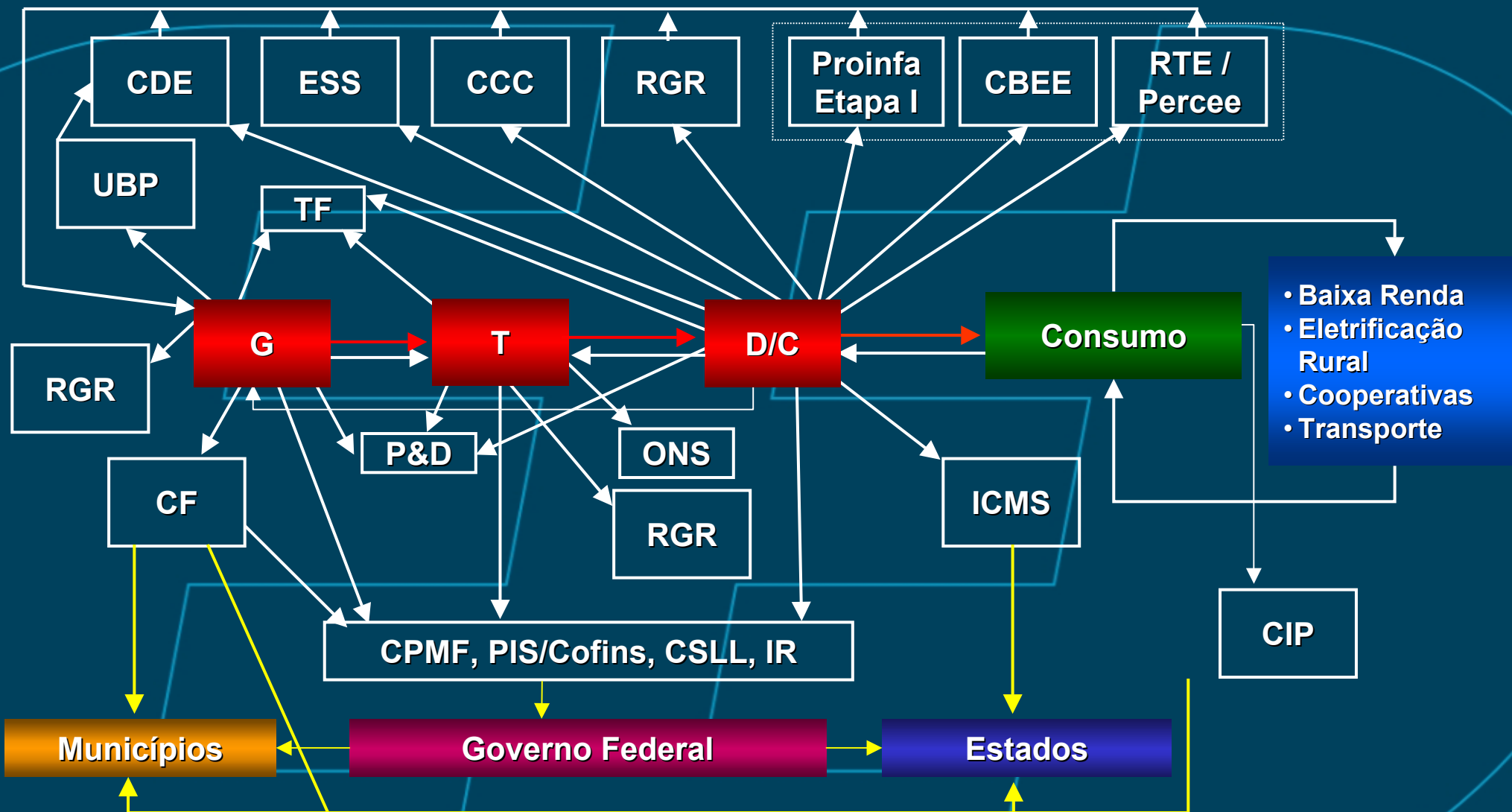
Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica

Visão do Regulador

**07 junho de 2005
Rio de Janeiro**

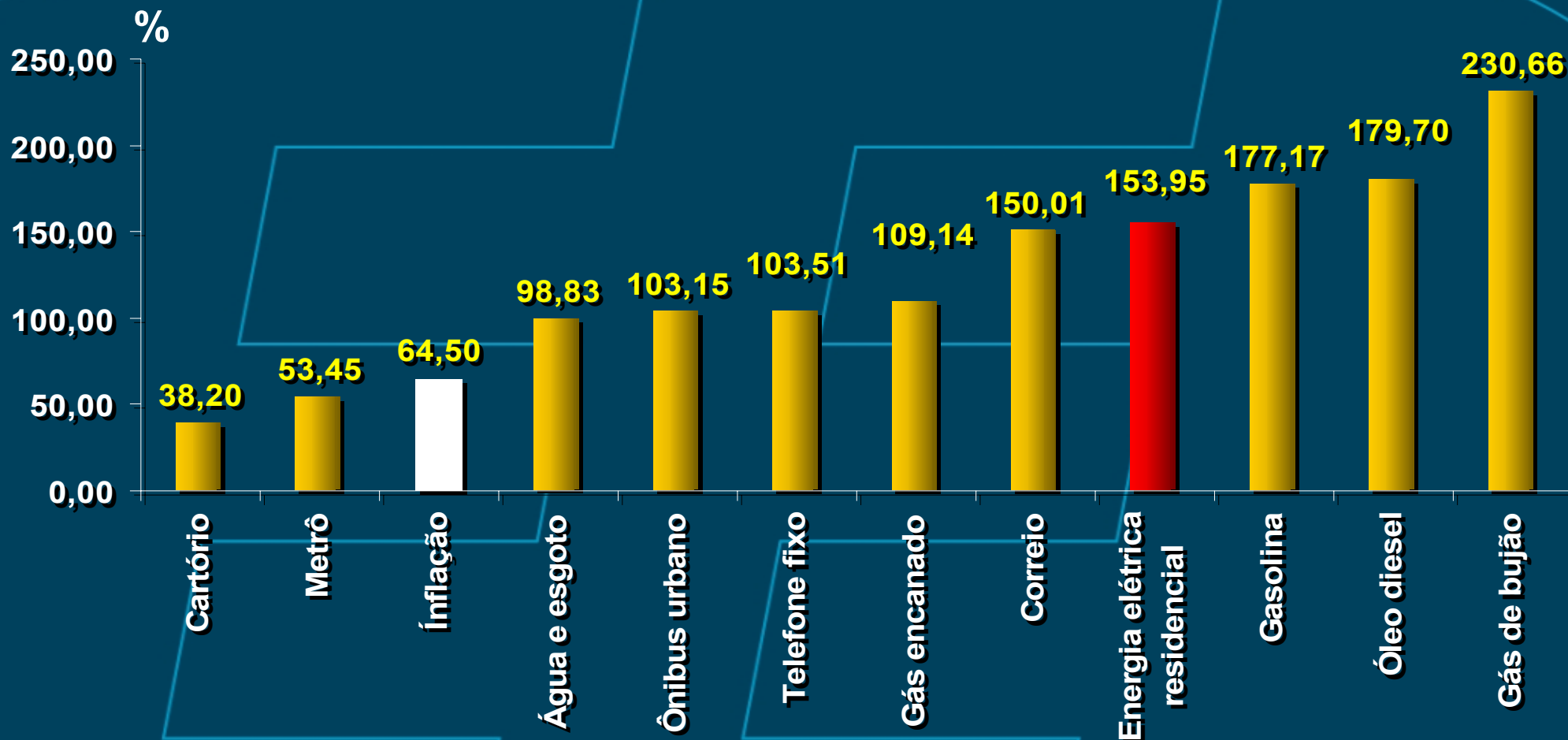
**Jerson Kelman
Diretor-Geral**

Fluxos econômicos no setor elétrico



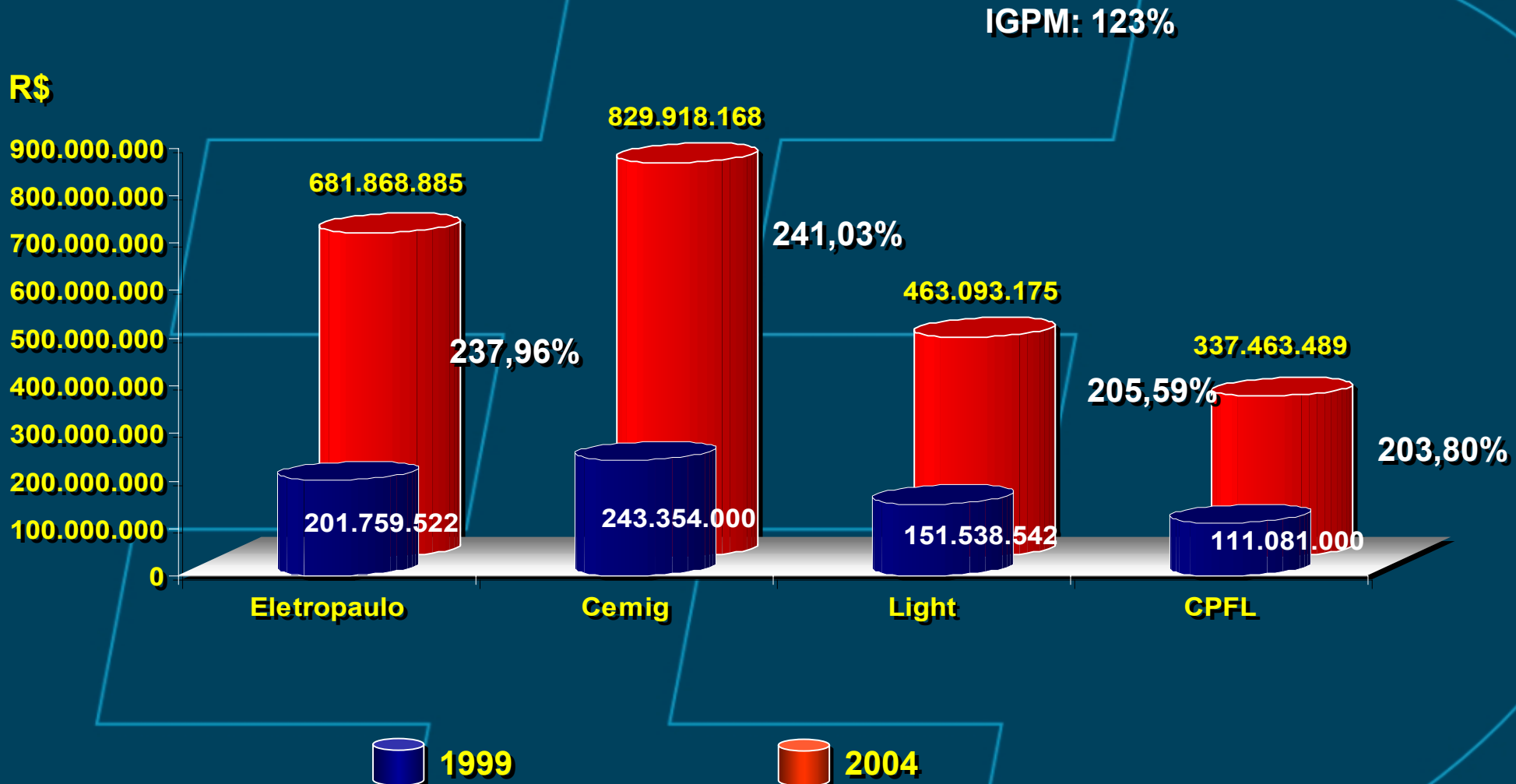
Evolução dos Preços Públicos

(1999 – 2004)



* Fonte: IBGE

Evolução dos Encargos Setoriais (1999 – 2004)



Composição da conta de luz (2005)

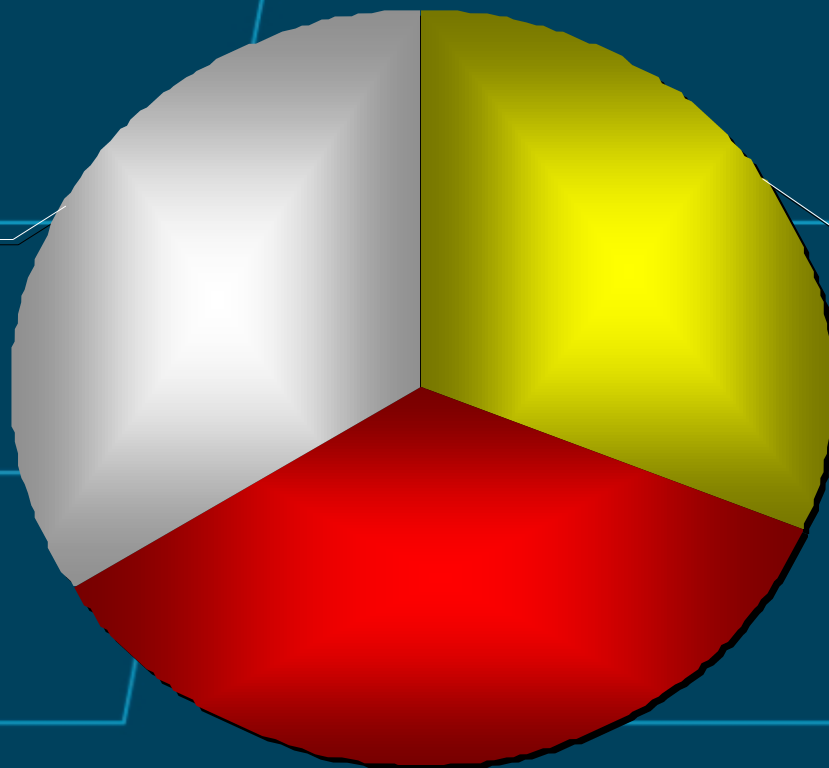
Mês	Empresa	Geração	Transmissão	Distribuição	Encargos Setor	ICMS	PIS/COFINS
4	ENERGIPE	25%	4%	37%	5%	23%	7%
4	COELCE	33%	4%	30%	5%	23%	4%
4	COELBA	27%	5%	34%	5%	21%	7%
4	RGE	37%	6%	25%	6%	21%	5%
4	AESUL	36%	7%	24%	7%	21%	5%
4	CEMAT	27%	4%	34%	6%	24%	5%
4	CEMIG	26%	6%	34%	8%	21%	5%
4	CELPE	35%	4%	25%	6%	23%	6%
Media Geral		31%	5%	30%	6%	22%	6%

Composição Média dos Preços de Energia Elétrica – 8 empresas

**Encargos
e Tributos
34%**

**Geração
31%**

**Distribuição e
Transmissão
35%**



O Peso dos Impostos e Encargos

Arrecadação na Atividade de Distribuição

Receita Total do Setor	78.000	100,00%
100% do mercado de Distribuição	Arrecadação 2004 (R\$ Milhões)	% da Receita
ICMS	R\$ 15.678	20,10%
PIS/Cofins	R\$ 3.775	4,84%
CPMF	R\$ 390	0,50%
IRPJ + CSLL	R\$ 975	1,25%
Encargos Sociais	R\$ 1.420	1,82%
CCC	R\$ 2.683	3,44%
CDE	R\$ 1.154	1,48%
ECE	R\$ 2.278	2,92%
RGR	R\$ 803	1,03%
Taxa Fiscalização Aneel	R\$ 78	0,10%
CFURH	R\$ 179	0,23%
Total	R\$ 29.414	37,71%

Fonte

ABCE	ABDIB	ABIAPE	ABRACE	ABRACEEL	ABRADEE	ABRAGE	ABRAGEF
ABRAGET	ABRATE	AMCHAM	APINE	APMPE	CBIEE	FIESP	

Crescimento da conta de luz no período 2004/2005

Mês	Empresa	Geração	Transmissão	Distribuição	Encargos Setoriais	PIS/COFINS	ICMS	Reajuste médio da conta de luz
4	ENERGIPE	12,32%	6,97%	11,62%	16,36%	139,37%	17,16%	16,84%
4	COELCE	18,04%	0,67%	8,55%	17,34%	51,56%	14,43%	23,10%
4	COELBA	8,20%	-2,14%	8,55%	17,82%	141,15%	13,61%	23,51%
4	RGE	26,18%	1,74%	19,86%	20,82%	93,47%	24,26%	14,68%
4	AES SUL	4,94%	1,42%	22,41%	11,91%	43,79%	12,01%	4,12%
4	CEMAT	3,65%	-10,06%	7,26%	23,82%	84,46%	9,26%	6,27%
4	CEMIG	12,28%	3,11%	22,04%	-10,53%	74,46%	14,97%	21,24%
4	CELPE	44,95%	-9,91%	-12,49%	20,88%	115,65%	17,40%	33,13%
Média Geral		15,52%	-1,02%	10,97%	14,80%	92,99%	15,39%	17,84%

IGPM: 11,12%

IPCA: 7,54%

CELPE

24,43%

Juiz

7,40%

Mecanismos de atualização tarifária

- **Reajuste anual**
- **Revisão tarifária periódica**
- **Revisão tarifária extraordinária**

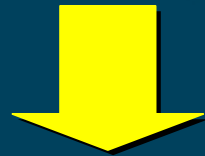
Base Legal: Lei nº 8.987/95 e Contrato de Concessão

Reajuste tarifário anual

Custos não gerenciáveis



Receita = Parcela A +



Compra de Energia

+

Encargos Tarifários

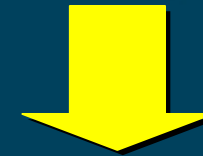
+

Transporte de Energia

Custos gerenciáveis



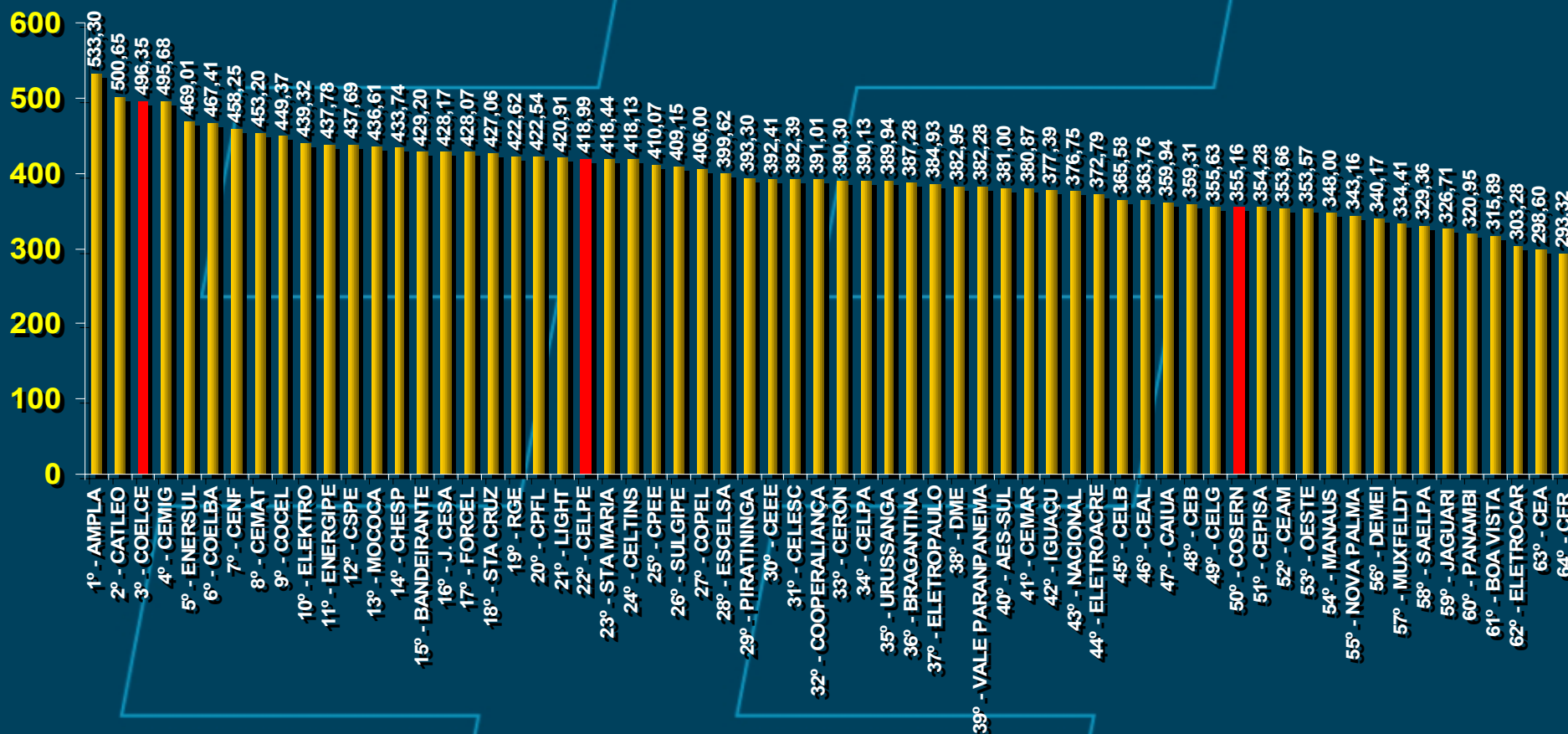
Parcela B



(IGP-M - X)

X = 0 antes da 1ª Revisão

Preço da energia elétrica residencial maio 2005



Crescimento da conta de luz ocasiona crescimento de...

- **Inadimplência + 25 projetos de lei para isentar de pagamento ou impedir desligamento**
- **Fraudes & furtos**
- **Liminares de primeira instância que revisam o cálculo tarifário feito pela ANEEL**



AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

www.aneel.gov.br

0800-727-2010

Fax: (61) 426-5705

institucional@aneel.gov.br

Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPE Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento

Carga Tributária do Setor Elétrico Distribuição*



Junho de 2005



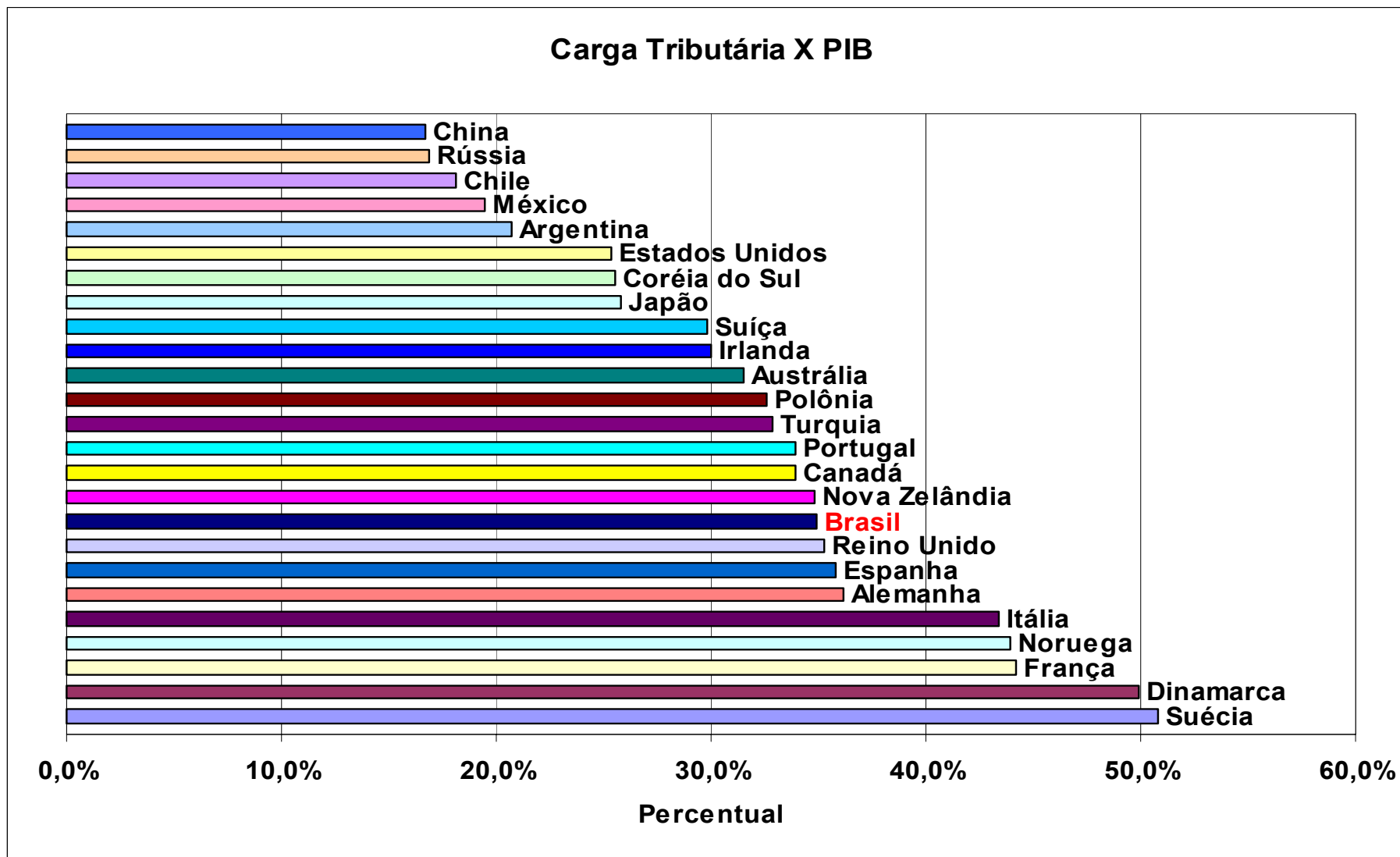
*connectedthinking

Agenda

- A Reforma Tributária - Passado e Presente
- Carga Tributária do Setor
- Projeções



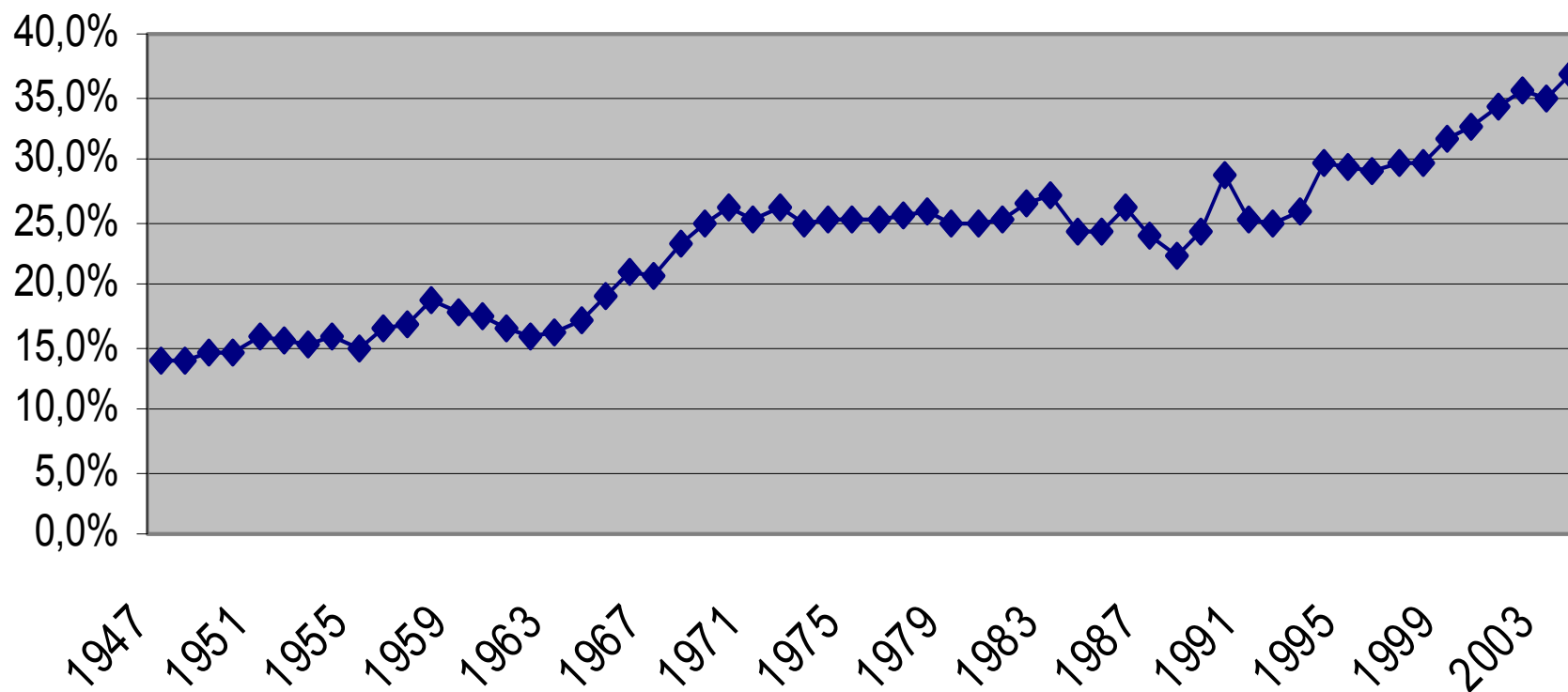
Reforma Tributária – Passado e presente



Fonte: IBPT. (Brasil: SRF. Dinamarca: OCDE)

Reforma Tributária – Passado e presente

Evolução da Carga Tributária Global: 1947-2004



Reforma Tributária – Passado e presente

Evolução da Carga Tributária Global - 1947-2004 (Em % do PIB)

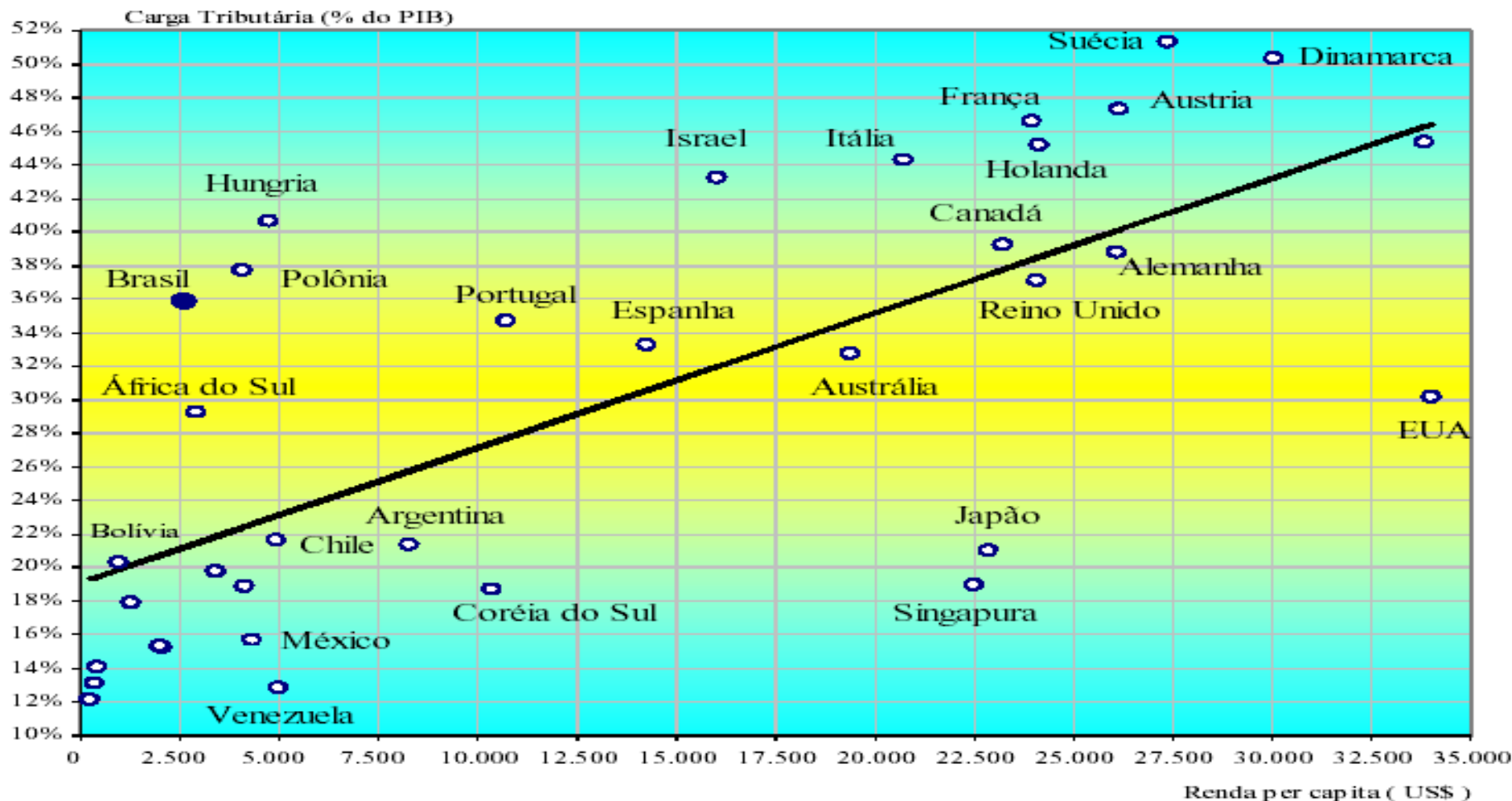
Ano	Carga	Ano	Carga	Ano	Carga	Ano	Carga
1947	13,8%	1962	15,8%	1977	25,6%	1992	25,0%
1948	14,0%	1963	16,1%	1978	25,7%	1993	25,8%
1949	14,4%	1964	17,0%	1979	24,7%	1994	29,8%
1950	14,4%	1965	19,0%	1980	24,7%	1995	29,4%
1951	15,7%	1966	20,9%	1981	25,3%	1996	29,1%
1952	15,4%	1967	20,5%	1982	26,3%	1997	29,6%
1953	15,2%	1968	23,3%	1983	27,0%	1998	29,6%
1954	15,8%	1969	24,9%	1984	24,3%	1999	31,7%
1955	15,0%	1970	26,0%	1985	24,1%	2000	32,7%
1956	16,4%	1971	25,3%	1986	26,2%	2001	34,1%
1957	16,7%	1972	26,0%	1987	23,8%	2002	35,6%
1958	18,7%	1973	25,0%	1988	22,4%	2003	34,9% *
1959	17,9%	1974	25,1%	1989	24,1%	2004	36,8% **
1960	17,4%	1975	25,2%	1990	28,8%		
1961	16,4%	1976	25,1%	1991	25,2%		

* SRF

** IBPT

Fonte: IBGE

Reforma Tributária – Passado e presente



Fonte: Amir Khair. Dados Primários - FMI

Tributação de Energia – visão econômica

- **Tributação da energia como política fiscal**
- **A tributação da energia pode atingir objetivos distintos:**
 - 1. Redistribuição da renda**
 - 2. Criação de novas novas rendas
(tributação dos recursos naturais)**
 - 3. Redução do consumo**
 - 4. Mudança da matriz energética**
 - 5. Aumentar as receitas públicas
(transferência de renda do setor privado para o público)**

Inovações na Legislação Tributária

- **Modificações legislativas implementada nos últimos anos:**
- **Sistema tributário**
 - Emenda Constitucional 18/65: introduz novo sistema tributário. Alterou impostos, competências e arrecadação.
 - CTN/66: baseado na EC 18, fixa normas gerais de direito tributário.
 - Constituição Federal de 1988: descentralização e autonomia de Estados e Municípios.
 - LC 104 e 105/2001: desconsideração de negócios jurídicos simulados e quebra do sigilo bancário.

Inovações na Legislação Tributária

- **Modificações legislativas implementada nos últimos anos:**
- **Impostos e Contribuições**
 - Lei 7.713/88: institui tributação do IRPF em bases correntes.
 - Lei 9.249/95: IR sobre lucros auferidos no exterior (bases universais).
 - Lei 9.430/96: instituição do preço de transferência.
 - Lei 10.637/2002: institui o PIS não-cumulativo
 - Lei 10.833/2003: institui a COFINS não-cumulativa
 - Lei 10.684/2003 : aumento para 32% da base de cálculo estimada da CSLL das prestadoras de serviços. Aumento da COFINS das instituições financeiras.

Inovações na Legislação Tributária

- **Modificações legislativas implementada nos últimos anos:**
- **Contribuições:**
 - EC 20/98: ampliação da base de cálculo do PIS/COFINS (incidência sobre receitas).
 - EC 33/01: contribuições sociais e de intervenção incidentes sobre importação de combustíveis.
 - EC 37/02: prorrogação da CPMF até 31.12.2004.
 - EC 39/02: cria contribuição municipal p/ custeio iluminação pública
 - Lei 10.168/2000: institui CIDE- Royalties.
 - Lei 10.336/2001: institui CIDE-combustível.
 - Lei 10.454/2002: institui CIDE – CONDECINE.

Inovações na Legislação Tributária

- **Modificações legislativas implementada nos últimos anos:**
- **Contribuições:**
 - EC 41/03: constitucionalização do PIS/COFINS não-cumulativos e sobre a importação de mercadorias e serviços; contribuição social previdenciária sobre o faturamento; etc.
 - Lei 10.865/04 - PIS/COFINS sobre a importação; restrição a créditos sobre despesas financeiras e encargos de depreciação, restringindo a não-cumulatividade das Leis 10.637/02 e 10.833/03

Inovações na Legislação Tributária

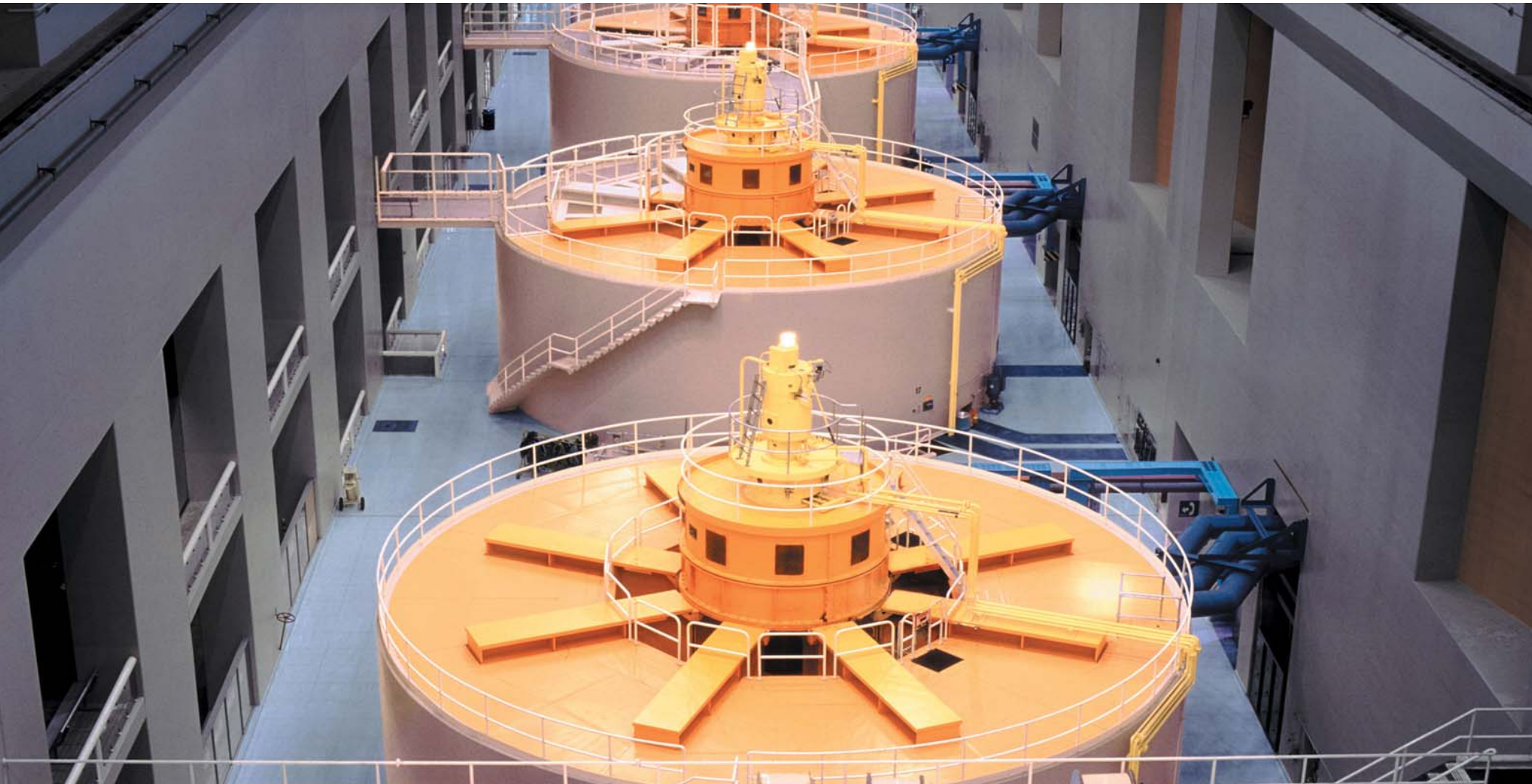
- **Conseqüências das reformas implementadas nos últimos anos:**
- **Para o fisco:**
 - Melhora sensível nos níveis de arrecadação de tributos
 - PIB: de 29% (1998) para 36 % (2004) . Causa principal:
 - Tributação sobre receita (PIS/COFINS, IR/LUCRO PRESUMIDO, REFIS, SIMPLES, CPMF, IPI, ICMS, ISS).

• Fonte: IBPT

Inovações na Legislação Tributária

- **Consequências das reformas implementadas nos últimos anos:**
- **Para as empresas do setor:**
 - Aumento da tributação em cascata. Impacto reduzido da não-cumulatividade.
 - Dupla tributação sobre a mesma base de cálculo.
 - Grande volume de obrigações acessórias.
 - Alíquotas elevadas.
 - Reduzido universo de contribuintes.

Carga Tributária/Fiscal - Distribuidoras Evolução e Projeções



Evolução da Carga Tributária

- Impostos, Contribuições e Encargos – **oneram a tarifa em média 35,25%**

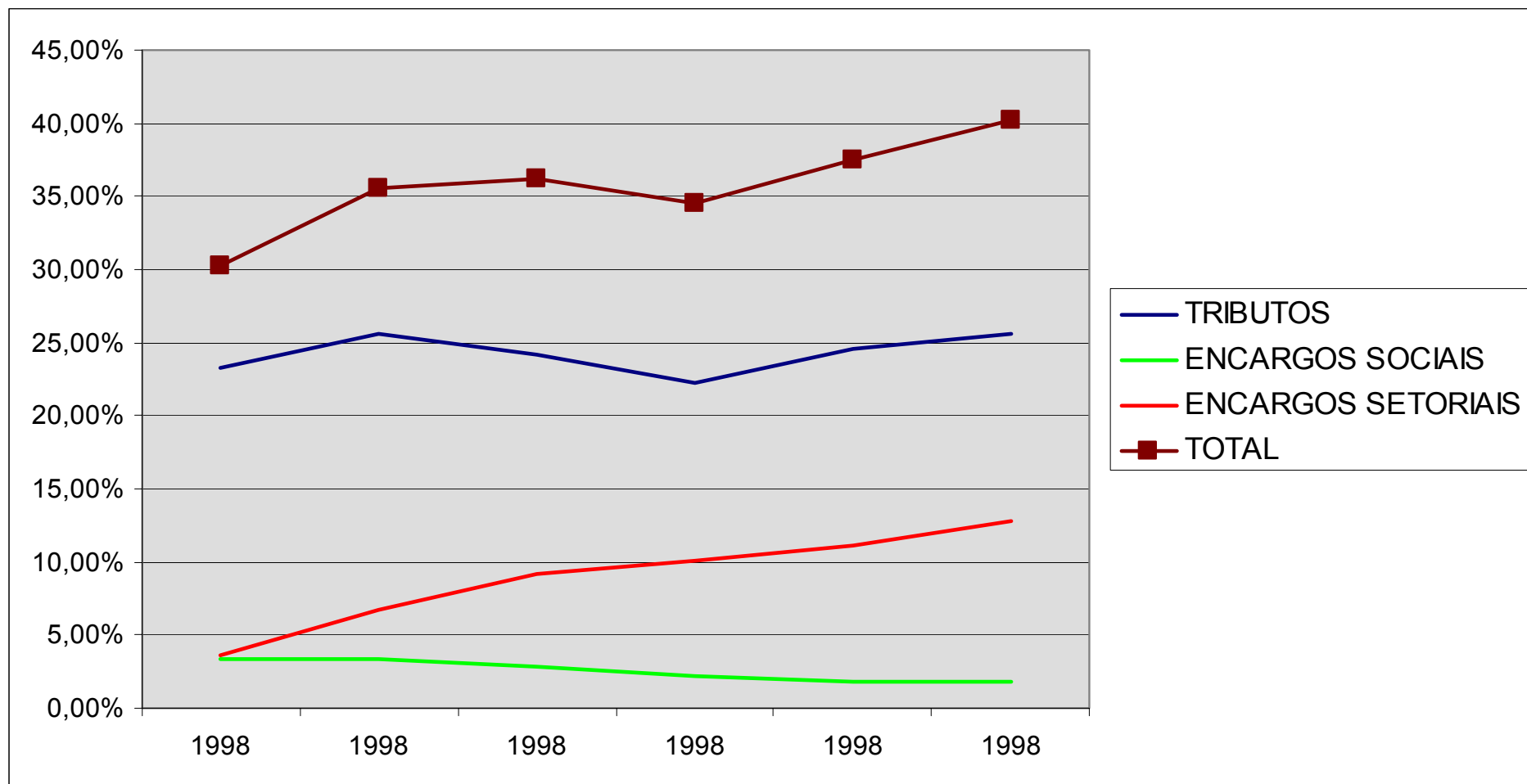
Em Milhões R\$						
Descrição	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Receita Bruta	30.134	34.010	41.480	51.117	54.016	63.649
Tributos	1998	1999	2000	2001	2002	2003
ICMS	19,33%	19,85%	19,36%	16,23%	18,78%	19,72%
PIS	0,40%	0,61%	0,61%	0,63%	0,74%	1,05%
COFINS	1,85%	2,81%	2,84%	2,91%	3,07%	3,13%
CPMF	0,26%	0,31%	0,42%	0,41%	0,50%	0,46%
INSS + FGTS + outros encargos	3,37%	3,31%	2,80%	2,14%	1,81%	1,81%
IRPJ	0,98%	1,52%	0,68%	1,49%	1,05%	0,88%
CSL	0,42%	0,45%	0,26%	0,57%	0,41%	0,38%
Subtotal	26,61%	28,86%	26,97%	24,38%	26,36%	27,43%
Encargos	1998	1999	2000	2001	2002	2003
CCC	1,99%	2,57%	3,48%	3,62%	3,45%	2,86%
CDE	-	-	-	-	-	1,60%
RGR	1,41%	1,63%	1,38%	1,14%	1,09%	1,07%
TFSEE	0,20%	0,18%	0,17%	0,17%	0,14%	0,13%
ECE	-	-	-	-	1,34%	2,16%
ONS	-	-	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%
Subtotal	3,60%	4,39%	5,04%	4,94%	6,03%	7,82%
Carga Tributos + Encargos	30,21%	33,25%	32,01%	29,32%	32,39%	35,25%
ESS	-	-	0,32%	1,05%	0,35%	0,27%
URB	-	2,36%	3,87%	4,14%	4,80%	4,70%
Subtotal	-	2,36%	4,19%	5,19%	5,15%	4,97%
TOTAL	30,21%	35,61%	36,20%	34,51%	37,54%	40,22%

Carga Tributária Histórica

- Evolução da Carga tributária sobre o Setor

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
• Carga (trib+encargos)	30,2%	33,25%	32,01%	29,32%	32,39%	35,25%
ESS + UBP	2,36%	4,19%	5,19%	5,15%	4,97%	
• Carga Total	30,2%	35,61%	36,20%	34,51%	37,54%	40,22%
• Impostos, Contribuições e Encargos – oneram a tarifa em média	40,22%					
• Custos de Geração, Distribuição e Transmissão + Margem =	59,78%					

Evolução da Carga Tributária



Projeções

- Premissas e Condições
- 1 A carga tributária no Novo Modelo interfere marginalmente no setor;
- 2 O segmento distribuidor é o “caixa” do sistema;
- 3 Dados de 31 das 44 afiliadas à Abradee;
- 4 Dados reais informados pelas associadas de 1998 a 2003 e dados disponibilizados pela CVM;
- 5 ICMS contabilizado nas DF's de 2003 (alíquota efetiva média de 20,7%);
- 6 Projeção de nova alíquota de ICMS para 25%;
- 7 Desconsidera a possibilidade de acréscimo de 5%, permitido para 4 bens sob escolha da autoridade fazendária, por 3 anos;

Projeções

- Premissas e Condições
- 8 Dados reais dos encargos setoriais informados pelas associadas de 1998 a 2003;
- 9 Base para projeção do Faturamento – Reajustes já concedidos para 28 empresas. Zero para as demais. Em 2005 – para aquelas com reajuste de 2004, reajustes *pro rata die* e zero para as demais.
- 10 Base para projeção dos Tributos – Dados reais de 2003 e alterações na Legislação Tributária;

Projeções

- Premissas e Condições
- 11 Base para projeção dos Encargos Setoriais:
 - 11.1 CCC e CDE – Valores reais definidos pelas Res. Aneel para 2004 e mantidos os percentuais sobre a receita bruta para 2005
 - 11.2 RGR e TFSEE – Valores reais dos atos da Aneel, *pro rata mês*. Para o período remanescente, mesmos valores mensais.
- 12 INSS e FGTS – Aplicação das alíquotas sobre os valores de folha de pagamento constantes dos balanços sociais das empresas da amostra. Projeção para 2004 mantidos os percentuais sobre a receita bruta. Projeção para 2005 com base na redação do art. 195 § 12 da CF (EC 42/2003).

Projeções

- Premissas e Condições
- 13 A CS previdenciária sobre o faturamento (art. 195, § 12 da CF, em vigor)
- Impacto - prejudica as maiores empresas, cuja base de incidência - custo de mão-de-obra - é proporcionalmente menor que a média de outros setores da economia – Efetuamos o crédito desse insumo -**Relação Folha x Faturamento**
 - **$2,6\% \times \text{FOPAG} (-) 2,6\% \times \text{FAT} = 22\% \times \text{FOPAG}$**
 - **$2,6\% \text{ FAT} = 22\% \text{ FOPAG} + 2,6\% \text{ FOPAG}$**
 - **$2,6\% \text{ FAT} = 24,6\% \text{ FOPAG}$**
 - **$\text{FAT} = \underline{24,6 \text{ FOPAG}}$**

Projeções - Carga Tributária Futura

- Impostos, Contribuições e Encargos – **passariam a onerar entre 43% e 47%**

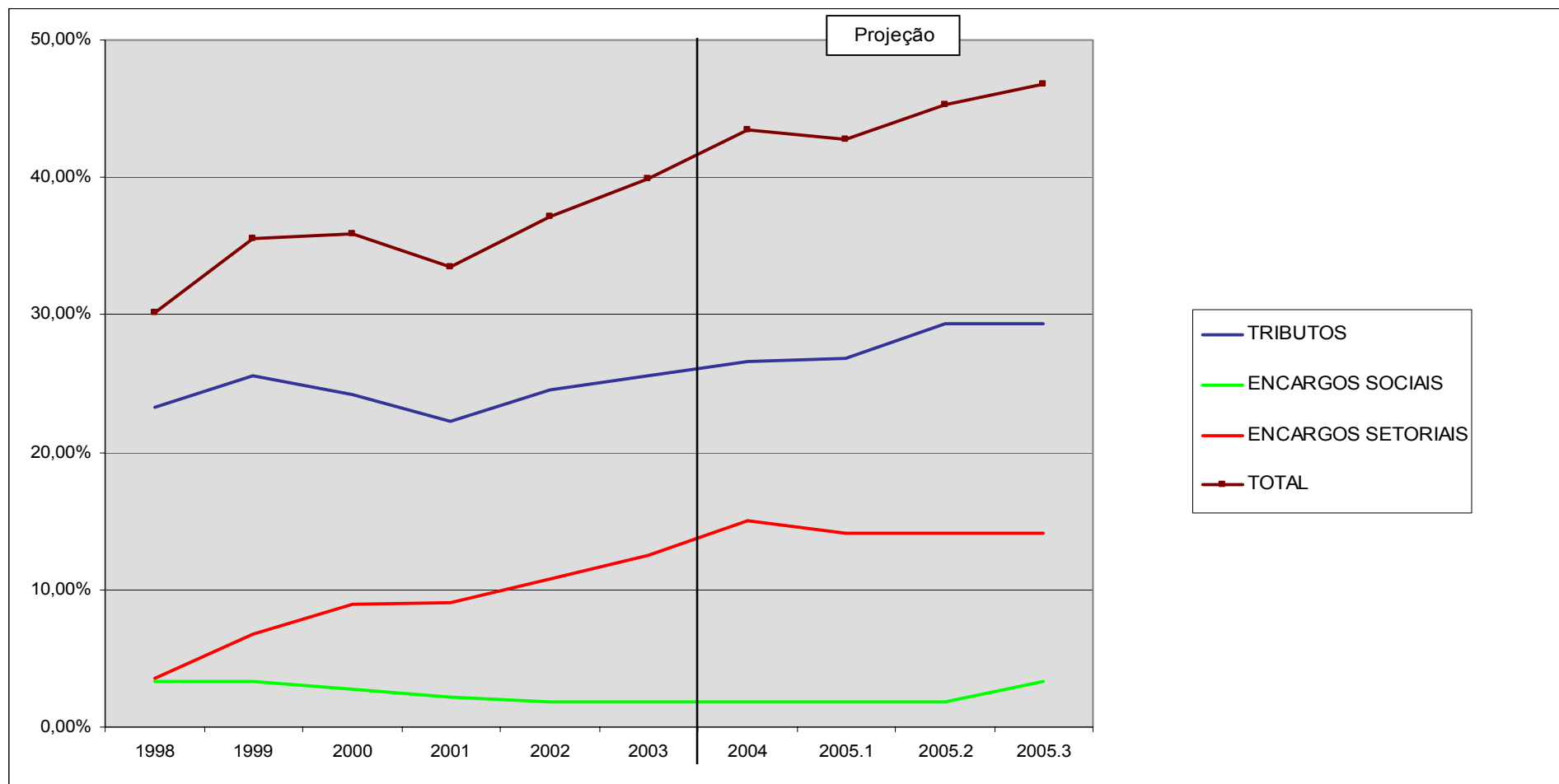
Descrição	2002	2003	2004	2005.1	2005.2	2005.3
Receita Bruta	54.016	63.649	74.108	79.370	79.370	79.370
Tributos						
ICMS	18,78%	19,72%	19,30%	19,33%	<u>21,81%</u>	<u>21,81%</u>
PIS	0,74%	1,05%	1,07%	<u>1,09%</u>	<u>1,09%</u>	<u>1,09%</u>
COFINS	3,07%	3,13%	4,78%	<u>5,02%</u>	<u>5,02%</u>	<u>5,02%</u>
CPMF	0,50%	0,46%	0,39%	0,38%	0,38%	0,38%
INSS + FGTS + outros	1,81%	1,81%	1,84%	1,84%	1,84%	<u>3,30%</u>
IRPJ	1,05%	0,88%	0,75%	0,70%	0,70%	0,70%
CSL	0,41%	0,38%	0,33%	0,30%	0,30%	0,30%
Subtotal	26,36%	27,43%	28,46%	28,86%	31,14%	32,60%
Encargos						
CCC	3,45%	2,86%	3,96%	4,10%	4,10%	4,10%
CDE	-	1,60%	1,83%	1,85%	1,85%	1,85%
RGR	1,09%	1,07%	1,00%	0,86%	0,86%	0,86%
TFSEE	0,14%	0,13%	0,15%	0,15%	0,15%	0,15%
ECE	1,34%	2,16%	2,82%	2,16%	2,16%	2,16%
ONS	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Subtotal	6,03%	7,82%	9,76%	9,12%	9,12%	9,12%
Tributos + Encargos	32,39%	35,25%	38,22%	38,05%	39,96%	41,72%
ESS	0,35%	0,27%	0,23%	0,22%	0,22%	0,22%
URB	4,80%	4,70%	5,21%	5,03%	5,03%	5,03%
Subtotal	5,15%	4,97%	5,44%	5,25%	5,25%	5,25%
TOTAL	37,54%	40,22%	43,66%	43,30%	45,21%	46,97%

Carga Tributária Histórica

- Efeitos parciais da impossibilidade de créditos sobre encargos de depreciação e não cumulatividade (Lei nº 10.865/04 de agosto a dezembro)

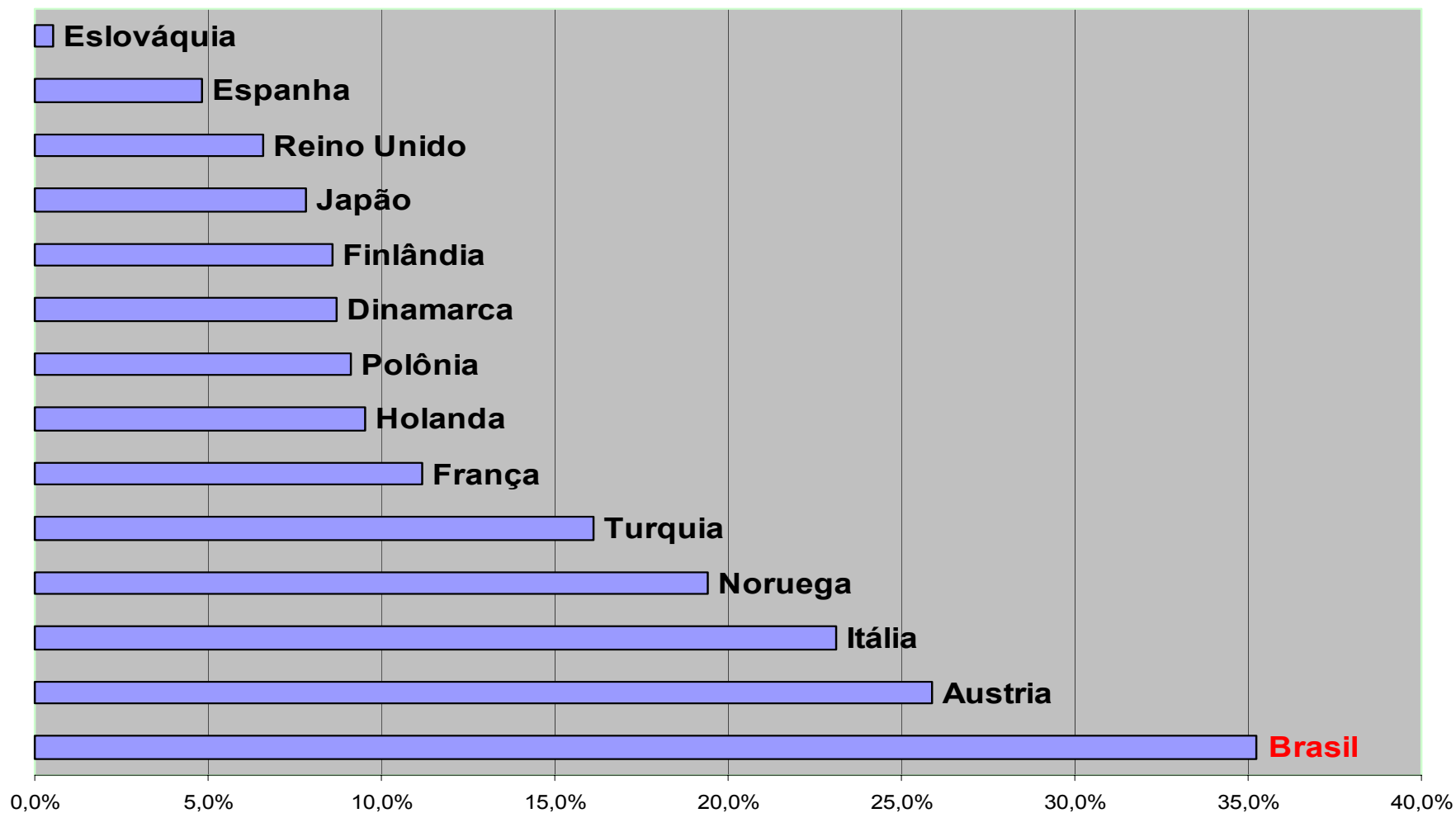
	2000	2001	2002	2003	2004
• Carga (trib+encargos)	32,01%	29,32%	32,39%	35,25%	38,22%
ESS + URB	4,19%	5,19%	5,15%	4,97%	5,44%
• Carga Total	36,20%	34,51%	37,54%	40,22%	43,66%
• Principais Impactos (carga efetiva)					
• PIS	1,05%	1,07%			
• COFINS	3,13%		4,78%		

Carga Tributária Futura



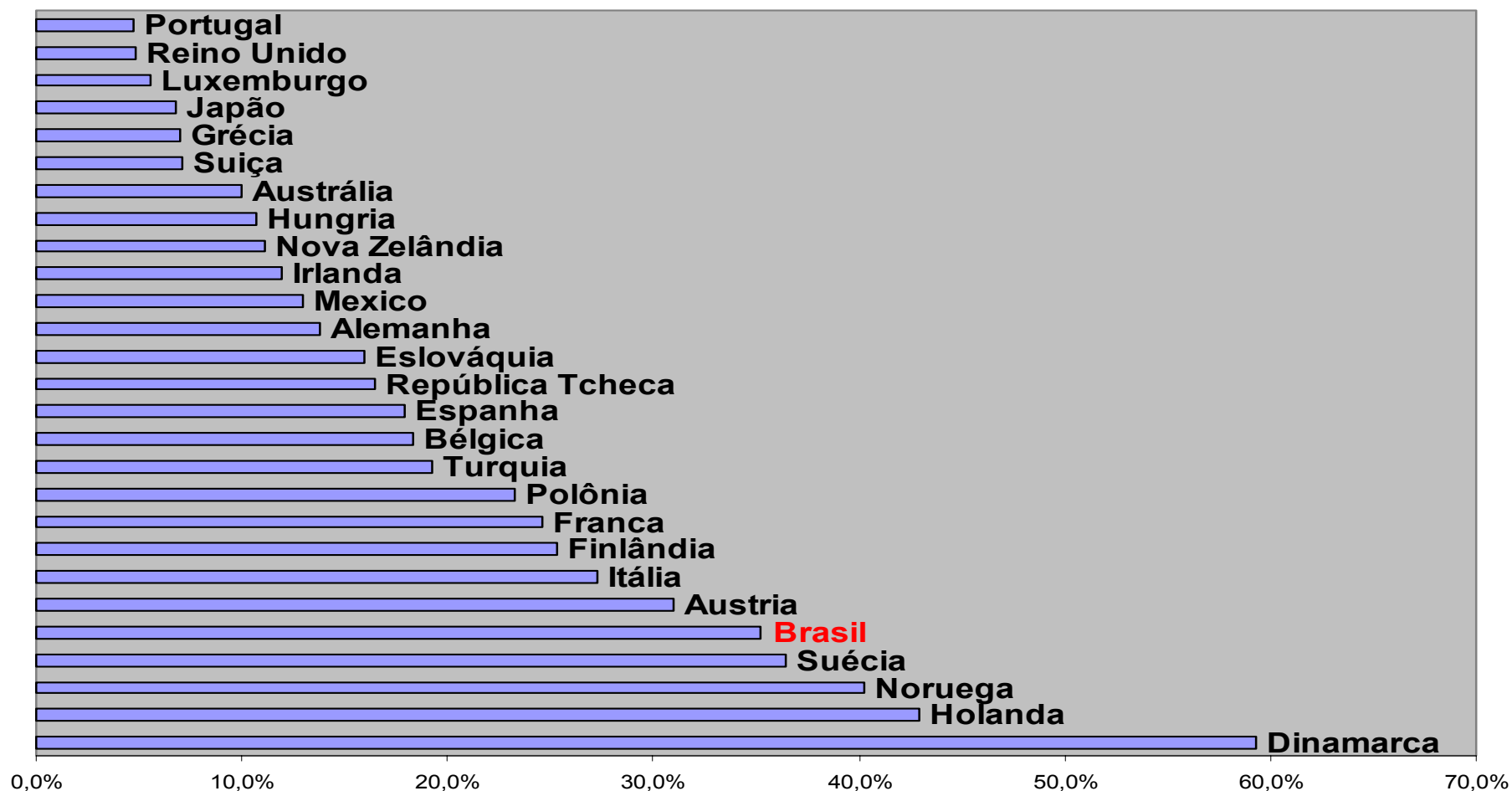
Carga Tributária

Comparativo - carga tributária – consumidores industriais



Carga Tributária

Comparativo - carga tributária - consumidores residenciais



Contribuição Regional do Setor

PERCENTUAIS SOBRE ARRECADAÇÃO TOTAL EM 2003						
Em R\$ Milhões						
Tributos	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
ICMS						
Arrecadação total	6.230	17.066	10.189	65.350	20.374	119.210
Arrecadação setor	305	1.447	971	7.316	2.515	12.554
Percentual	4,90%	8,48%	9,53%	11,19%	12,34%	
IRPJ						
Arrecadação total	952	1.336	3.499	24.210	3.333	33.329
Arrecadação setor	-	38	32	432	55	557
Percentual	0,00%	2,87%	0,92%	1,78%	1,65%	
CSL						
Arrecadação total	498	965	2.092	11.153	1.919	16.626
Arrecadação setor	-	14	12	195	21	241
Percentual	0,00%	1,41%	0,57%	1,75%	1,07%	
PIS						
Arrecadação total	542	1.018	1.546	10.384	1.957	15.447
Arrecadação setor	28	50	63	368	147	657
Percentual	5,19%	4,90%	4,10%	3,54%	7,52%	
COFINS						
Arrecadação total	1.508	3.251	3.994	34.547	7.409	50.707
Arrecadação setor	51	207	156	1.151	399	1.964
Percentual	3,40%	6,37%	3,89%	3,33%	5,39%	
CPMF						
Arrecadação total	57	287	6.139	14.947	1.616	23.046
Arrecadação setor	20	33	20	171	48	292
Percentual	34,30%	11,43%	0,33%	1,14%	2,98%	
TOTAL ARRECADAÇÃO POR REGIAO						
	9.786	23.922	27.459	160.591	36.607	258.366
TOTAL ARRECADAÇÃO DO SETOR						
	404	1.789	1.255	9.633	3.185	16.265
PERCENTUAL TOTAL						
	4,13%	7,48%	4,57%	6,00%	8,70%	

Contribuição do Setor ao Brasil

Valor Agregado do Setor Elétrico/PIB

Participação Percentual do Valor Agregado sobre o PIB - 2003

Percentual dos Serviços industriais de utilidade pública - SIUP sobre o PIB	3,80%
--	--------------

Percentual do Setor Elétrico em relação ao SIUP	90,00%
---	--------

Percentual total do Setor Elétrico no PIB	3,42%
--	--------------

Percentuais das receitas sobre o total do faturamento:

- Geração	30,20%
-----------	--------

- Transmissão	5,60%
---------------	-------

- Distribuição	64,20%
-----------------------	---------------

Percentuais das receitas sobre o PIB:

- Geração	1,03%
-----------	-------

- Transmissão	0,19%
---------------	-------

- Distribuição	2,20%
-----------------------	--------------

Contribuição do Setor ao Brasil

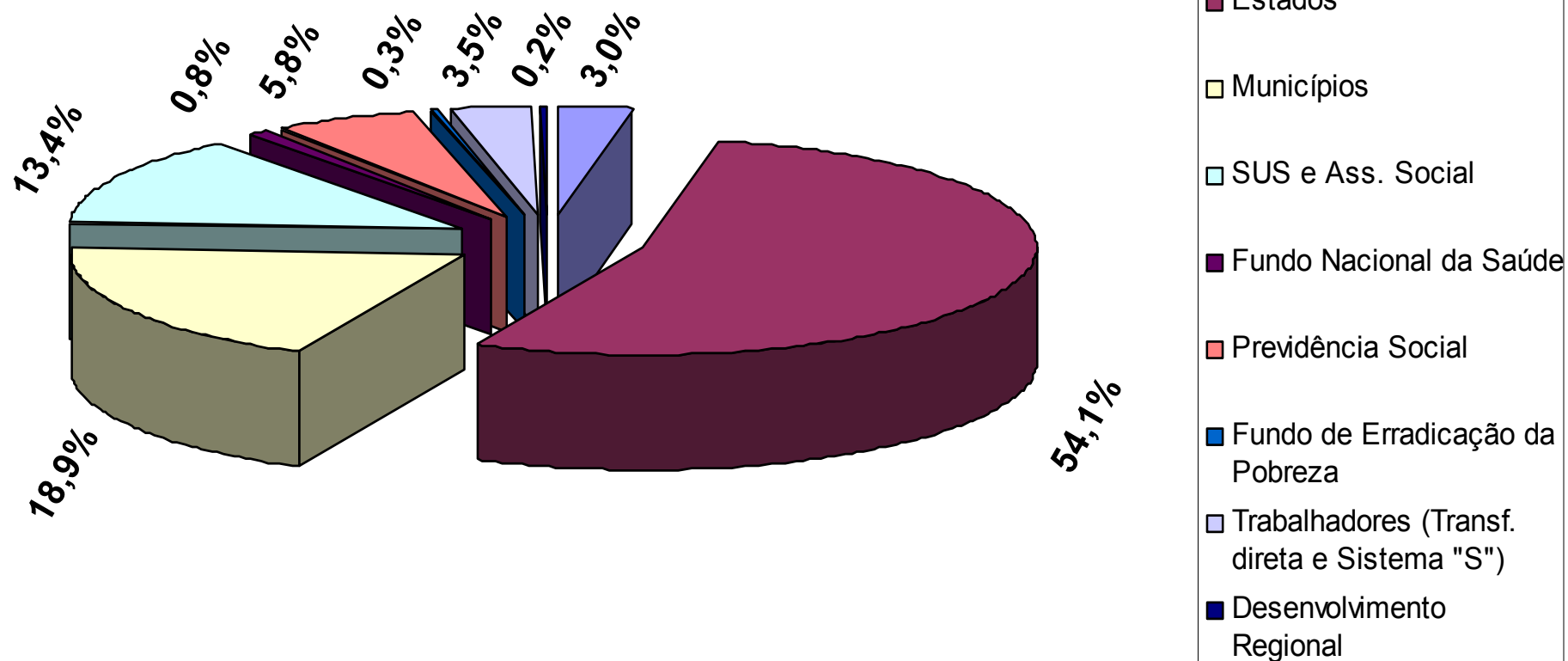
Em R\$ Milhões

Descrição	Arrecadação Brasil	Percentual/ PIB	Arrecadação Setor 2003	Percentual setor/Brasil
IRPJ	33.833	2,23%	557	0,60%
COFINS	59.564	3,93%	1.990	3,30%
INSS	86.590	5,72%	625	0,74%
PIS	17.336	1,14%	669	3,79%
CSL	16.749	1,11%	241	1,44%
CPMF	23.047	1,52%	292	1,27%
ICMS	119.210	7,87%	12.554	10,53%
Subtotal	356.329	23,52%	16.928	4,75%
Carga Tributária Total	546.968	36,11%		
PIB 2003	1.514.924			

- O valor agregado pelo setor é de aproximadamente 2,20%

Contribuição do Setor de Distribuição

Distribuição da Arrecadação Tributária



Impactos Potenciais na Carga Tributária

- **Impactos Potenciais**

Poderá haver aumento da carga tributária do ICMS e do PIS e COFINS:

a) ICMS

- A carga do setor analisada em nossa amostra era da ordem de aproximadamente **R\$ 12,5 bilhões** para 2003.
- Para 2004, estima-se arrecadação em torno de **R\$ 14,3 bilhões**, um acréscimo de **R\$ 1,7 bilhões**, ou **14%**
- Com o impacto da reforma e nivelamento de alíquota a 25%, inclusive em relação a diferentes classes de consumidores, é estimado para 2005 uma tributação da ordem de **R\$ 17,2 bilhões**.
- O aumento da arrecadação (dos Estados) seria da ordem de **R\$ 3 bilhões**, aproximadamente 20% adicionais.

Impactos Potenciais na Carga Tributária

- **Impactos Potenciais**

- b) PIS/COFINS

- A carga do setor (amostra) era da ordem de aproximadamente **R\$ 2,65 bilhões** em 2003.
 - Com o PIS/COFINS não-cumulativo, a arrecadação tende a crescer para montante aproximado de **R\$ 4,33 bilhões** em 2004.
 - Desde agosto de 2004, com a restrição de créditos da Lei nº 10.865/04, de depreciação principalmente, além do retorno da tributação apenas sobre o faturamento, a arrecadação tende a crescer para **R\$ 4,84 bilhões** em 2005.
 - Poderá haver aumento da arrecadação da ordem de aproximadamente **R\$ 2,19 bilhões**, ou seja, em torno de **80%** em relação a 2003.

Impactos Potenciais na Carga Tributária

- **Impactos Potenciais**

- c) Encargos Setoriais

- O total de encargos setoriais incidentes sobre a amostra em 2003 foi da ordem de **R\$ 4,9 bilhões**.
- A projeção para 2005 indica a incidência da ordem de **R\$ 7,2 bilhões**.
- O acréscimo previsto poderá ser da ordem de **R\$ 2,3 bilhões**, ou aproximados **45%**.

Impactos Potenciais na Carga Tributária

- **Impactos potenciais**

- c) Encargos Sociais

- A regulamentação da Contribuição Social previdenciária sobre o faturamento (art. 195, § 12 da Constituição Federal em vigor), com alíquota de 2,6% sobre o faturamento, poderá aumentar o ônus do INSS de **R\$ 733 milhões** em 2004 para **R\$ 1,945 milhões** em 2005, o que representaria um aumento de **165%**.

Reforma Tributária e Setor Elétrico

Impactos potenciais

- Poderá haver aumento da carga tributária do setor, caso todas as premissas se confirmem, da ordem de **R\$ 11 bilhões**, em relação ao efetivo em 2003
- Se considerarmos as apenas as alterações da Lei 10.865/04 nas distribuidoras, o aumento médio em 2005 poderá ser de aproximadamente **5,5%**, em relação a 2004.
- Se considerarmos o acréscimo de PIS e COFINS e a unificação do ICMS, o aumento médio poderá ser de aproximadamente **11%** em relação a 2004
- **Se considerarmos a regulamentação do art. 195 § 12 à razão de 2,6%, além do PIS/COFINS e ICMS, o aumento médio poderá ser de 15%, também em relação a 2004**

Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPE Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento



ABRADEE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

As Tarifas de Energia Elétrica e os Tributos e Encargos

Luiz Carlos Guimarães
PRESIDENTE DA ABRADDEE

7 de junho de 2005



ABRADEE

**A tarifa brasileira é elevada?
Como ela se compara a de outros países?**

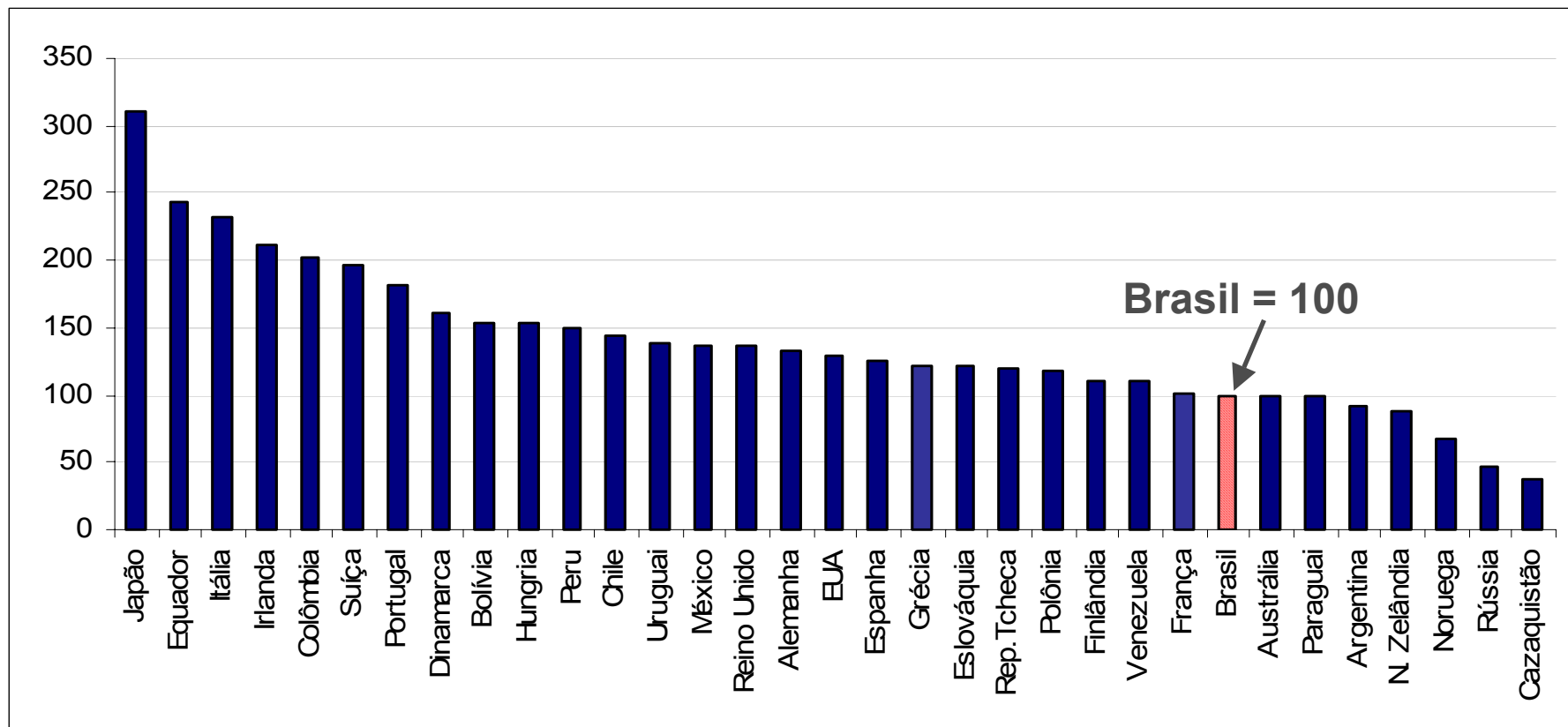


ABRADEE

Tarifa Média de Fornecimento Industrial (Sem ICMS)

Comparação Internacional de Tarifas

•Tarifa Industrial Brasileira é uma das mais Competitivas



Fontes: Aneel, Cier e IEA - 2003. Elaboração: Tendências Consultoria
Câmbio real médio de 1998-2002 – Índice da Tarifa Média de Fornecimento

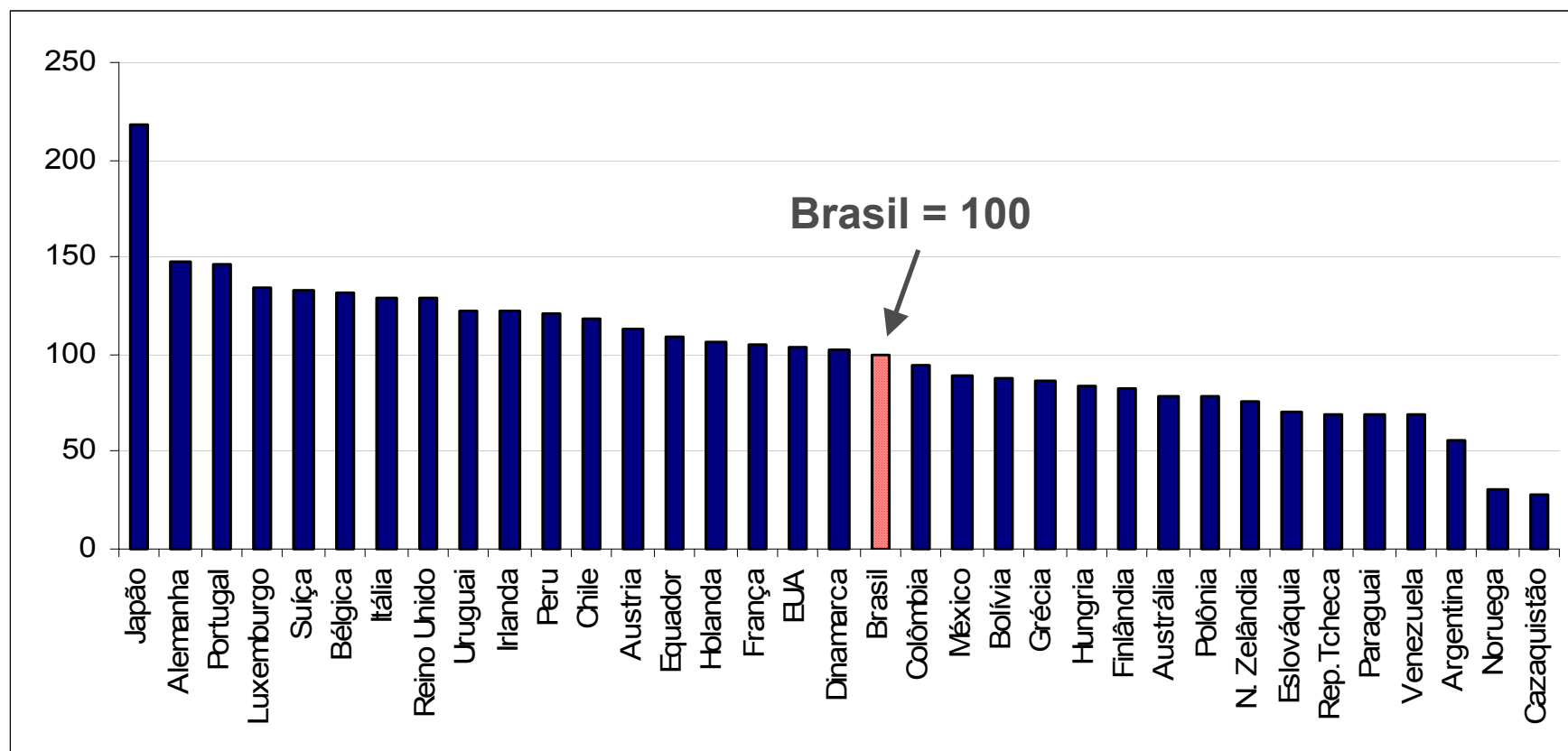


ABRADEE

Tarifa Média de Fornecimento Residencial (Sem ICMS)

Comparação Internacional de Tarifas

•Tarifa Residencial Brasileira é Competitiva



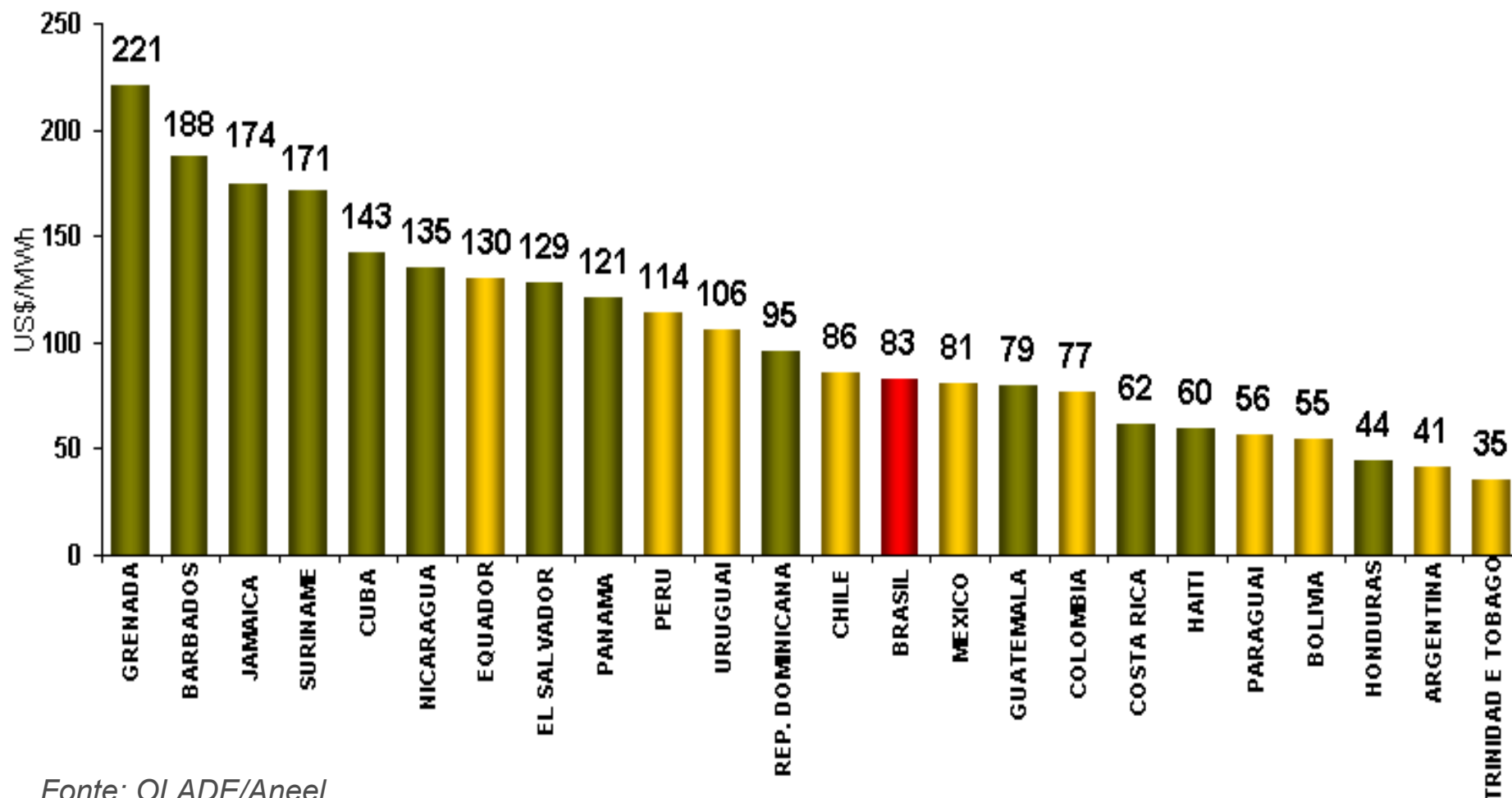
Fontes: Aneel, Cier e IEA - 2003. Elaboração: Tendências Consultoria
Câmbio real médio de 1998-2002 – Índice da Tarifa Média de Fornecimento



Tarifa Média Residencial (Com Impostos): Dez/2003 Comparação

ABRADEE Internacional de Tarifas: Países da América Latina e Caribe

•Pesquisa Olade confirma: Tarifa residencial é competitiva



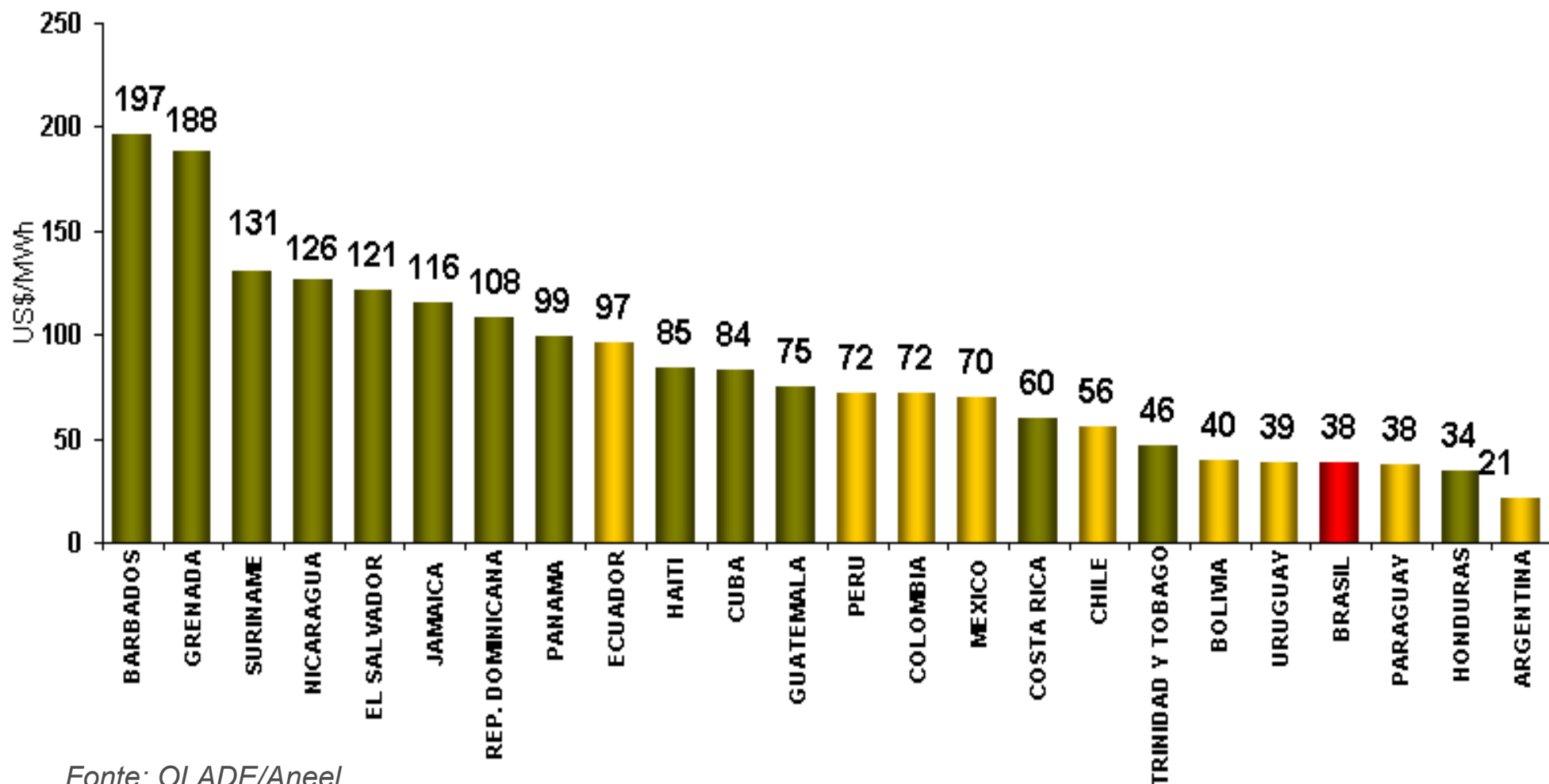
Fonte: OLADE/Aneel



Tarifa Média Industrial (Com Impostos): Dez/2003 Comparação

ABRADEE Internacional de Tarifas: Países da América Latina e Caribe

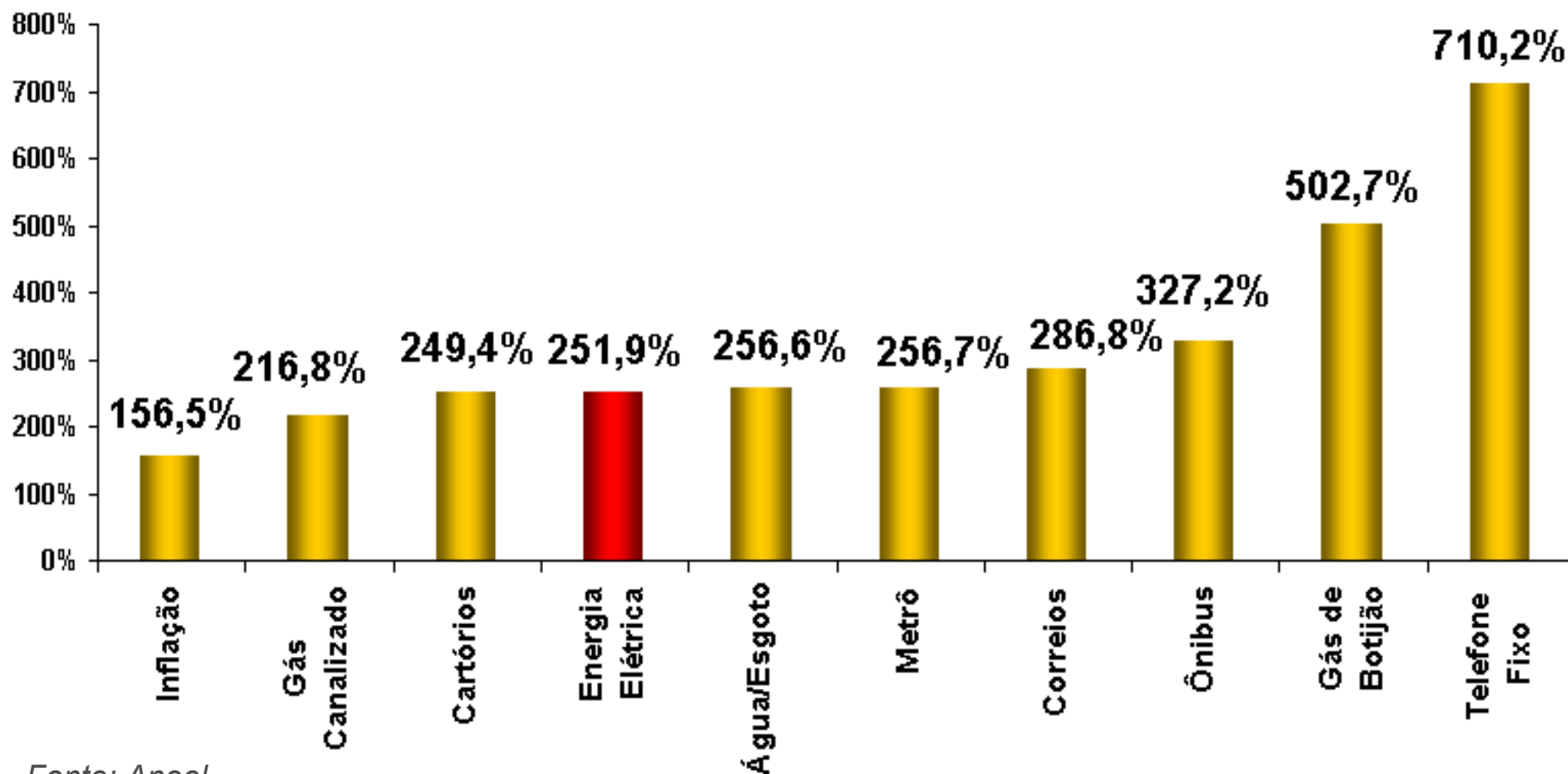
•Pesquisa Olade confirma: Tarifa industrial é mais competitiva



Variação das Tarifas de Energia Elétrica

Comparação com a Variação dos Preços Públicos

•Dados do Relatório do TCU e IBGE (julho-1994 a dezembro-2004)



Fonte: Aneel



ABRADEE

A Questão Tarifa x Renda

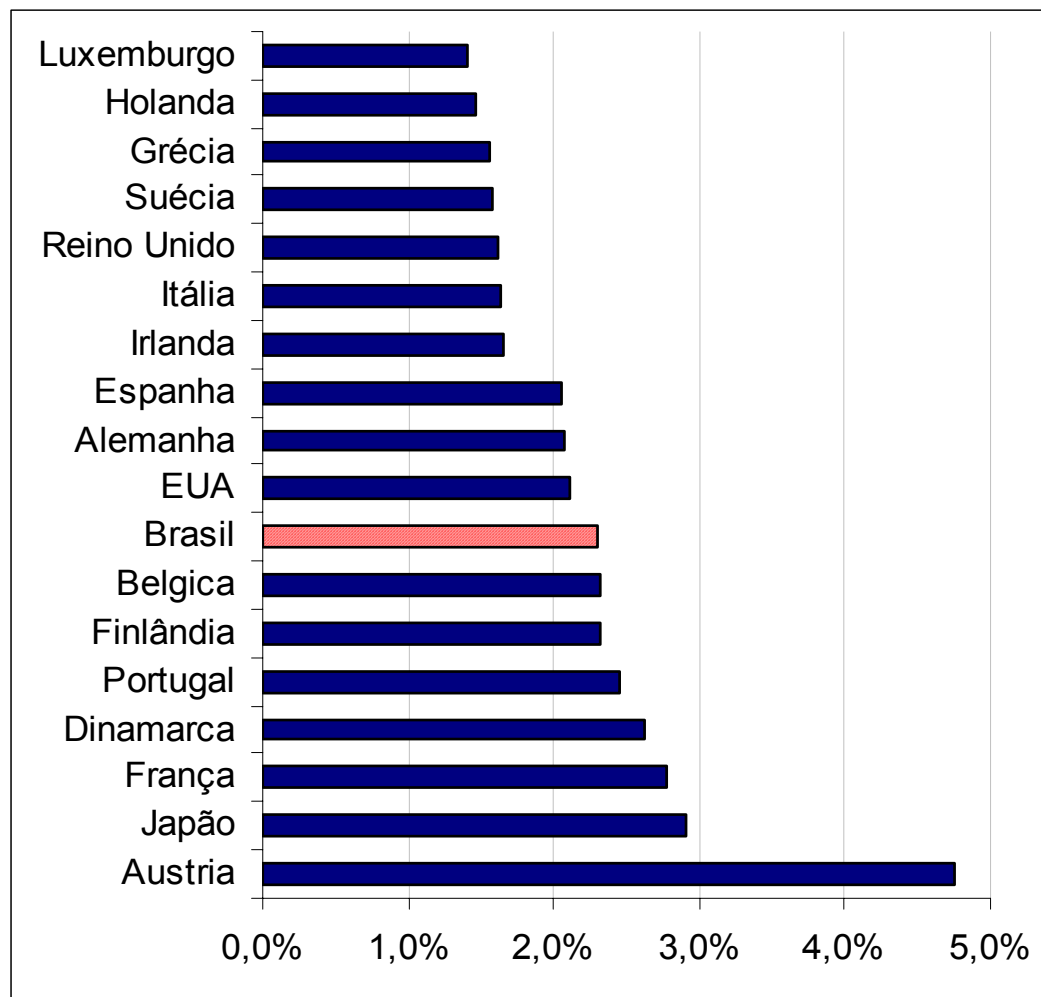


ABRADEE

Dispêndios em Energia Elétrica (%) no Orçamento das Famílias

Comparação Internacional

•Dispêndios com energia elétrica posicionados na média internacional



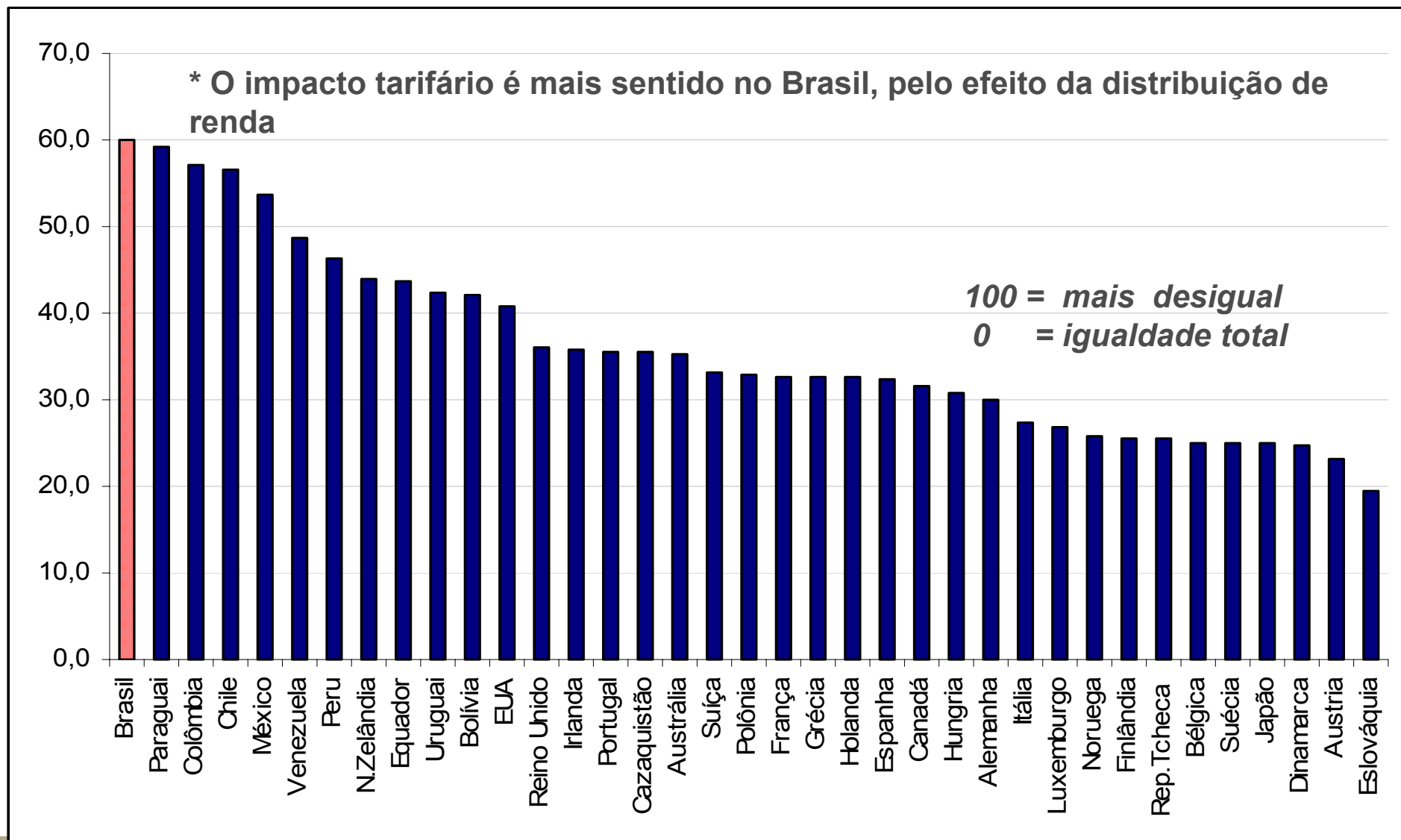
Fonte: Eurostat (países europeus), Bureau of Labor Statistics (EUA), Statistics Bureau (Japão), IBGE (Brasil).



ABRADEE

Perfil do Consumidor Residencial Brasileiro

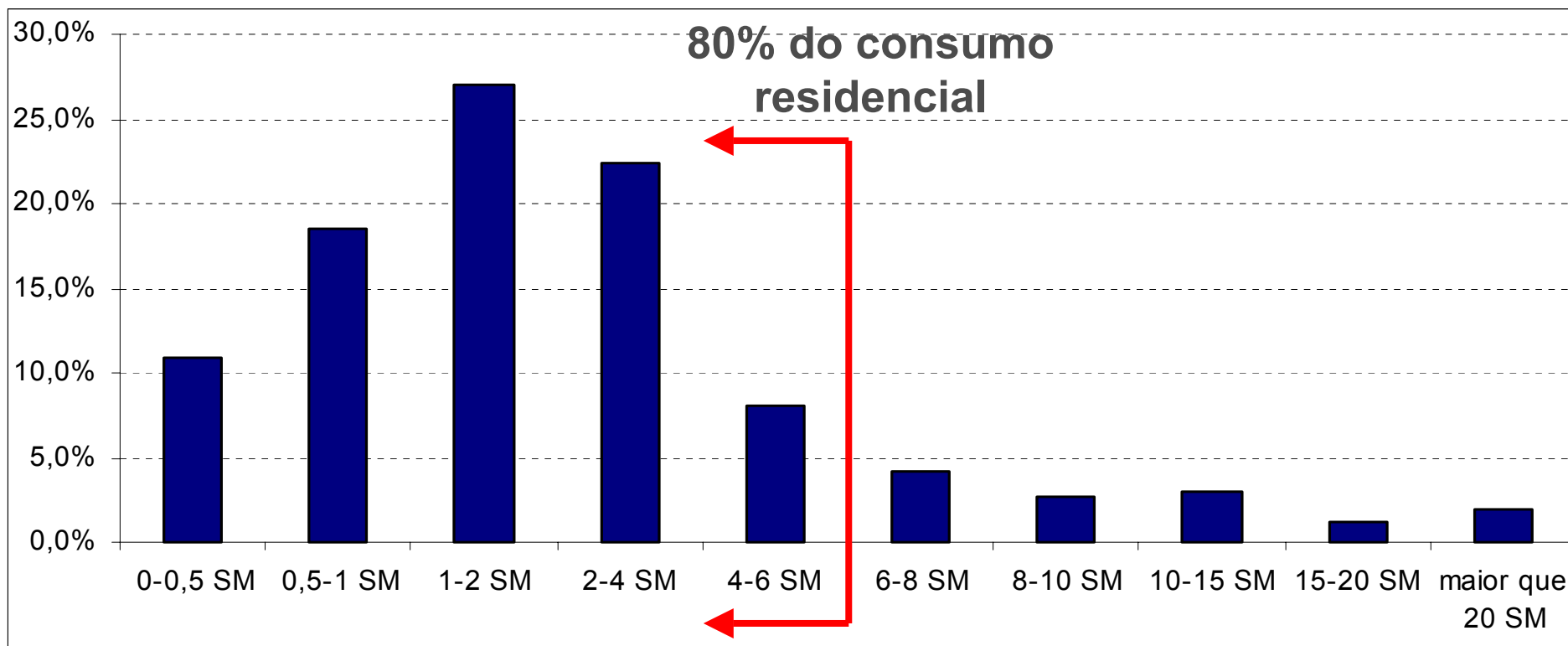
Distribuição de Renda (Índice de GINI): Banco Mundial (2003)



Perfil do Consumidor Residencial Brasileiro

Famílias Classificadas (%) por Renda *per capita*

- Maior parte do consumo residencial situa-se em famílias com renda per capita de 1-2 SM



Obs: SM = salários mínimos.

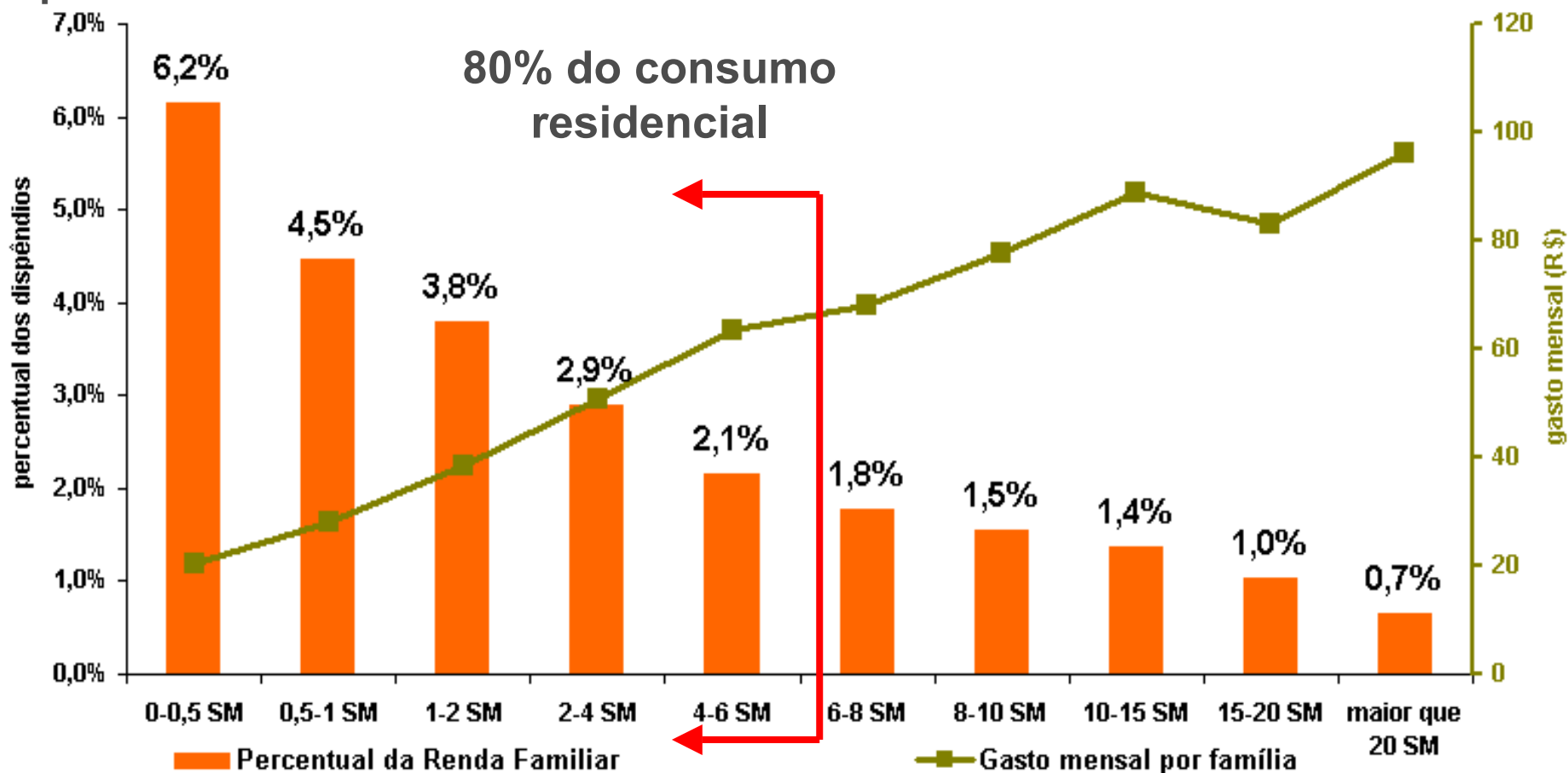
Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003. Elaboração: Tendências.



Dispêndio em Energia Elétrica (%) no Orçamento das Famílias

ABRADEE Gasto Mensal: Classificação por Renda *per capita*

- Impacto de 3,8% da renda mensal familiar para famílias com renda per capita de 1-2 SM



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Tarifa de Energia Elétrica, Impostos e Encargos



ABRADEE

Fatores que afetam a modicidade das tarifas

Espaços para se alcançar a modicidade tarifária



Fatores que Afetam a Modicidade das Tarifas

- O nível das tarifas é determinado por um conjunto de fatores, com destaque para:
 - ✓ Disponibilidade de Capital a baixo custo
 - ✓ Disponibilidade de Recursos Energéticos
 - ✓ Características do Mercado
 - ✓ Eficiência Operacional dos Agentes
 - ✓ Qualidade e à Confiabilidade do Fornecimento
 - ✓ Natureza e estabilidade do Marco Regulatório
 - ✓ Políticas Social e Ambiental
 - ✓ Política Tributária e de Encargos Setoriais



ABRADEE

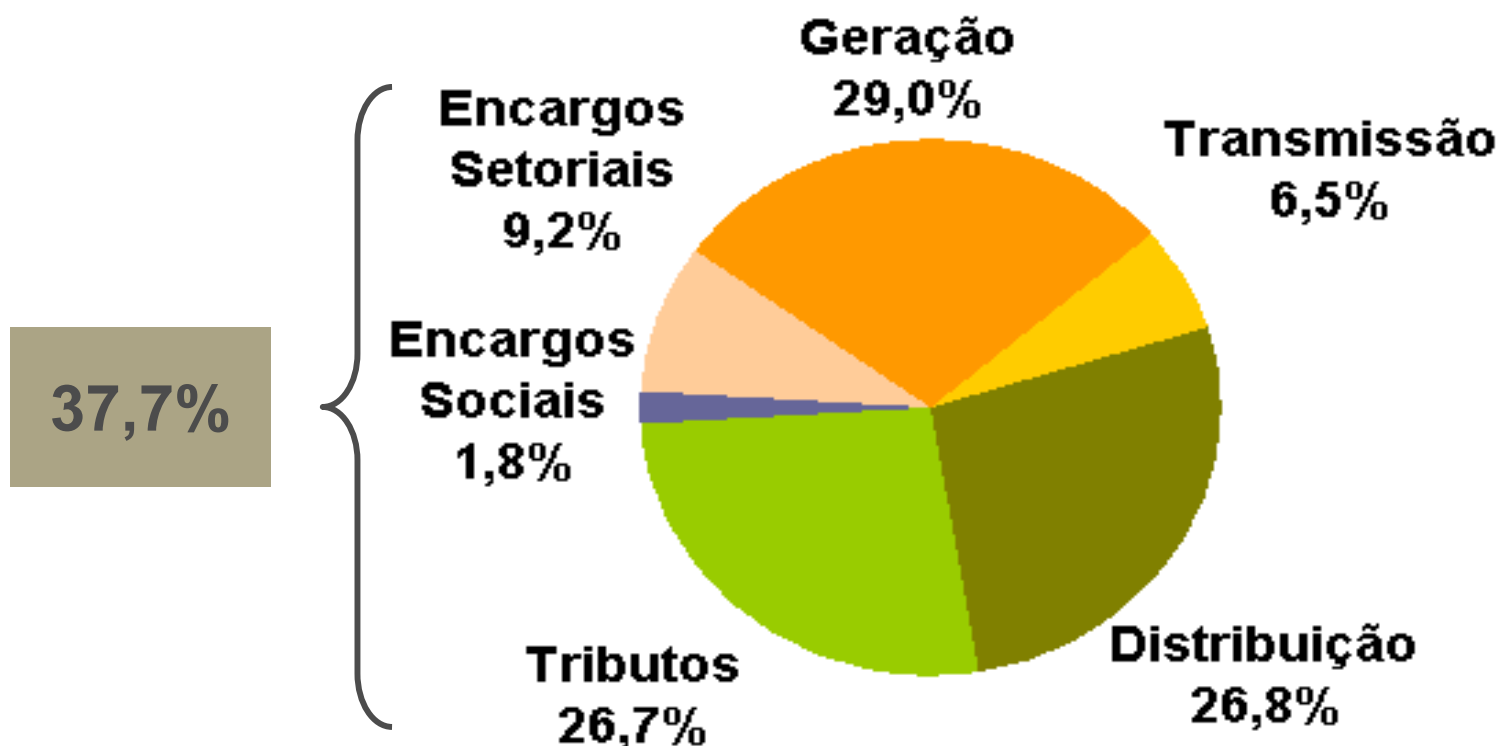
O Tamanho dos Tributos e dos Encargos Setoriais



ABRADEE

Tamanho dos Tributos e Encargos

Expressiva Participação na Composição das Tarifas (2004)



Tributos e Encargos recolhidos pelas Distribuidoras respondem por **37,7%** da conta do consumidor

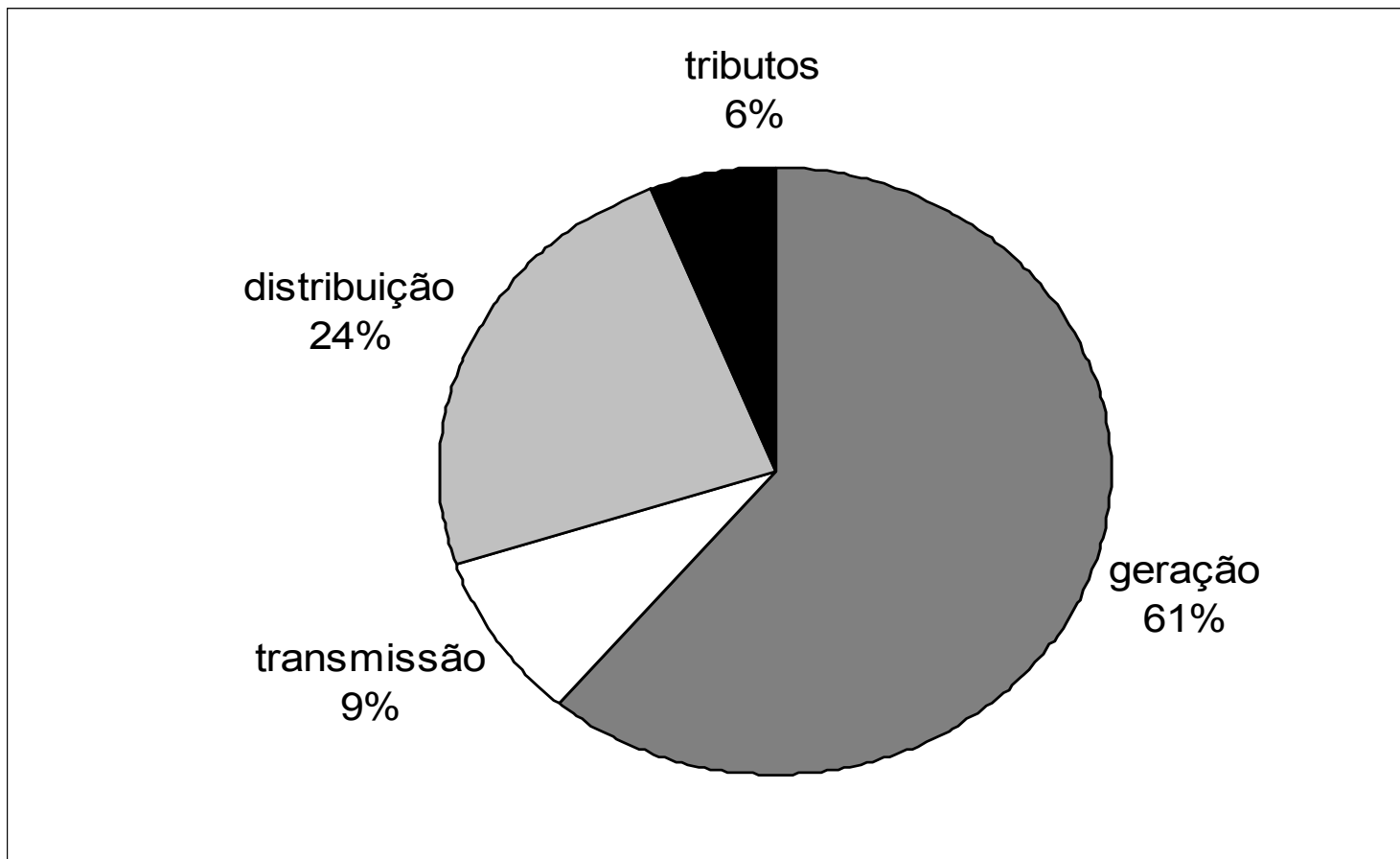


ABRADEE

Tamanho dos Tributos e Encargos

Uma Comparação Internacional – Reino Unido (2002)

- **Participação da Geração e Transmissão:** quase 3 vezes a **distribuição**



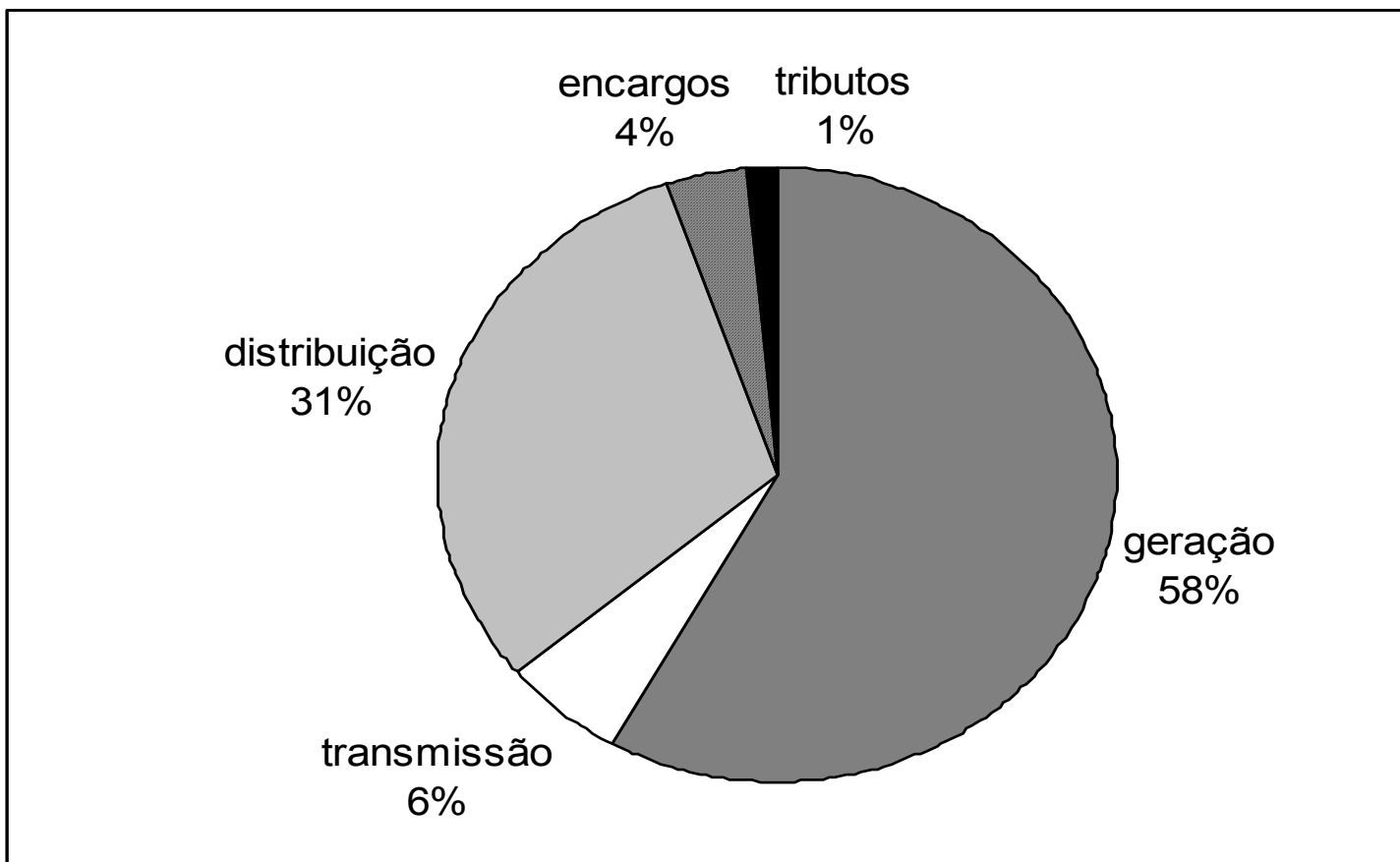
Fonte: : Jamasb (2002).



Tamanho dos Tributos e Encargos

Uma Comparação Internacional – Portugal (2004)

- Participação da Geração e da Transmissão: mais que o dobro da Distribuição



Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (2004).



ABRADEE

Tendência de Evolução dos Tributos e Encargos

Um motivo de Preocupação

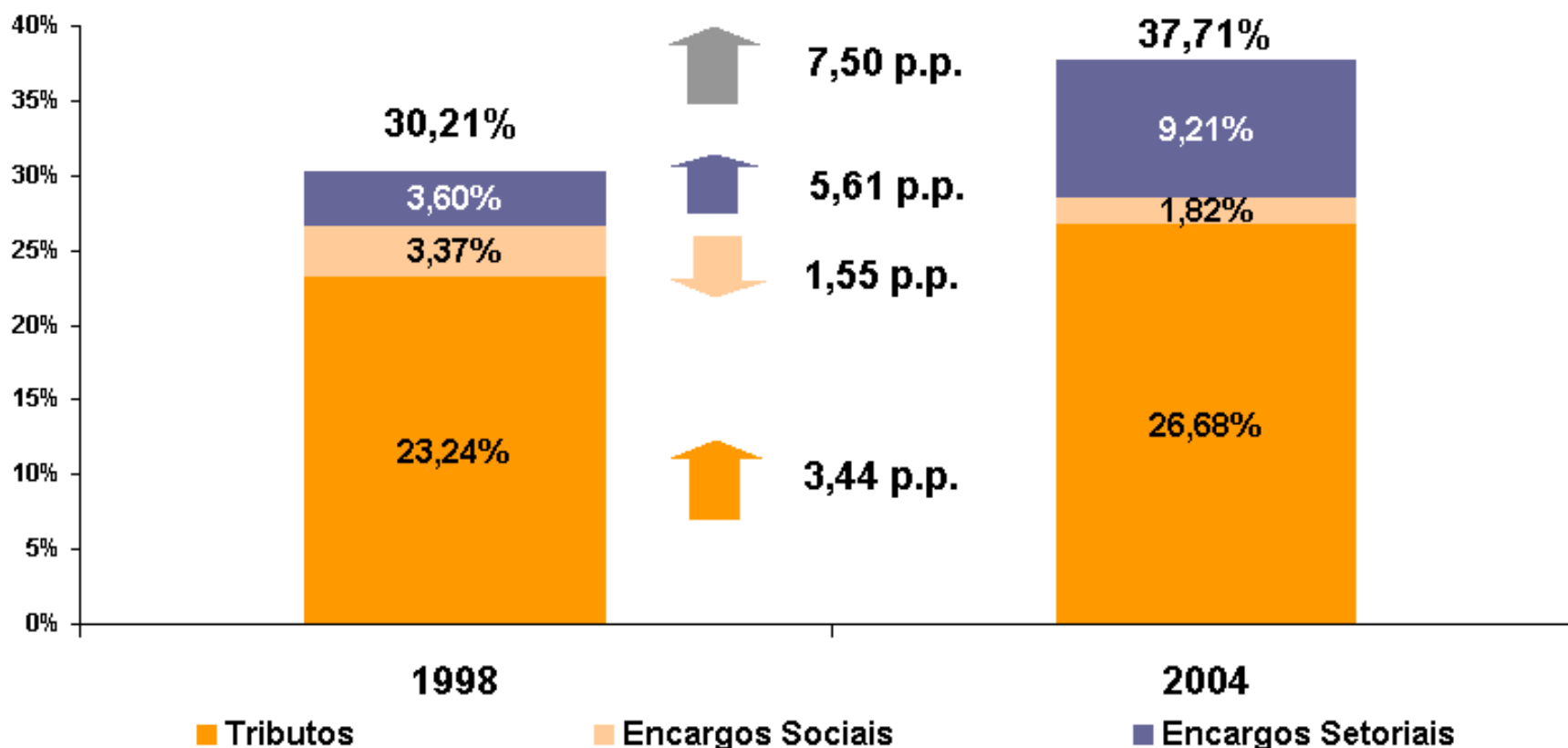


ABRADEE

Tendência dos Tributos

Tributos e Encargos - Participação na Tarifa: Período 1998 -2004

- Entre 1998-2004: verifica-se uma expressiva elevação da participação dos **Tributos (3,44 p.p.)** e dos **Encargos Setoriais (5,61 p.p.)**



Fonte: Balanço CVM, Abradee e PWC

•Amostra de 26 Distribuidoras: 93% do Setor de Distribuição

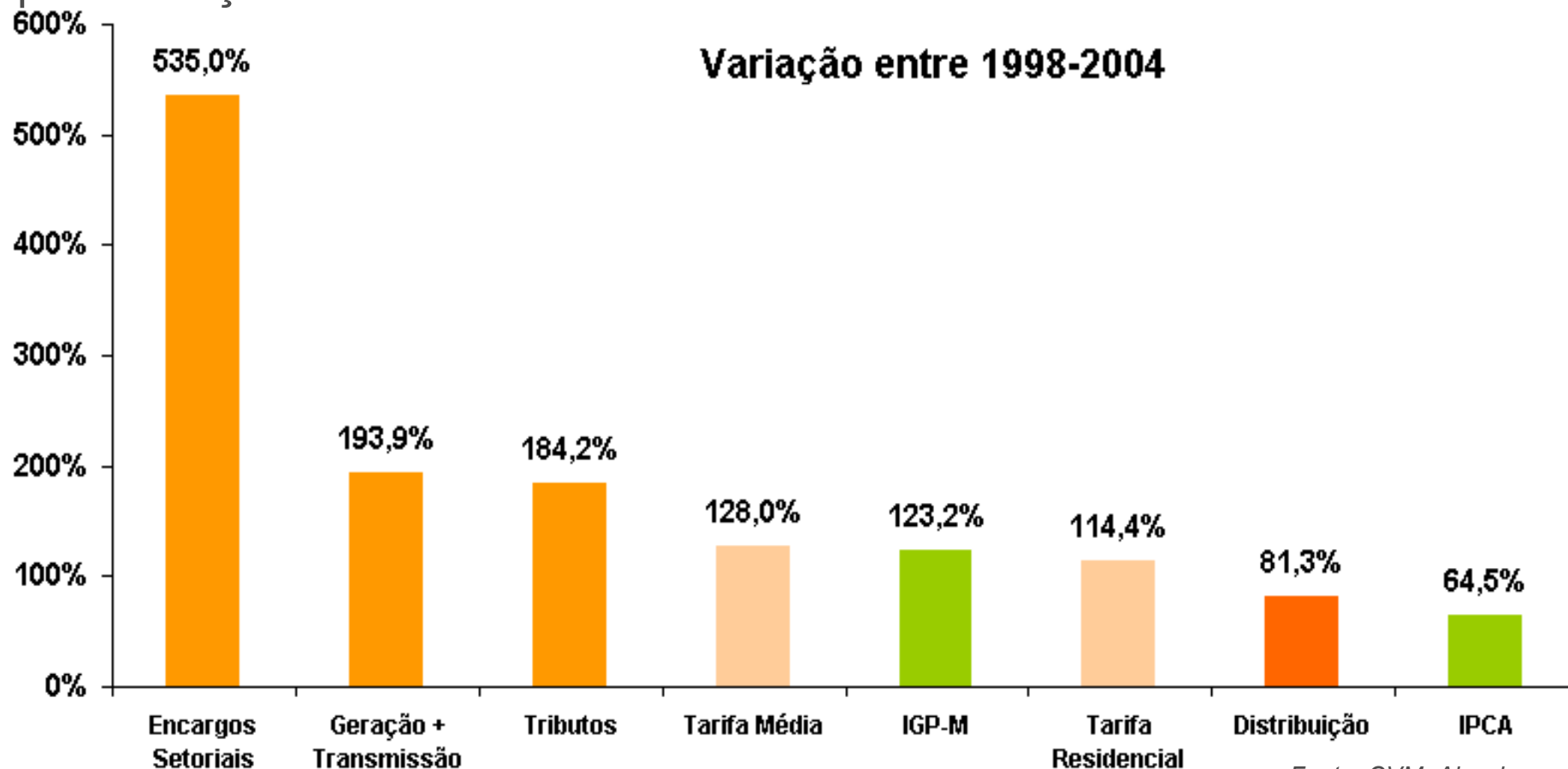


Tendência dos Tributos

ABRADEE

Variações ocorridas no período 1998 - 2004

- O **ganho de eficiência das distribuidoras** foi absorvido pelos custos não-gerenciáveis (principalmente **Encargos Setoriais e Tributos**): responsáveis pela variação da **Tarifa Média** acima do **IGP-M**





ABRADEE

Tendência dos Tributos

Um Exemplo: Participação no Crescimento da Conta (2004/2005)

Empresa	Geração	Transmissão	Distribuição	Encargos Setoriais	PIS/ Cofins	ICMS	Reajuste médio conta de luz
ENERGIPE	12,32%	6,97%	11,62%	16,36%	139,37%	17,16%	16,84%
COELCE	18,04%	0,67%	8,55%	17,34%	51,56%	14,43%	23,10%
COELBA	8,20%	-2,14%	8,55%	17,82%	141,15%	13,61%	23,51%
RGE	26,18%	1,74%	19,86%	20,82%	93,47%	24,26%	14,68%
AES SUL	4,94%	1,42%	22,41%	11,91%	43,79%	12,01%	4,12%
CEMAT	3,65%	-10,06%	7,26%	23,82%	84,46%	9,26%	6,27%
CEMIG	12,28%	3,11%	22,04%	-10,53%	74,46%	14,97%	21,24%
CELPE	44,95%	-9,91%	-12,49%	20,88%	115,65%	17,40%	33,13%
Média	15,52%	-1,02%	10,97%	14,80%	92,99%	15,39%	17,84%

Fonte: Aneel

IGP-M: 11,12%

IPCA: 7,54%



ABRADEE

Tendência dos Tributos

O ICMS sobre a subvenção do Baixa-Renda

Consumidor Baixa Renda	80 KWh/mês
Valor atual da Conta de luz	R\$ 13,66
ICMS	R\$ 2,06
Valor da Conta de Luz acrescido do ICMS sobre subsídio	R\$ 15,72
Aumento para o consumidor*	15,1%

(*) Caso fique determinada a cobrança do ICMS sobre a parcela do subsídio

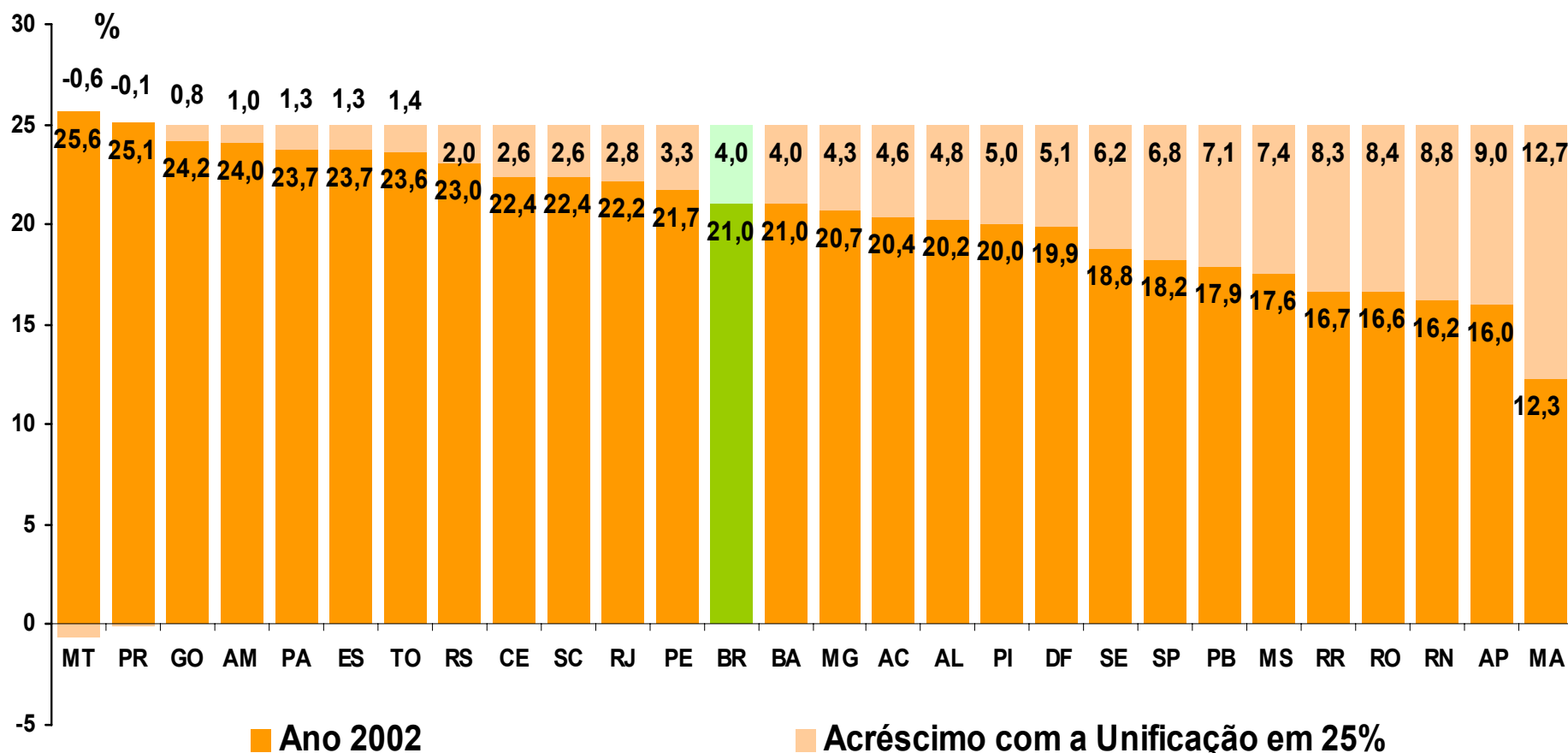


Novas Questões

ABRADEE

Reforma Tributária: Impactos da Unificação do ICMS

- **Unificação das alíquotas do ICMS: elevação da alíquota média de 21% para 25%**



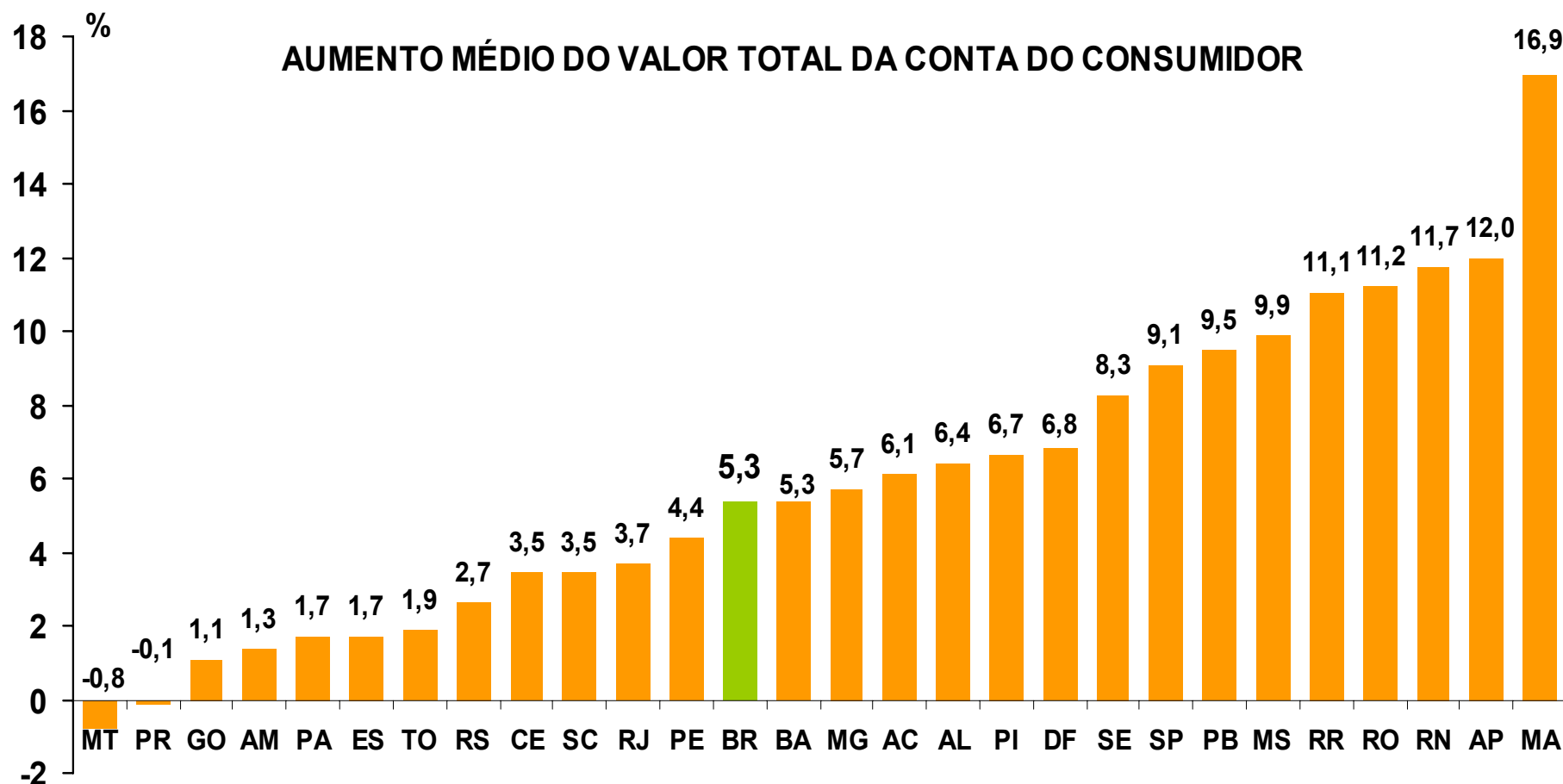


Novas Questões

ABRADEE

Reforma Tributária: Impactos da Unificação do ICMS

- Elevação do ICMS para 25% representará um aumento médio de 5,3% na Conta do Consumidor

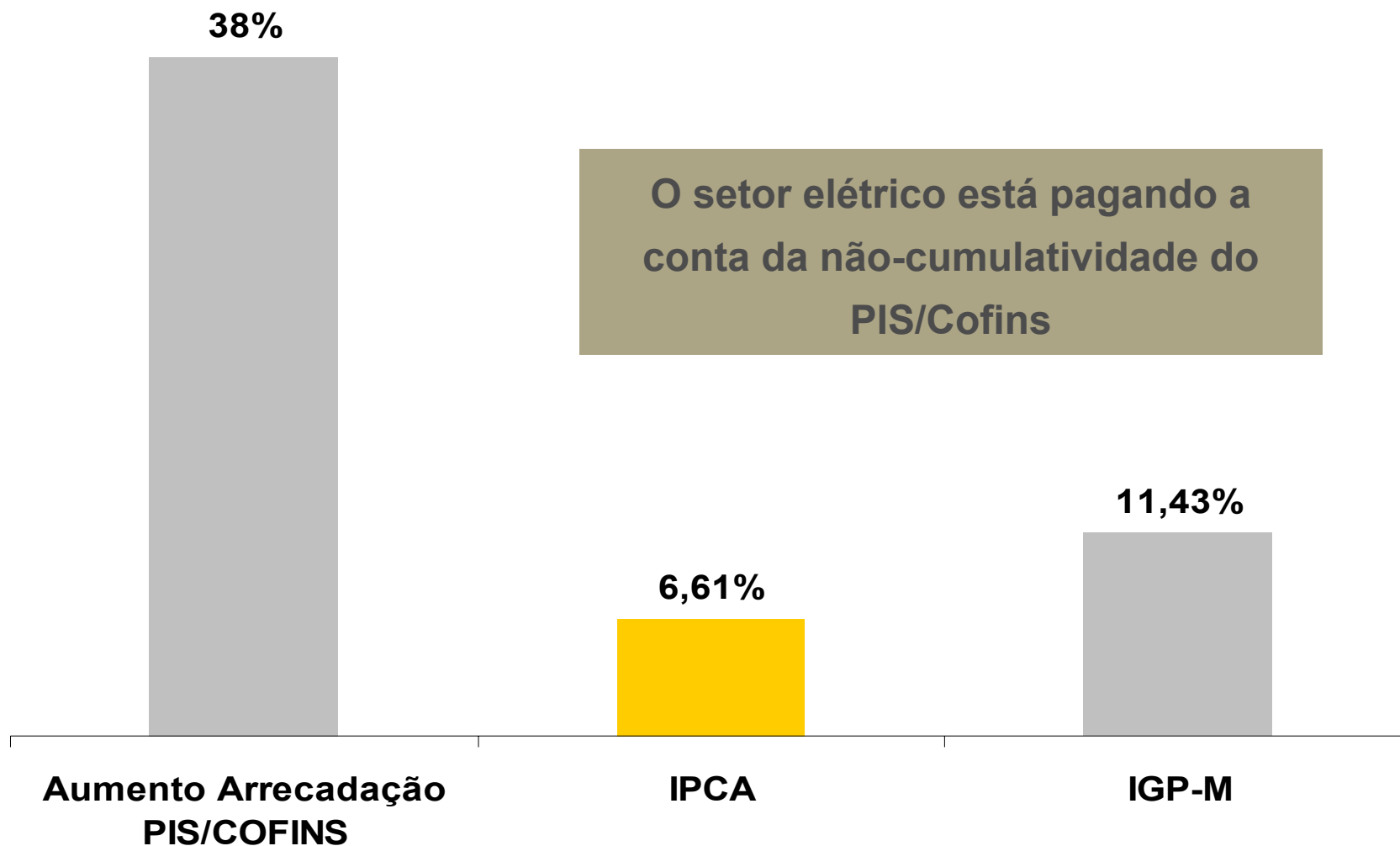




Reforma Tributária: ICMS

- Criação de alíquotas diferenciadas em função da faixa e da classe de consumo
- Inclusão da Energia Elétrica na cesta básica que seja isento ou tributado com alíquota mínima de ICMS
- ICMS Baixa Renda
 - Vedação de cobrança do ICMS sobre o subsídio do Baixa Renda

PIS/COFINS: Elevação da Arrecadação entre 2003 e 2004





ABRADEE

Estimativa de Arrecadação PIS/COFINS

Impacto do PIS/Cofins na Tarifa: +2,5%

Redução da Tarifa com Novo Modelo: - 2,5% Redução*

Total Distribuidoras			
	2003	2004	%
Receita	66.742.483.597	77.938.610.661	17%
PIS/COFINS 3,65	2.436.100.651	2.844.759.289	17%
PIS/COFINS Real	2.538.869.859	3.509.436.883	38%

Proposta do Setor de Distribuição para o Pis/Cofins: excetuar o setor elétrico das novas regras, a exemplo dos outros setor de infra-estrutura (Telecomunicações e Transportes)

() Estimativa da Aneel após resultados Leilão de Energia Velha*

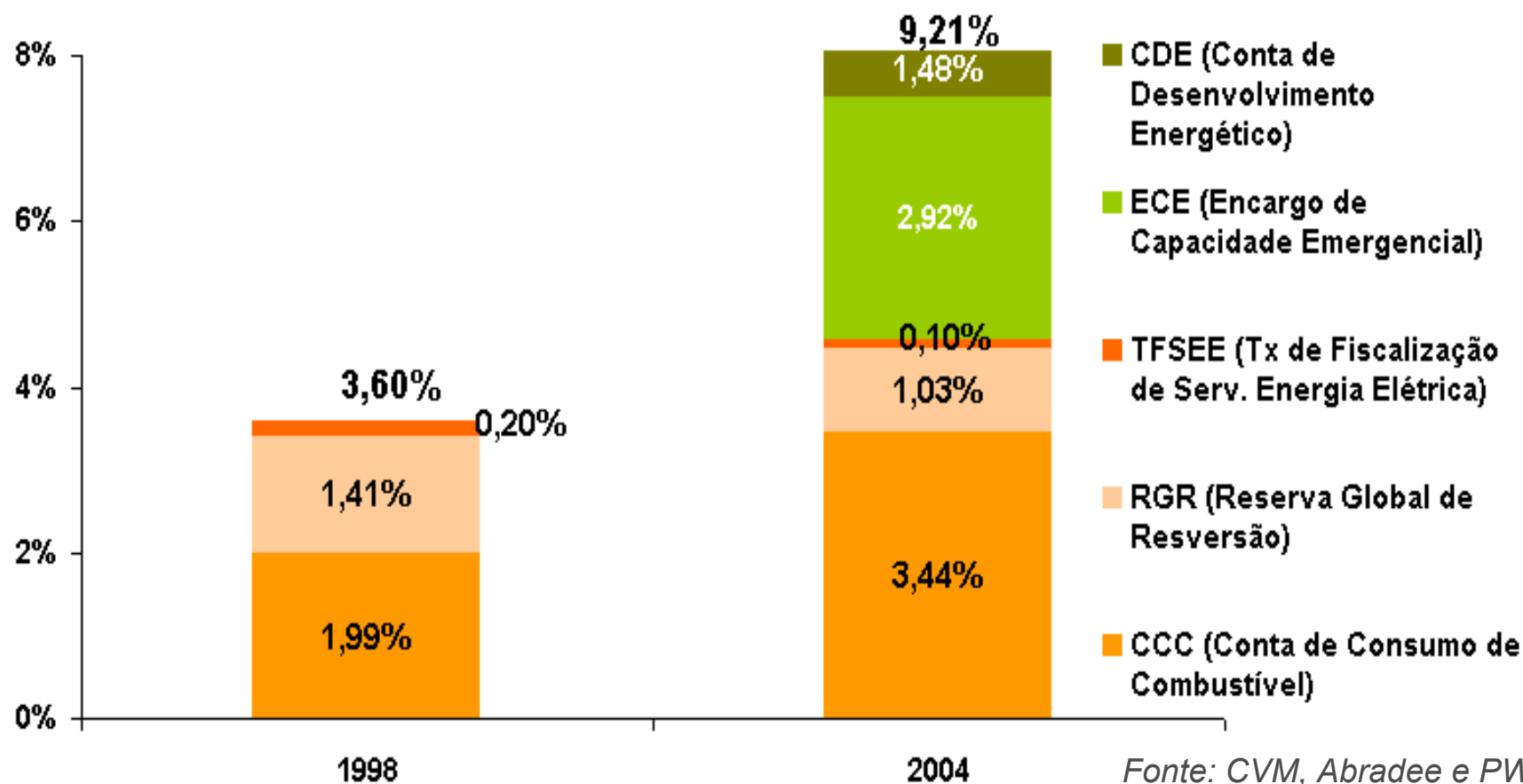


ABRADEE

Tendência dos Encargos Setoriais

Encargos Setoriais - Participação na Tarifa: período 1998 - 2004

- Foram criados mais 2 encargos setoriais (**CDE** e **ECE**) em 2002
- Para 2006 está prevista a entrada de mais um novo Encargo: **PROINFA**





ABRADEE

Tributos e Encargos

Tributos e Encargos: Valores Arrecadados em 2004

	100% mercado	
	2004	% Total
Receita Bruta	77.781	100%
Tributos	20.754	26,68%
ICMS	15.631	20,10%
PIS/COFINS	3.762	4,84%
CPMF	389	0,50%
IRPJ + CSLL	972	1,25%
Encargos Sociais	1.416	1,82%
Encargos Setoriais	7.163	9,21%
ECE	2.275	2,92%
RGR	804	1,03%
CCC	2.679	3,44%
Taxa Fiscalização	77	0,10%
CDE	1.149	1,48%
CFURH	179	0,23%
Total Tributos + Encargos	29.333	37,71%



Proposta do Setor de Distribuição

Encargos Setoriais: entre 1998-2004, a elevação da participação dos encargos setoriais sobre a Receita, de 3,60% para 9,21%, foi acompanhada por um acréscimo de mais dois novos encargos setoriais (CDE e ECE)

■ **Proposta do Setor:** reavaliar e racionalizar a criação e/ou extensão dos prazos dos encargos setoriais

■ Em 2005, o valor a ser arrecadado com a **CCC (R\$ 3,4 bi)** e com a **CDE (R\$ 1,8 bi)** é igual ao que será gasto com o **Programa do Bolsa-Família (R\$ 5,4 bi)**

■ Isonomia na cobrança dos Encargos Setoriais



ABRADEE

Luiz Carlos Guimarães

PRESIDENTE da ABRADÉE

Rio de Janeiro (Sede)

Rua da Assembléia Nº 10
Grupo 3201 - Ed. Cândido Mendes
CEP 20011-901 Rio de Janeiro RJ Brasil
Tel 55 21 2531 2053 Fax 55 21 2531 2595
abradee@abradee.org.br
www.abradee.org.br

Brasília

SCN - Quadra 02 - Bloco D - Torre A
Sala 1101 - Edifício Liberty Mall
CEP 70712-903 Brasília DF Brasil
Tel 55 61 326 1312
Fax 55 61 315-9327
abradee-df@abradee.org.br

Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPE Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento



ABIAPE

Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica

Autoprodução de Energia Elétrica



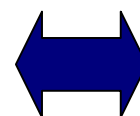
Fórum CBIE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro - 7 de Junho de 2005 - RJ



- **Alcoa Alumínio S.A.**
- **BHP Billiton Metais S.A.**
- **Camargo Corrêa Energia S.A.**
- **Companhia Siderúrgica Belgo Mineira**
- **Companhia Vale do Rio Doce**
- **CSN Energia S.A.**
- **Gerdau Aço Minas S.A.**
- **Novelis do Brasil (ex-Alcan)**
- **Samarco Mineração S.A.**
- **Valesul Alumínio S.A.**
- **Votorantim Energia Ltda.**

**Faturamento anual superior
a R\$ 80 bilhões**



**Receita total do
Setor Elétrico**

Em operação:
(2.660 MW)

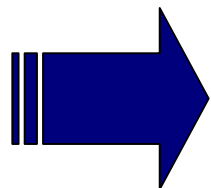
{

- 20 Usinas Hidrelétricas;**
- 03 Usinas Termelétricas;**
- 20 PCHs.**

Em projeto/Construção:
(6.340 MW → APE = 4070 MW)

{

- 13 Usinas Hidrelétricas**
- 02 PCHs**



Total geral de 6.730 MW até 2009

Capacidade de investimento de R\$ 3 bilhões / ano

Oferta de 30 mil empregos (diretos e indiretos)

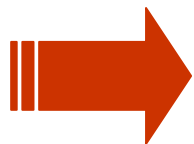


- ✓ **Modicidade tarifária X Tributos + Encargos**
- ✓ **Modicidade tarifária = f (oferta \geq demanda)**



Prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão causado por ações sem controle do empreendedor

- **Licenciamento ambiental**
- **Novo arranjo institucional**
- **Encargos e tributos**
- **Outros**

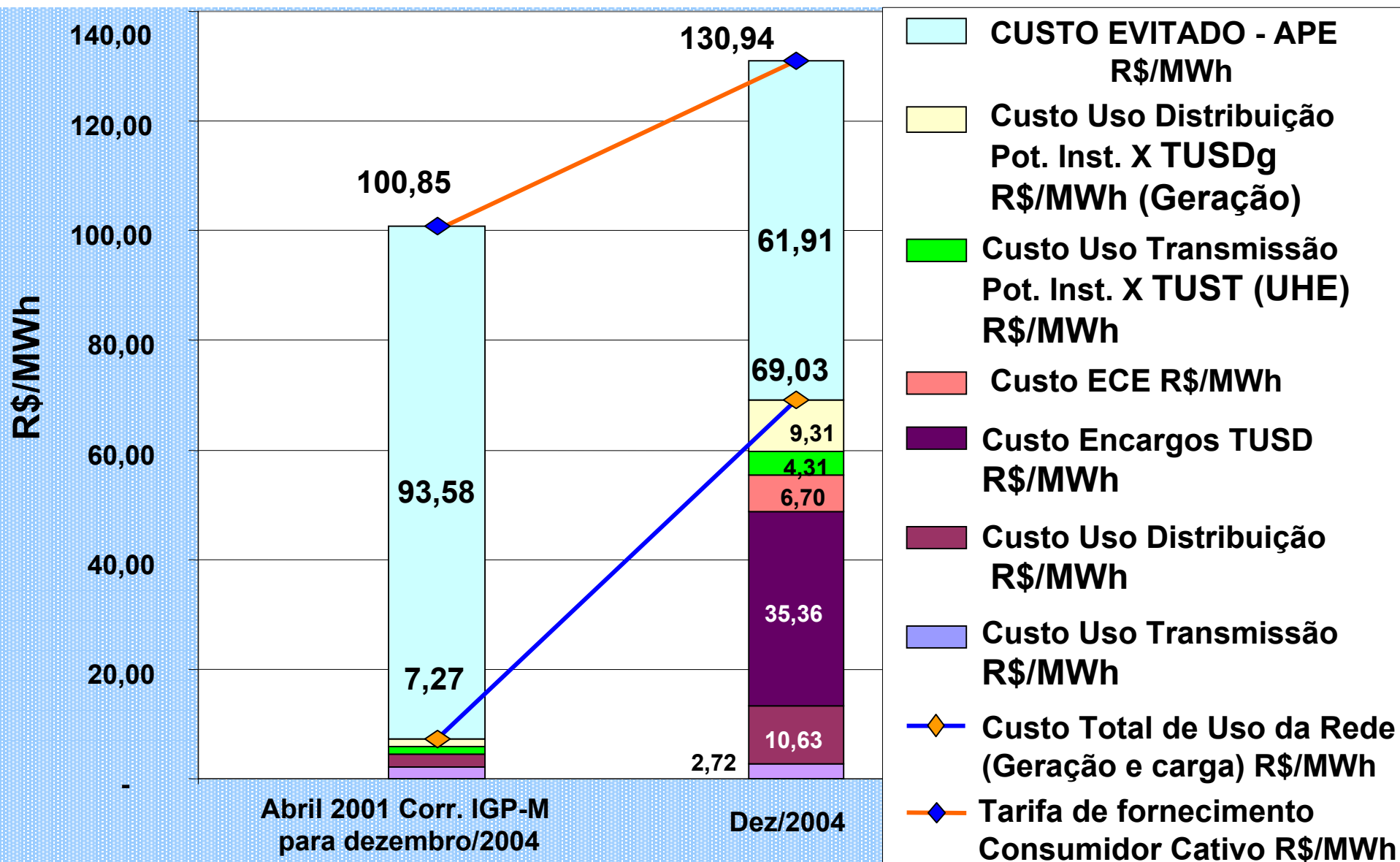




ABIAPE

Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica

Ex: Consumidor A2 LIGHT (dez/04)

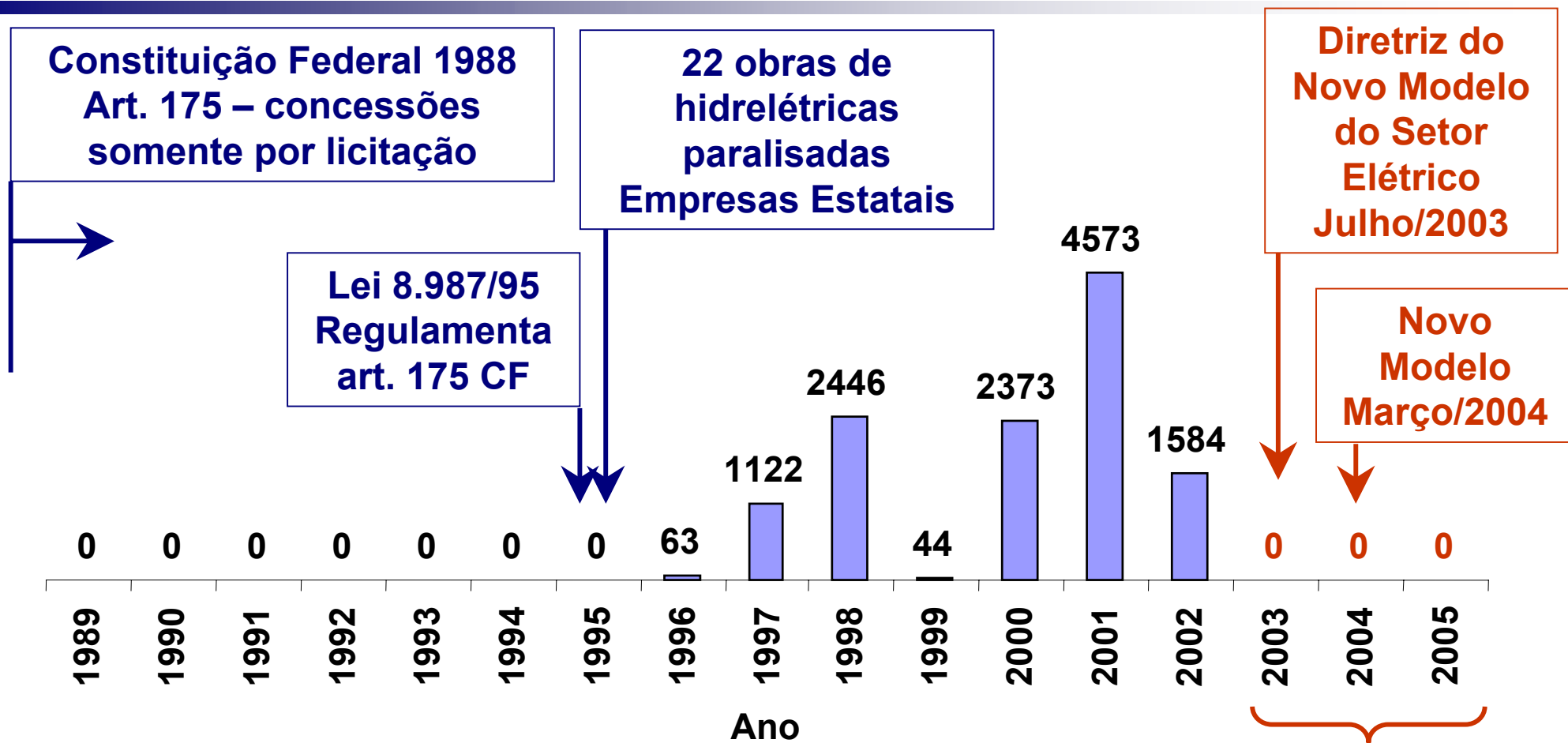




ABIAPE

Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica

Concessões Licitadas para Hidrelétricas



Julho/2002 a Julho/2005
3 anos sem licitação de concessão de usina hidrelétrica



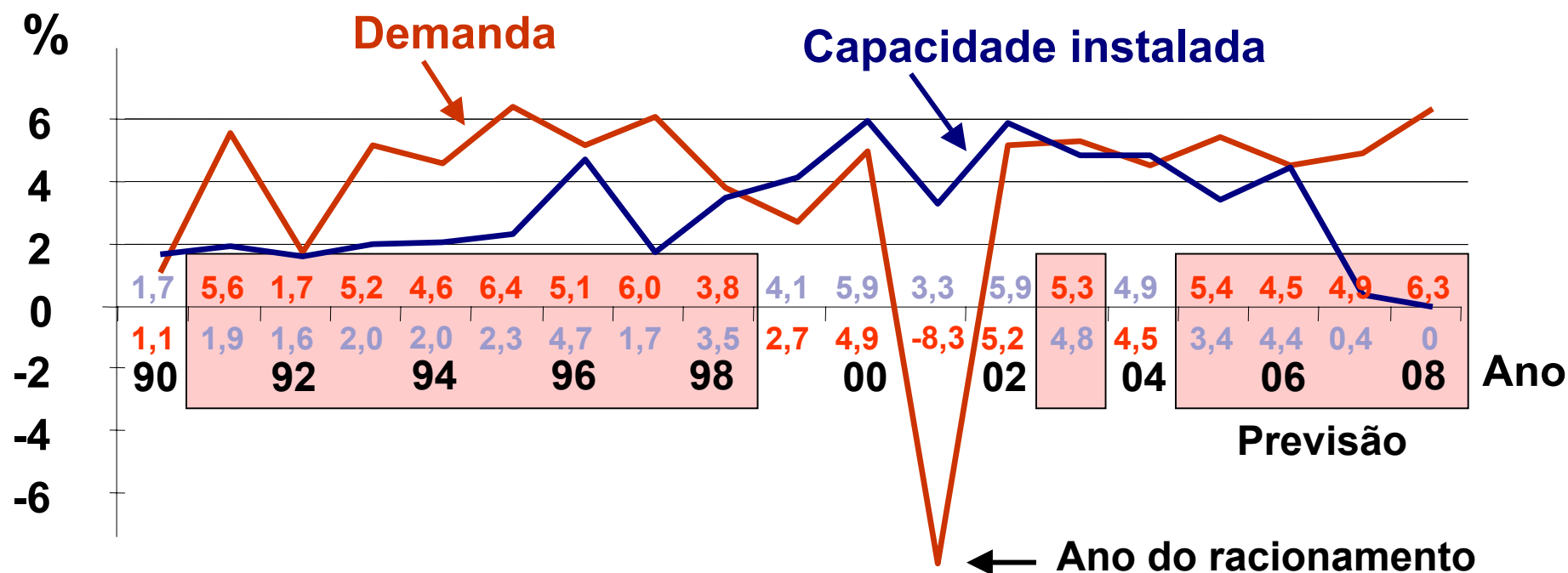
ABIAPE

Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica

***Demanda de energia
x
capacidade instalada***

Média do crescimento da capacidade instalada (1990 a 2004) = 3,4%

Média do crescimento da demanda de energia (1990 a 2004) = 3,6%



Previsão do crescimento da capacidade instalada (2005 a 2008) = 2,0%

Previsão do crescimento da demanda de energia (2005 a 2008) = 5,3%



Demanda de Energia X Energia Assegurada

Caso estudado:

Cenário:

Desistência de seis hidrelétricas de autoprodutores = 2.500 MW*

Atraso de 1 ano do PROINFA

Restrição moderada de gás natural (1.000 MW).

Resultados:

Redução das condições de atendimento do sistema;

Risco de déficit da ordem de 9%

Balanço negativo de energia assegurada (2,6%) em 2009

*** UHE's Barra dos Coqueiros; Caçu; Estreito; Foz do Chapecó; Salto Pilão; Serra do Facão**



ABLAPE

Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica

Demanda de Energia x Energia Assegurada

Sistema Interligado

GWmédio

60.0

50.0

40.0

30.0

20.0

10.0

0.0

2005

2006

2007

2008

2009

Demanda

46.8

49.2

51.5

54.1

57.3

Energia
Assegurada

49.3

51.9

53.4

55.6

55.8

Diferença

2.5

2.7

1.9

1.5

-1.5

% Demanda

5.4%

5.5%

3.7%

2.8%

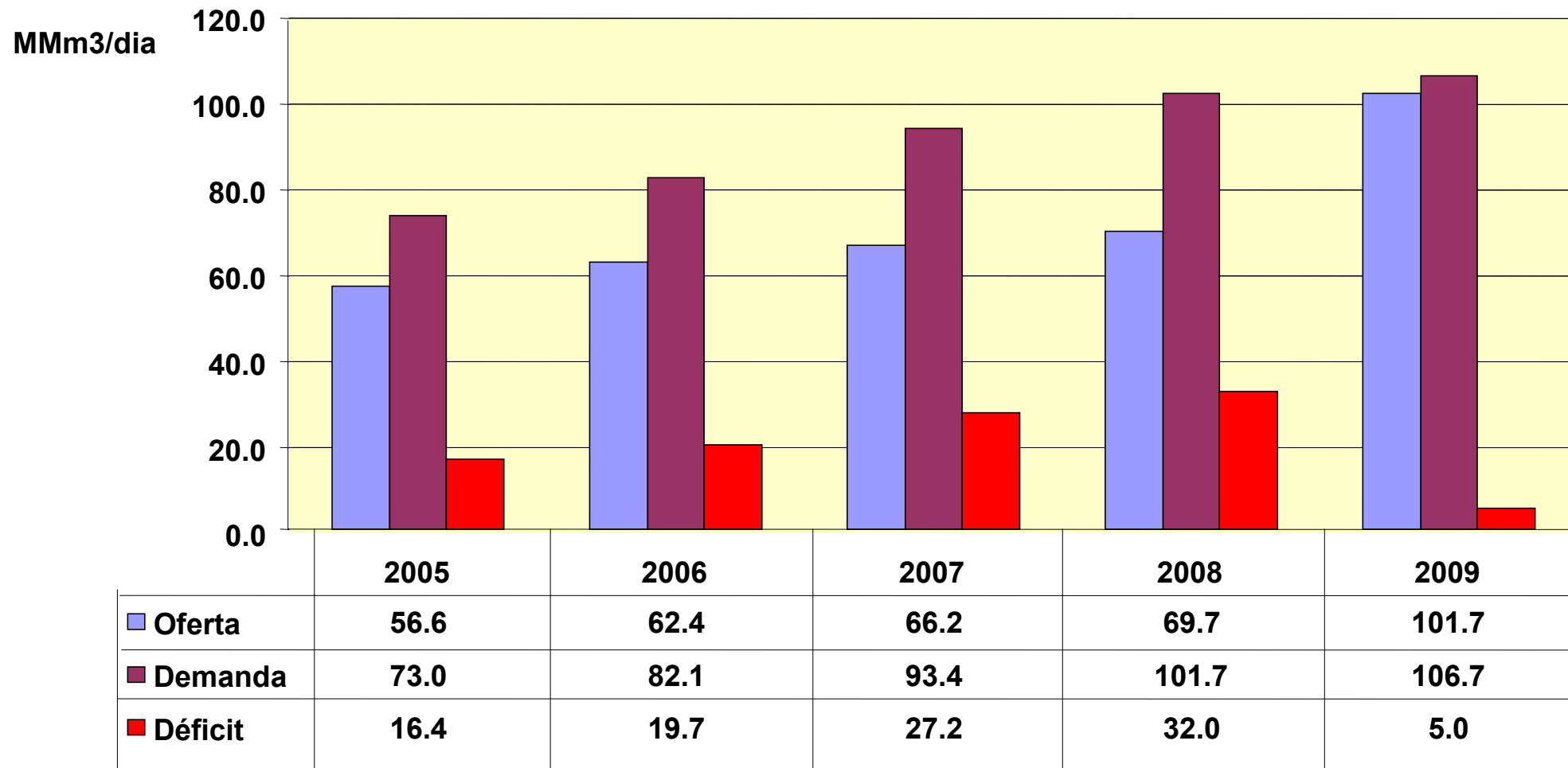
-2.6%

1 – Demanda = Requisito de Energia, incluindo as demandas da ANDE (Paraguai), bombas da Light e consumo de Itaipu

2 - Requisito de Energia e Energia Assegurada de 2005 = média entre os meses de janeiro a dezembro de 2005

PIB: 2003/2008 = 4,0%

2008/2013 = 4,9%



Em função de ajustes nos cronogramas de expansão da Petrobrás;
Redução do lastro de contratação das termelétricas;
Integração entre os mercados do Nordeste/Sudeste
Interconexão do gasoduto com Argentina e Bolívia



- A previsão do aumento da demanda no período 2005 a 2008 é de 5,3% ao ano; a previsão para aumento da oferta no mesmo período é de 2,0 %
- **Para equilibrar a oferta e demanda há necessidade de investimentos da ordem de US\$ 5 bilhões/ano.**
- A redução dos encargos e tributos incidentes sobre a energia elétrica é fundamental para ajudar a viabilizar novos projetos de geração dos autoprodutores.
- **Viabilizando os projetos dos autoprodutores:**
 - **Reduz o risco de déficit de energia elétrica a partir de 2009**
 - **Cria uma situação mais confortável para o Setor**
 - **Possibilidade da prática da modicidade tarifária**



ABIAPE

Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica

Obrigado

Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPÉ Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento

A VISÃO DO GRANDE CONSUMIDOR

EDUARDO SPALDING

07 DE JUNHO DE 2005



Recuperação da Competitividade Ameaçada

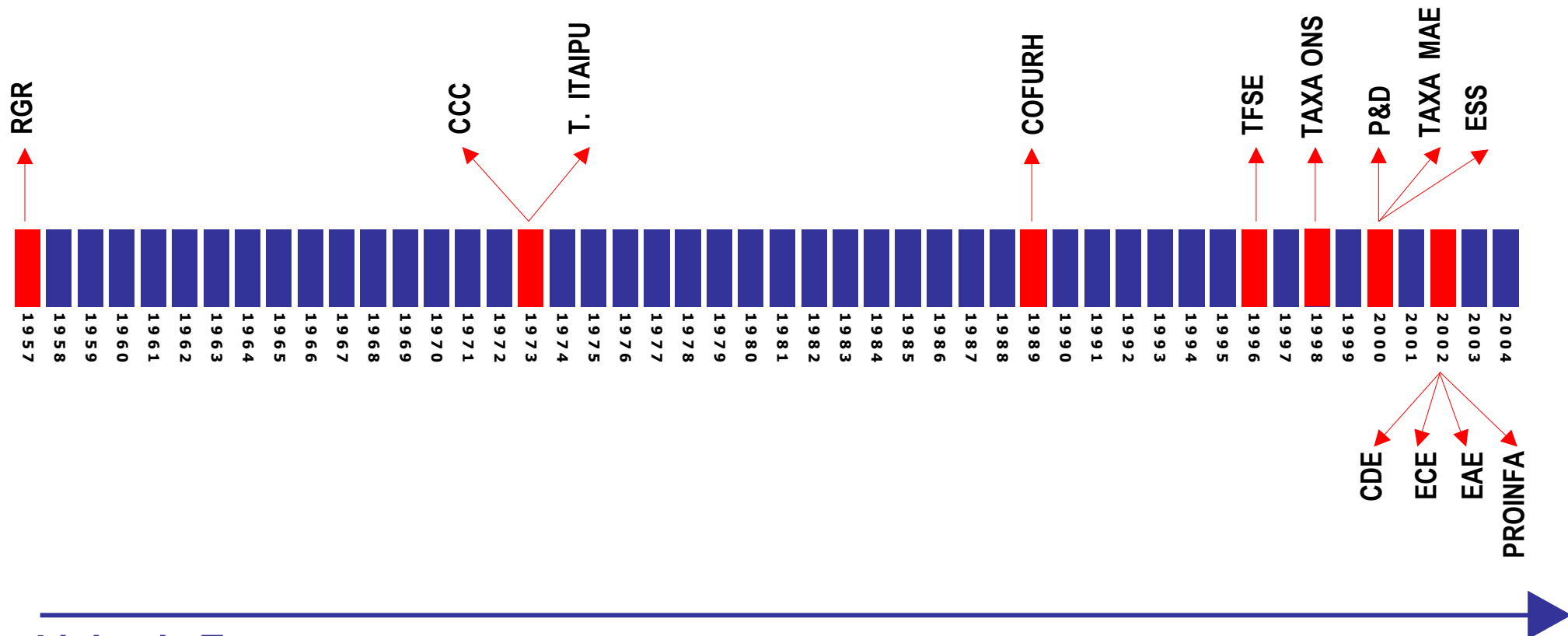
- Tarifas Racionais de Transporte de Energia
- Desoneração de Tributos e Encargos Setoriais

“ O setor elétrico, pelo seu porte e essencialidade, tornou-se um mecanismo preferencial de arrecadação fiscal e condução de políticas públicas.”

Uma variação (para + ou -) de 30% no preço da energia aos consumidores promove:

Energia Elétrica	PIB pontos percentuais	Inflação pontos percentuais	Emprego pontos percentuais
↗ 30%	↘ 1,2	↗ 1,3	↘ 0,7
↘ 30%	↗ 1,2	↘ 1,3	↗ 0,7

Fonte: GVConsult – FGV SP – 2003

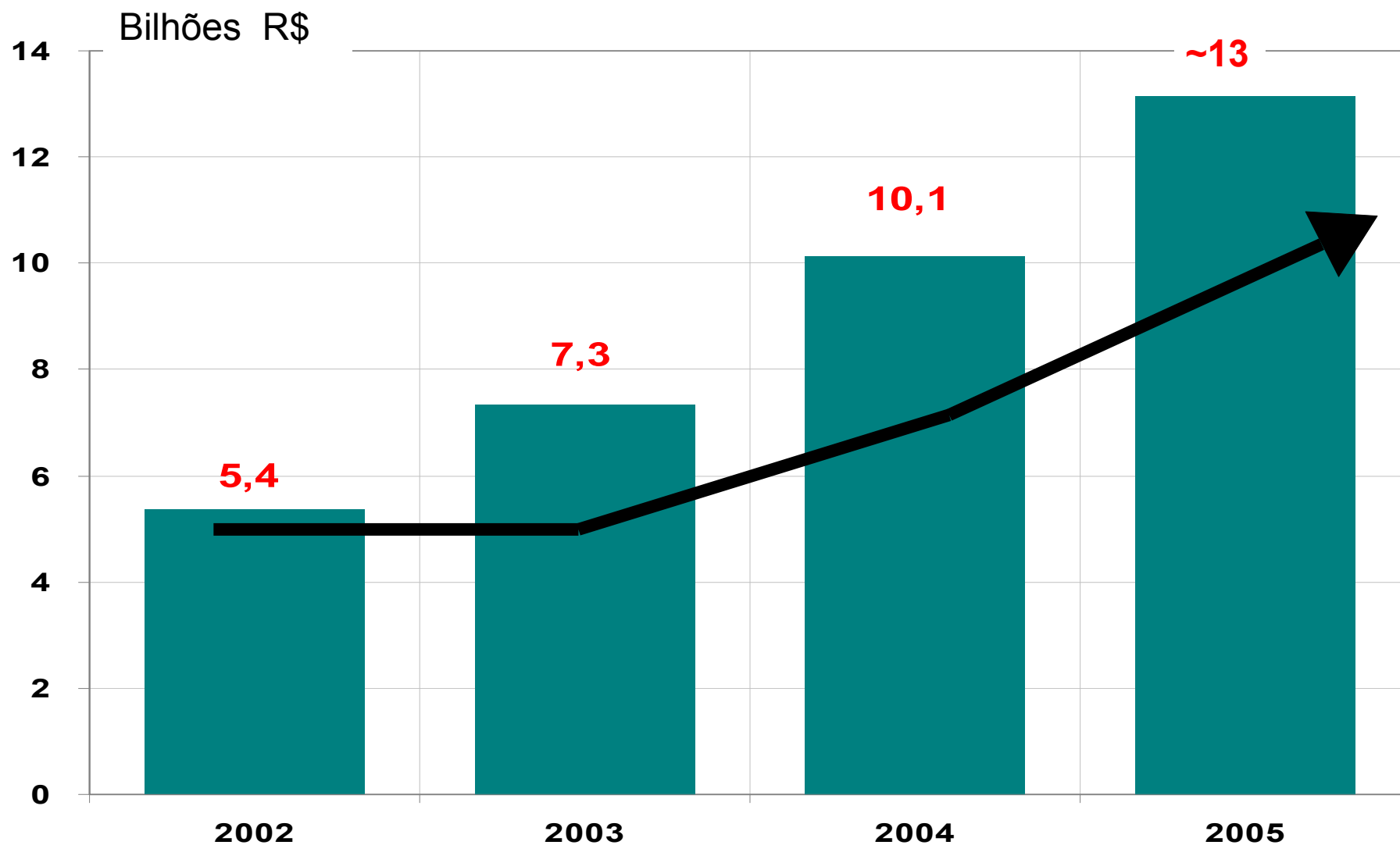


Linha do Tempo

PROLIFERAÇÃO IMPREVISÍVEL E CRESCENTE !

Nº	ENCARGOS	G	T	D	C
1	TFSEE – Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	X	X	X	-
2	COFURH - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos	X	-	X	-
3	P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	X	X	X	-
4	CCC – Conta de Consumo de Combustíveis	-	-	-	X
5	CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	-	-	-	X
6	ECE - Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	-	X
7	T _{ITAIPU} - Transporte de ITAIPU	X	-	X	-
8	ESS – Encargo de Serviço do Sistema	X	-	X	X
9	PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia	-	-	-	X
10	EAE – Encargo de Aquisição de Energia	-	-	-	X
11	RGR – Reserva Global de Reversão	X	X	X	-
12	Taxa MAE – Taxa de Corretagem do MAE	X	-	X	X
13	Taxa ONS – Taxa de Administração do ONS	X	-	X	X

- Distorções de aplicação em relação às motivações originais
- Inconsistências das bases de cálculo e incongruências jurídicas
- Ineficiências, descontroles e pouca transparência em relação a seu custo x benefício
- Crescimento explosivo de custos, tendência a criação de novos encargos e perenização dos atuais

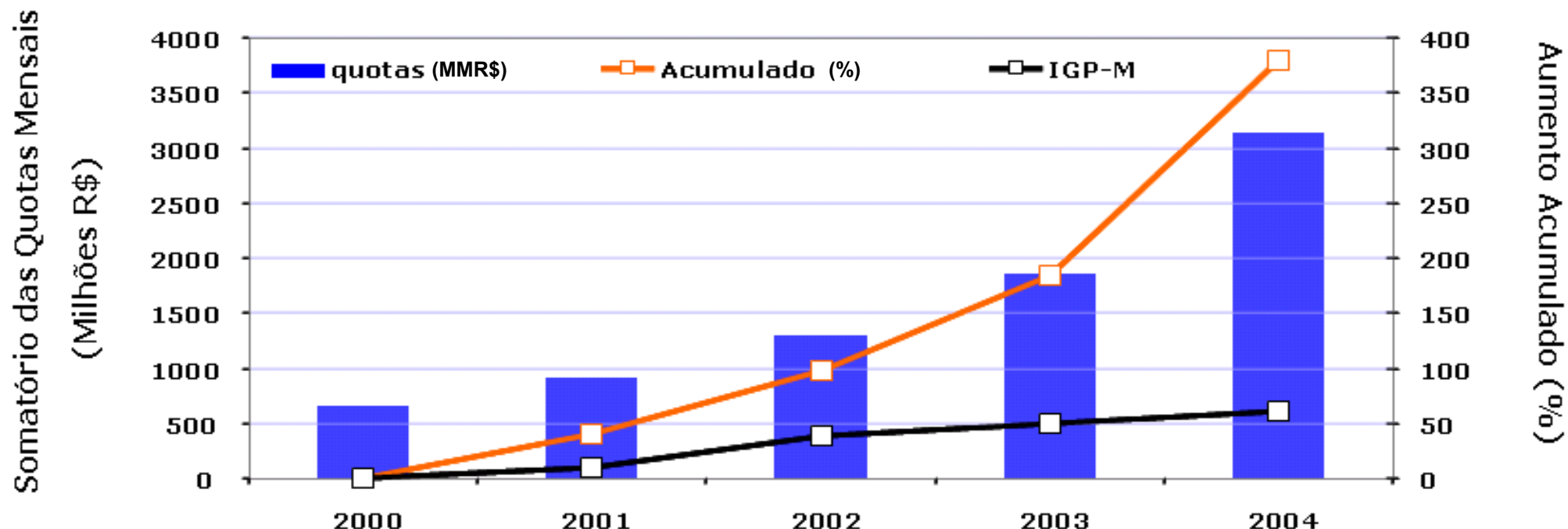


■ CCC - Isolado

Destinada a cobrir o custo de combustíveis da geração térmica nos sistemas isolados, indicado pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte – GTON, e tem como contribuintes todas as concessionárias do país que atendam a consumidores finais.

■ Sistemas Isolados

- Predominantemente térmicos
- Majoritariamente localizados e dispersos na Região Norte
- Atendem a uma área de 45% do território brasileiro
- Atendem a cerca de 3% da população nacional \cong 1,2 milhão de consumidores



Evolução do valor da CCC-Isol (milhões R\$)				
2000	2001	2002	2003	2004
653,28	915,42	1.292,08	1.858,29	3.155,90

Fonte: Aneel

Em 2000, a CCC-ISOL representava R\$ 2,29/MWh consumido; em 2004, este encargo alcançou o valor de R\$ 10,80/MWh.

Principais fatores do aumento dos custos do CCC

- Despesas com combustíveis – ineficiência no consumo, perdas e elevação dos preços
- Sub-utilização e ineficácia no uso do mecanismo de sub-rogação para projetos de substituição de geração térmica
- Além da falta de correção por 8 anos, a base de cálculo para a energia hidráulica equivalente atual permanece muito sub-avaliada
- Incorporação do ICMS ao CCC no período de 2004 a 2009

AÇÕES EMERGENCIAIS DE CONTROLE E REDUÇÃO

- Redução de
- Despesas
- com
- Combustíveis

- Perdas – Ações Mitigatórias
- Fiscalização e mecanismos de controle da geração elétrica e consumo de combustíveis
- Metas obrigatórias de redução de perdas

Preços – Medida Corretiva

- Redução dos preços da BR – Distribuidora

Ineficiência na Geração Térmica- Ação :

- Adequação do limite de consumo específico

AÇÕES EMERGENCIAIS DE CONTROLE E REDUÇÃO

Ineficácia do Mecanismo de Sub-rogação

Ação Governamental na superação dos obstáculos:

- Resistências estaduais à perda de arrecadação – ICMS
- Interesses comerciais conflitantes da Petrobrás
- Fragilidade econômica e ausência de investimentos das controladas locais da Eletrobrás

Correção da Defasagem da EHE – Energia Hidráulica Equivalente

Políticas Compensatórias à Redução do ICMS

AÇÕES ESTRUTURAIS DE REDUÇÃO DO CCC - ISOL

A solução definitiva para o CCC-Isol passa pela gradual integração dos Sistemas Isolados ao SIN – Sistema Interligado Nacional

- INTEGRAÇÃO DE MANAUS:

LT Tucuruí-Manaus, em 500 Kv, investimento de US\$ 1.8 bilhão.

- INTEGRAÇÃO DO ACRE/RONDONIA:

LT Vilhena-Jauru, em 230 Kv, interligando à rede básica em MT.

Redução Estimada de 80% do CCC-Isol

- AÇÃO SEMI-ESTRUTURAL:

Gasoduto Coari-Manaus, investimento DE US\$ 407 milhões, substituindo combustíveis líquidos

Redução Estimada de 30% do CCC- Isol

IMPACTO DAS AÇÕES DE REDUÇÃO DO CCC-ISOL

MEDIDAS EMERGENCIAIS: ATÉ **50%** DE REDUÇÃO

Alívio Tarifário para os Consumidores	}	R\$ 1.6 bilhões (2004)
		R\$ 5.4/ MWh (2004)

MEDIDAS ESTRUTURAIS: ATÉ **80%** DE REDUÇÃO

Alívio Tarifário para os Consumidores	}	R\$ 2.5 bilhões (2004)
		R\$ 8.6/ MWh (2204)

ACCELERAR IMPLANTAÇÃO: EFICAZ AÇÃO ANTI-INFLACIONÁRIA NO COMPONENTE DE PREÇOS CONTROLADOS

Eduardo C Spalding
eduardo@spalding.com.br
55 11 2122-0400

Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



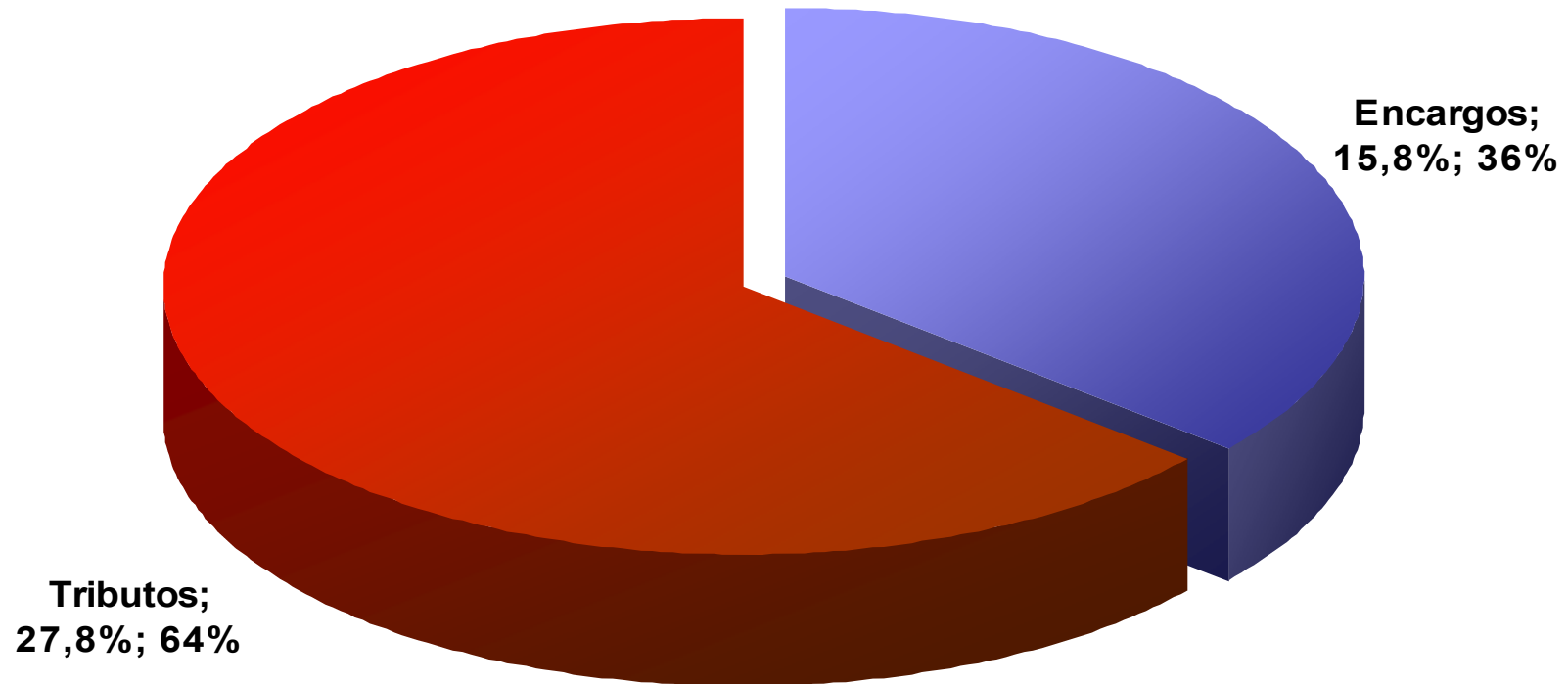
Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPE Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento

TRIBUTOS E ENCARGOS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

**Maurício Tolmasquim
Presidente da EPE**

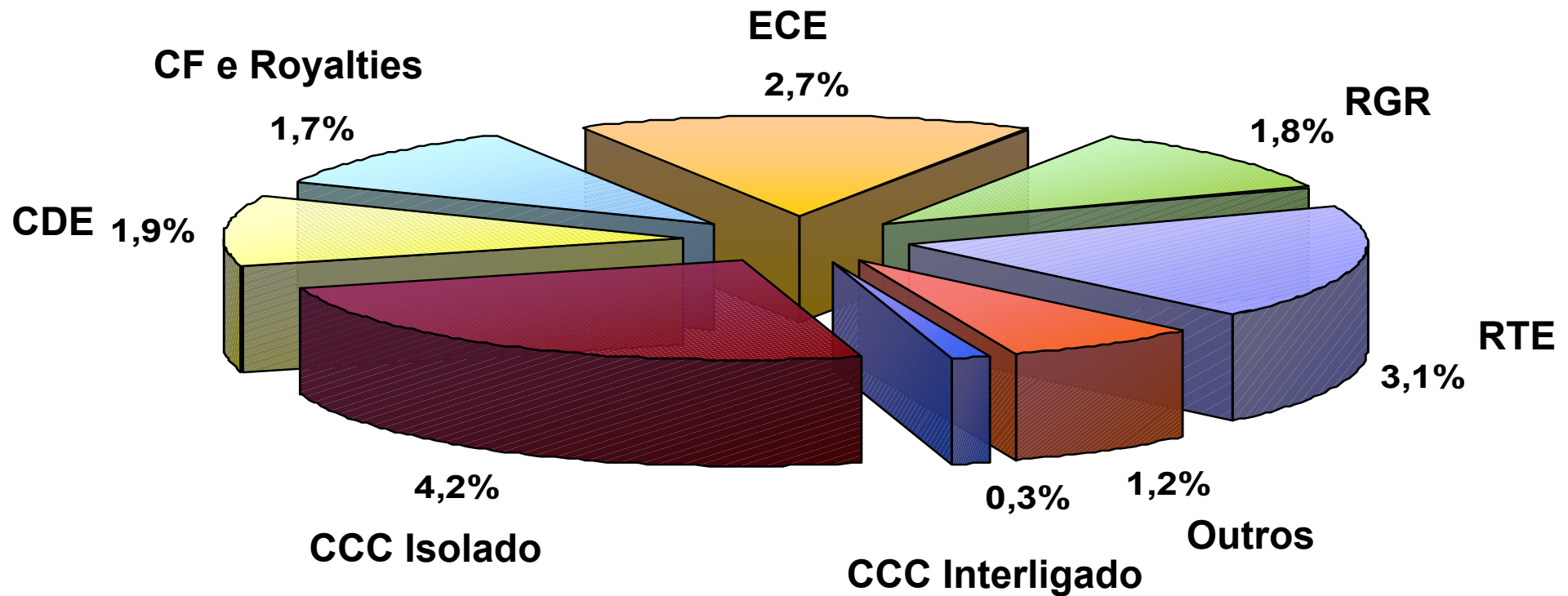
Rio de Janeiro, 07 de junho de 2005¹²²

Tributos e Encargos no Setor Elétrico em 2004



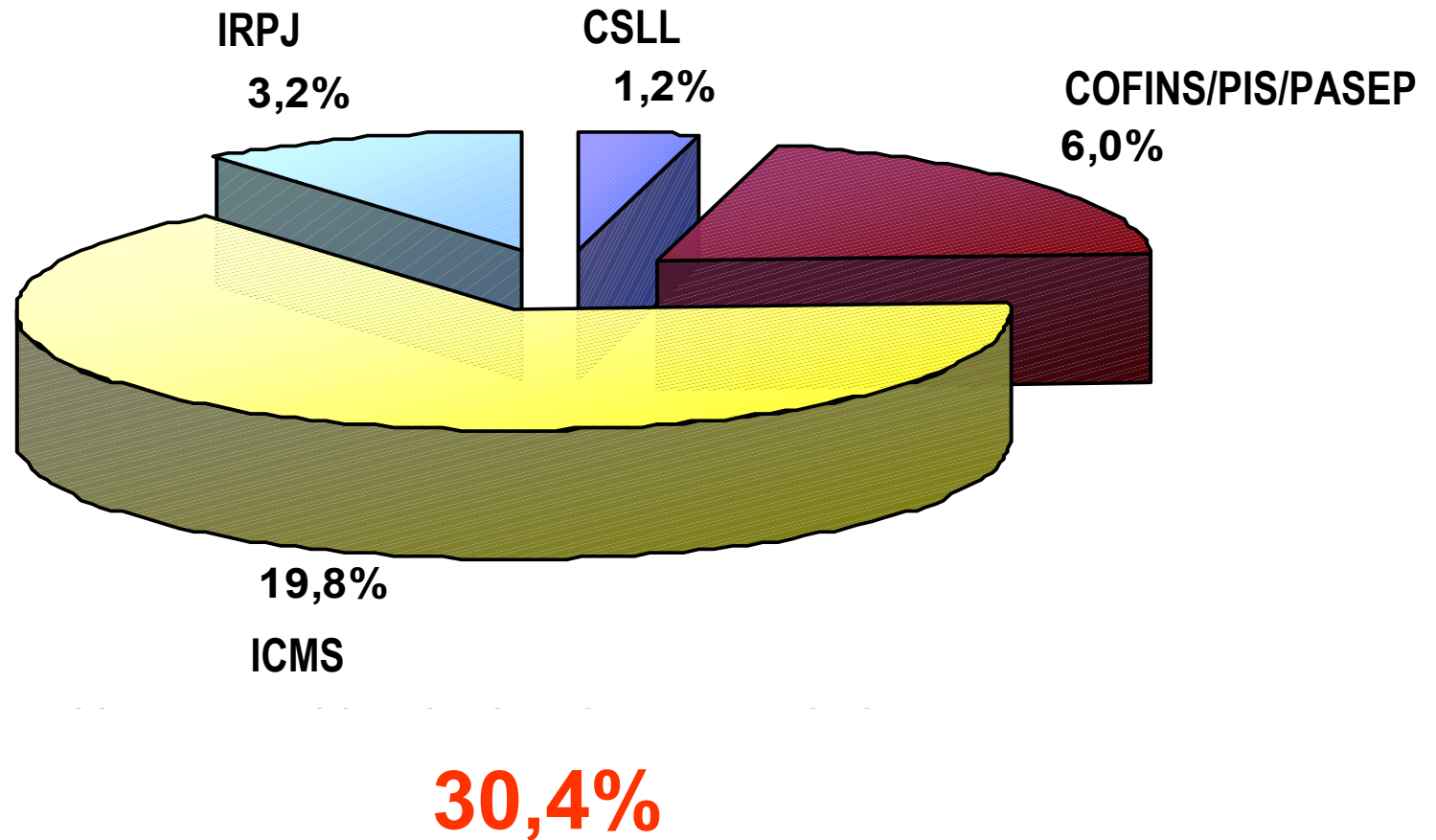
Tributos (27,8%) + Encargos (15,8%) = 47,6%

Peso dos Encargos na Receita Bruta do Setor Elétrico - 2004



16,9%

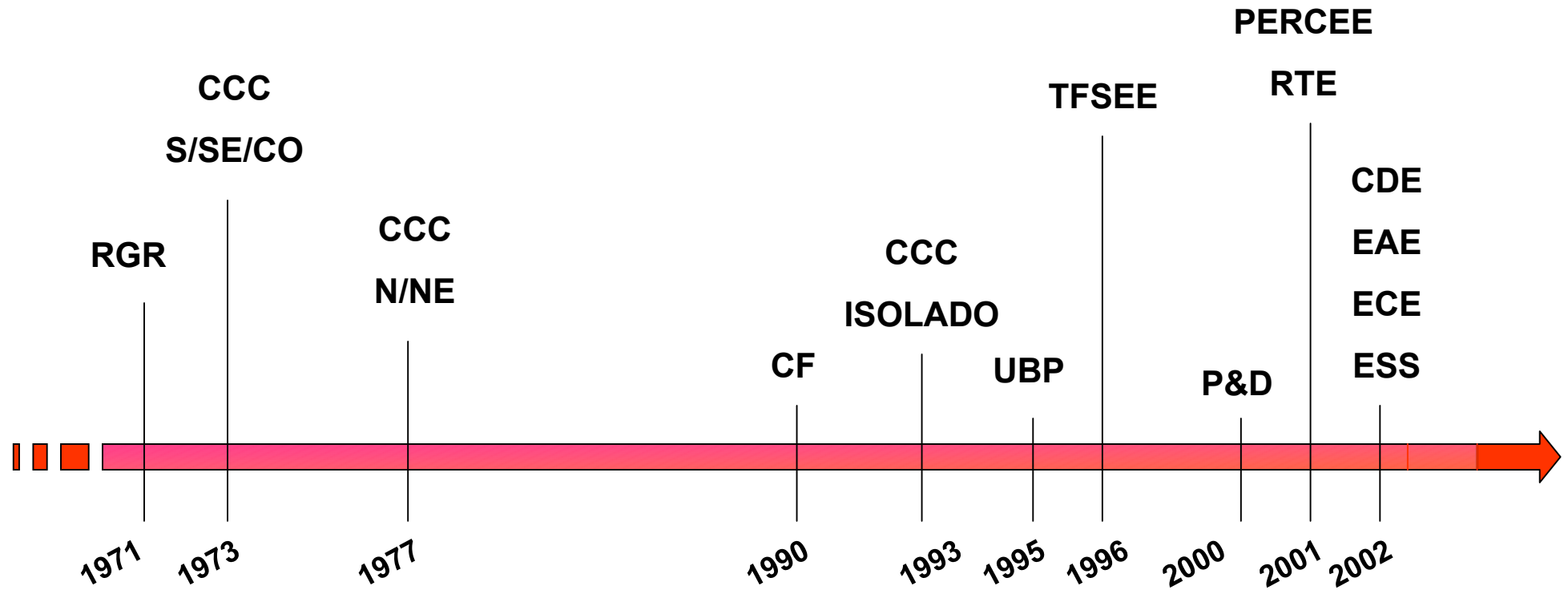
Peso dos Tributos na Receita Bruta do Setor Elétrico - 2004



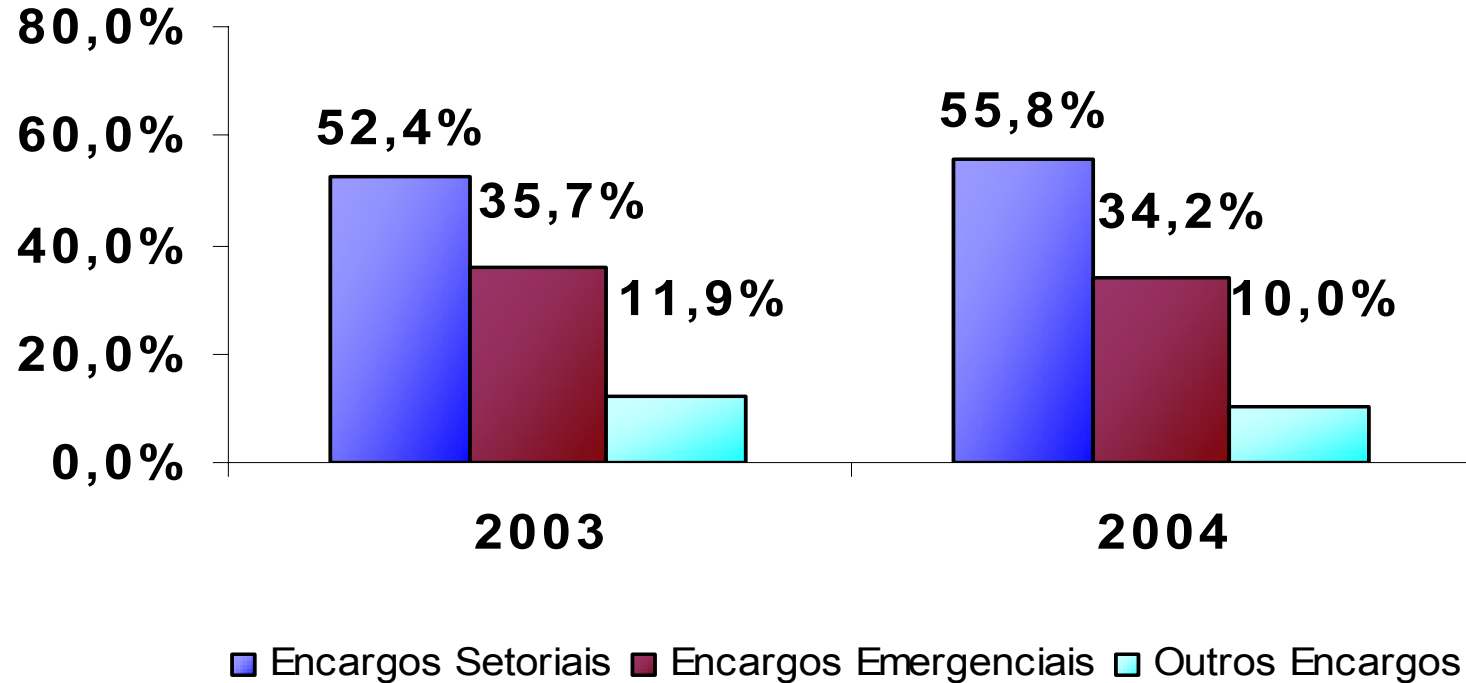
Objetivo dos Encargos

Encargos Setoriais	Encargos Emergenciais	Outros Encargos
CCC	ECE	CF
CDE	EAE	Royalties de Itaipu
P&D	PERCEE	
RGR	RTE	
UBP		
ESS		
TFSEE		

Criação dos Encargos ao Longo do Tempo



Evolução Recente dos Encargos no Setor Elétrico



Vigência do Encargos Atuais

Encargos	Vigência
Reserva Global de Reversão (RGR)	31/12/2010
Compensação Financeira pelo uso dos Recursos Hídricos (CF)	Indeterminada
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC)	31/12/2006 no SIN
Uso do Bem Público (UBP)	Determinado pelos Contratos de Concessão
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	Indeterminada
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	Indeterminada
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (PERCEE)	28/2/2002
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	Maior de 2011 (90% em 2007)
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	2027
Encargo de Aquisição de Energia (EAE)	Enquanto houver custos de energia comprada até 31/12/2005
Encargo de Capacidade Emergencial (ECE)	Enquanto houver custos de energia comprada até 31/12/2005
Encargo do Serviço do Sistema (ESS)	Indeterminada

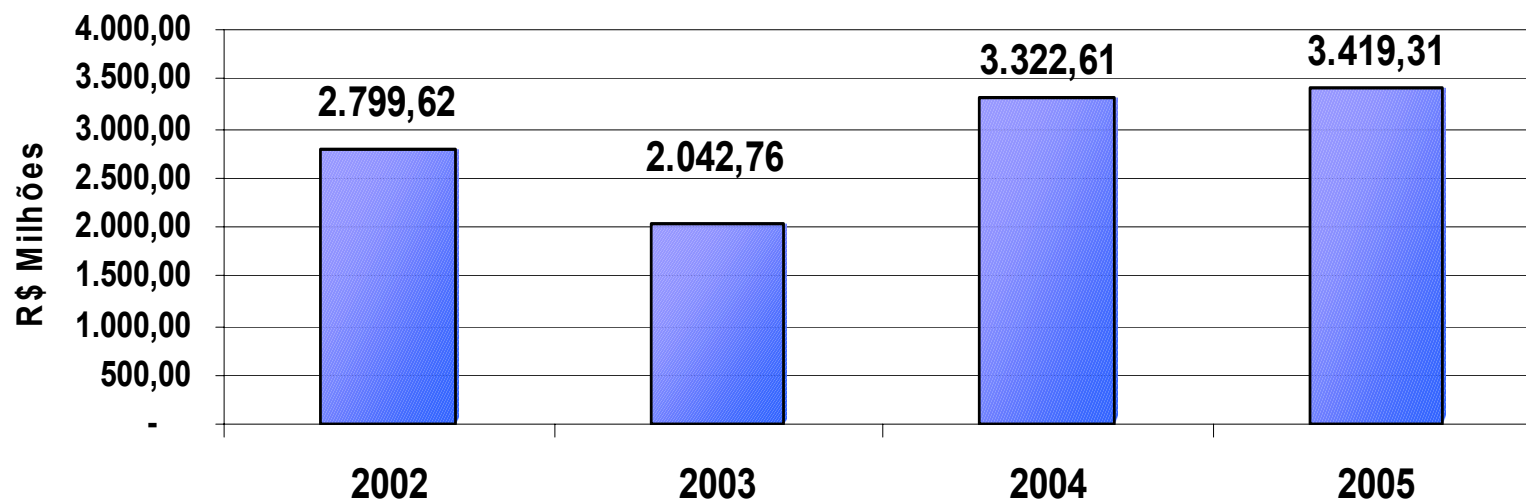
Tributos e Encargos no Setor Elétrico

Valor dos Tributos e Encargos Setoriais	2004	
	mil R\$	Peso na Receita %
Receita Bruta	R\$ 75.307.610,17	100%
Total Tributos	R\$ 22.920.512,00	30,4%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	R\$ 879.801,00	1,2%
COFINS/PIS/PASEP*	R\$ 4.572.402,00	6,1%
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS	R\$ 15.024.145,00	20,0%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	R\$ 2.444.164,00	3,2%
Total Encargos	R\$ 16.169.385,82	21,5%
Conta Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	R\$ 3.322.611,99	4,4%
CCC dos Sistemas Interligados	R\$ 190.194,52	0,3%
CCC dos Sistemas Isolados	R\$ 3.132.417,47	4,2%
Cota de Desenvolvimento Energético - CDE	R\$ 1.455.412,31	1,9%
Compensação Financeira pelo uso dos Recursos Hídricos - CF	R\$ 779.592,46	1,0%
Royalties de Itaipu	R\$ 528.762,90	0,7%
Encargo de Aquisição de Eergia - EAE	R\$ 85.500,00	0,1%
Encargo de Capacidade de Emergencial - ECE	R\$ 2.120.280,00	2,8%
Encago do Serviço do Sistema - ESS	R\$ 135.899,52	0,2%
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	R\$ 463.413,34	0,6%
Reserva Global de Reversão - RGR	R\$ 1.360.400,00	1,8%
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	R\$ 2.374.662,76	3,2%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	R\$ 220.238,55	0,3%

Principais Encargos

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

- **Justificativa:** Viabilizar o aproveitamento de complementaridades entre a geração térmica e hidráulica no SIN e subsidiar o consumo de energia elétrica no Sistema Isolado.
- **Arrecadação:**



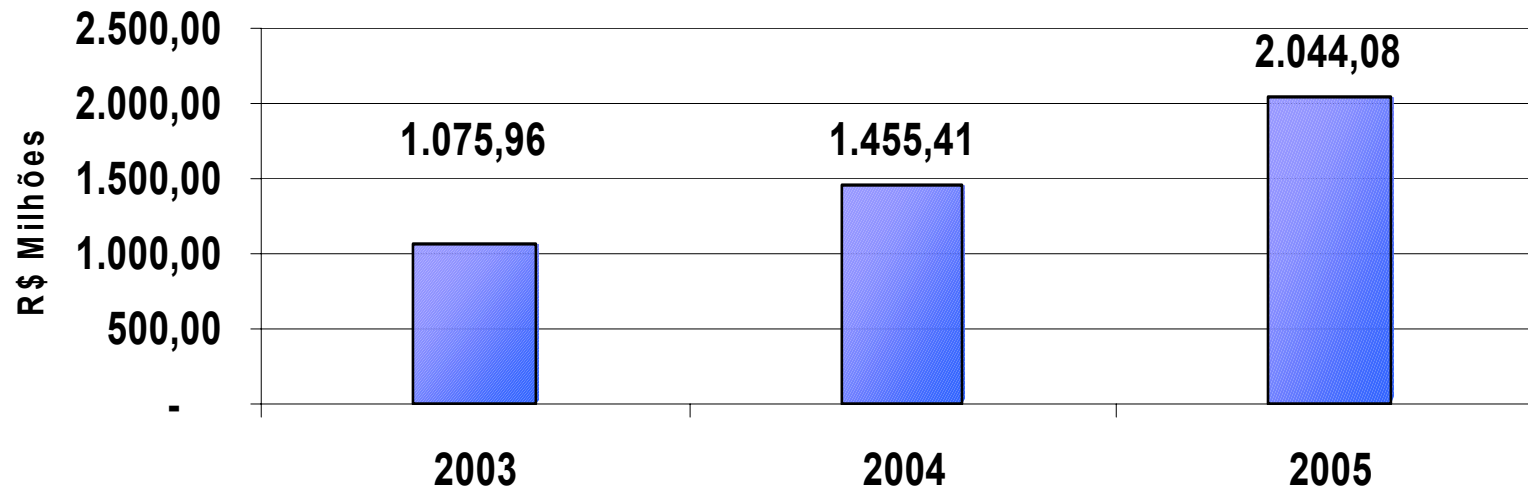
Principais Encargos

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

➤ Justificativas:

- Promover o desenvolvimento energético dos Estados
- Propiciar a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas, gás natural e carvão mineral
- Viabilizar a universalização do serviço de energia elétrica
- Garantir recursos ao subsídio dos consumidores residenciais de baixa renda
- Viabilizar a implantação do transporte de gás natural nos estados onde ainda não exista

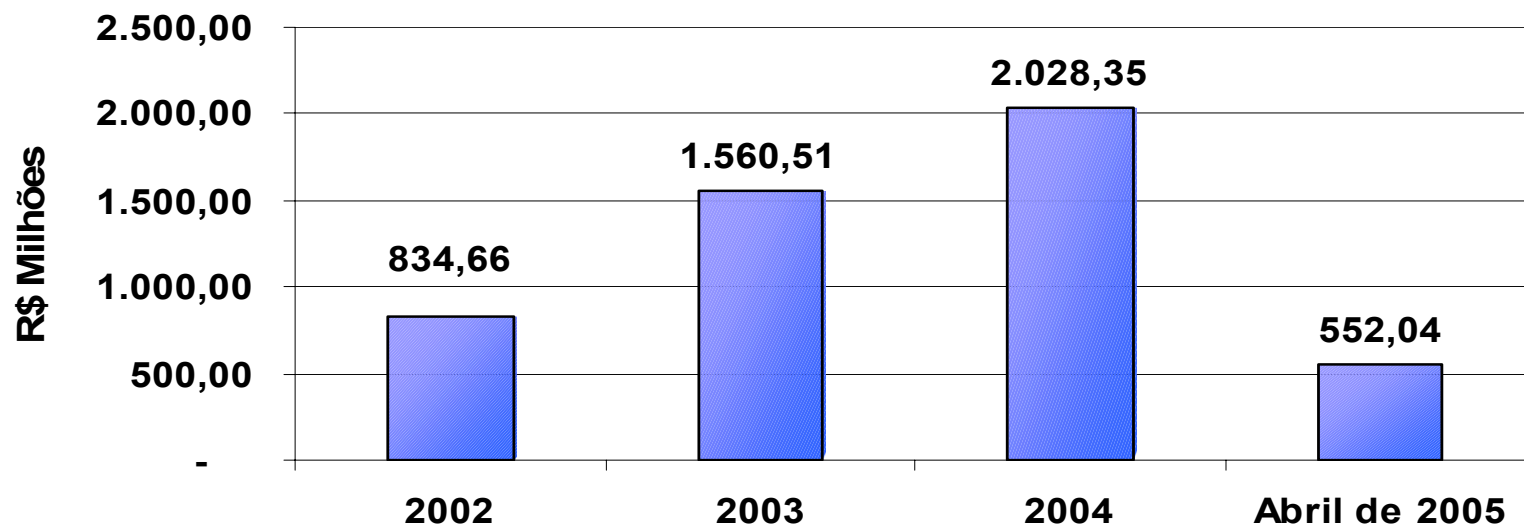
➤ Arrecadação:



Principais Encargos

Encargo de Capacidade Emergencial - ECE

- **Justificativa:** Adicional Tarifário criado para custear a contratação, pela CBEE, de capacidade de geração ou de potência para fins emergenciais no SIN
- **Arrecadação total:** R\$ 4.975,56 milhões



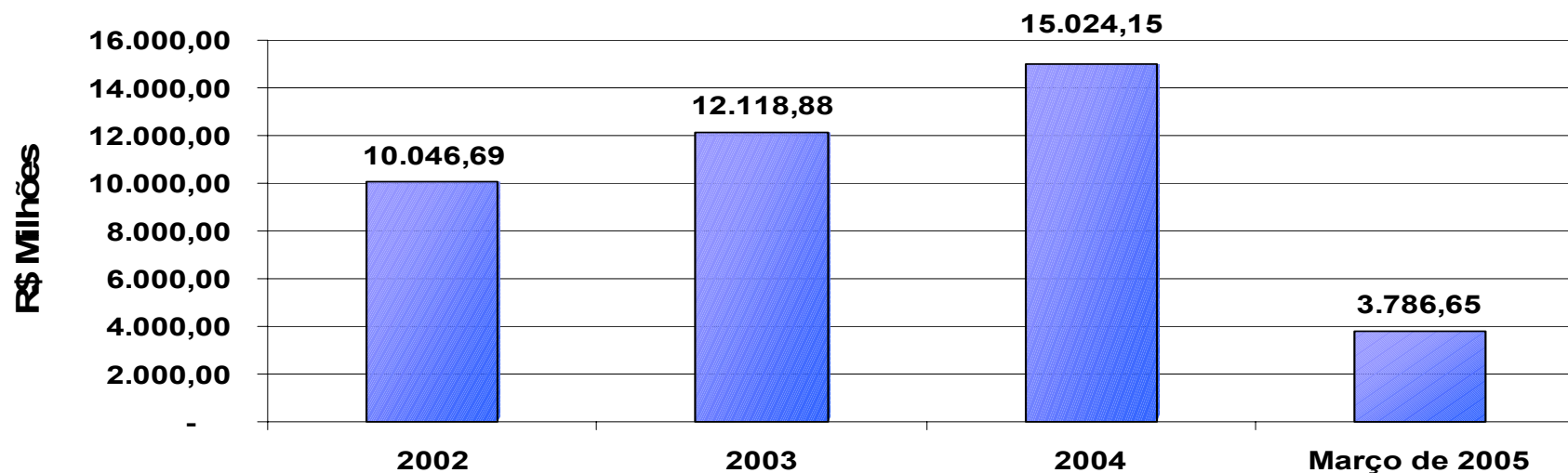
Principais Encargos

Encargo de Serviço do Sistema - ESS

- **Objetivo:** Compensar o intercâmbio de energia entre geradores dadas as diferenças entre suas obrigações contratuais (comercial) e o despacho real do sistema, consideradas as restrições de transmissão (físico).

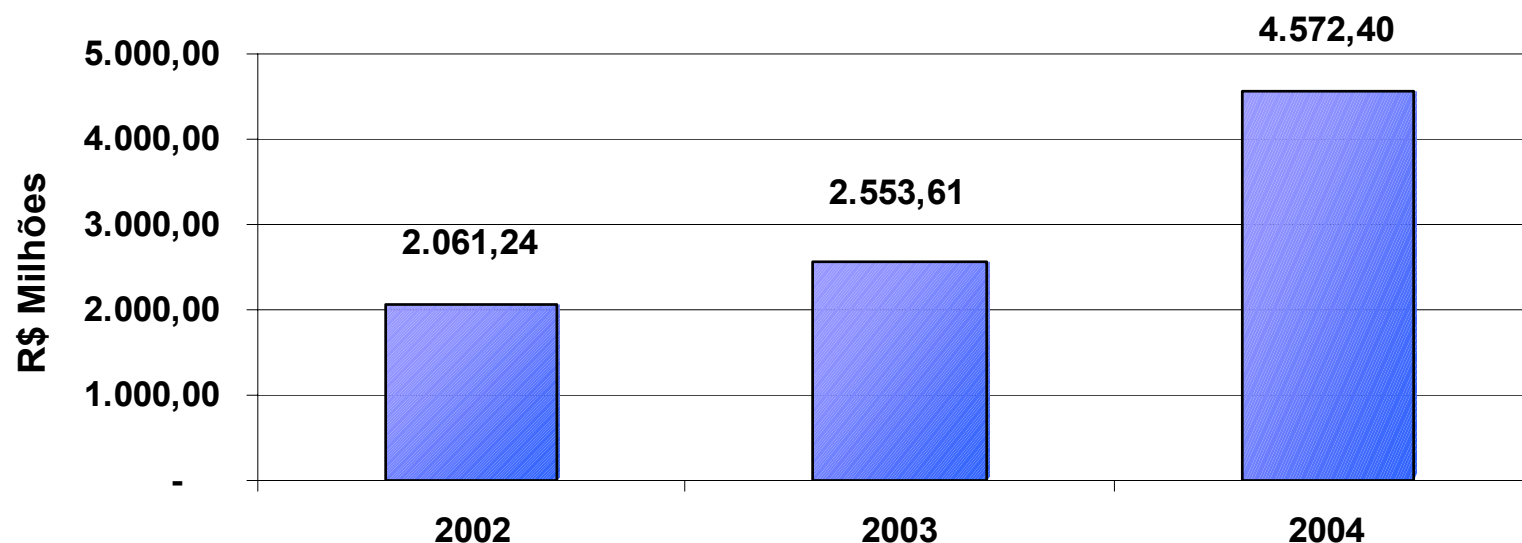
Principais Tributos

Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS



Principais Tributos

COFINS/PIS/PASEP



Conclusão

- **Não existe hoje uma política de elevação sistemática da carga de encargos setoriais**
- **O crescimento dos últimos anos é derivado do modelo setorial anterior e, principalmente, da crise de 2001, cujos efeitos tendem a zero já nos próximos anos**
- **Os encargos destinados às políticas setoriais tem acompanhado o ritmo da receita**
- **Novo Modelo Setorial não criou mais encargos**
- **A retomada do Planejamento de Longo prazo para o setor reduz a necessidade de criar encargos setoriais**

Fórum CBIEE

Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro



Horário	Tema	Palestrantes
08:30		Credenciamento
09:00	Abertura	Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica Jerson Kelman Diretor Geral da ANEEL
10:30		Intervalo
11:00	Painel 2 Visão Fiscal e dos Agentes de Distribuição	Sérgio Bento Sócio - Tax & Legal Services Brazil - Price Waterhouse Coopers Luiz Carlos Guimarães Presidente ABRADDEE
12:00	Painel 3 Geração e Consumo	Mario Menel Presidente da ABIAPE Eduardo Spalding Vice-Presidente da ABRACE
13:00		Almoço
14:30	Painel 4 Visão do Congresso Nacional	Rodolpho Tourinho Senador (PFL-BA) e ex-Ministro de Minas e Energia Eduardo Gomes Deputado Federal (PSDB-TO)
15:30		Intervalo
16:00	Painel 5 Impactos Macroeconômicos e Visão dos Investidores	José Márcio Camargo Sócio da Tendências Consultoria Integrada Mauricio Tolmasquim Presidente da EPE Claudio J. D. Sales Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
17:00		Encerramento

- **Abertura**
- **Encerramento**

Apresentação para Congressistas

Tributos e Encargos no Setor Elétrico

Maio de 2005

ABCE	ABDIB	ABIAPE	ABRACE	ABRACEEL	ABRADEE	ABRAGE	ABRAGEF
ABRAGET	ABRATE	AMCHAM	APINE	APMPE	CBIEE	FIESP	

- **Visão Geral: As distorções geradas pela altíssima carga tributária**
- **Agenda Emergencial**
 - 1. PIS/COFINS**
 - 2. Taxa de Fiscalização da ANEEL**
 - 3. INSS**
 - 4. CCC – Sistema Isolado**
 - 5. ICMS e a Reforma Tributária**

Estudo da Pricewaterhouse Coopers

Quantificação da Carga Tributária Total



Geração

Transmissão

Distribuição



**Carga Tributária
em G = $X\%$**



**Carga Tributária
em T = $Y\%$ (*)**



**Carga Tributária
em D $\approx 40\%$**

Carga Tributária Total = $(X + Y + 40)\%$

- Estudo com apoio de todas as Associações do Setor
- Objetivo: dar transparência à carga tributária em toda a cadeia produtiva do Setor Elétrico Brasileiro (carga total embutida na tarifa final ao consumidor)

O Objetivo Final!!!



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA **RGE** Rio Grande Energia

Rua São Luiz, 77
90620-170 Porto Alegre - RS
C.G.C.: 02.016.438/0001-38 I.E.: 096/263619-3
Nota Fiscal Série Única Nº 1999100579107/EAR20

Dados da Unidade Consumidora
ZÉ NERGIA
123.456.789-01
RUA VEREADOR MÁRIO PEZZI No. 770
PARQUE ENERGIA
CAXIAS DO SUL - RS

Seu Número Conosco
0579107-3

Data de Emissão
06/10/2001

Mês de Faturamento: Outubro 2001 **Data de Apresentação:** 13/10/2001

Informações Técnicas

Tipo de Medição	Nº da Medição	Leitura Anterior em 08/07	Leitura Atual em 08/08	Constante de Multiplicação	Total Medido
Energia Ativa	2213407	38616	39125	1,0	307 kWh

Classificação Tarifária: 01-Residencial

Informações Adicionais
Período entre Leituras (dias): 31
Consumo Médio Diário (kWh): 10,96
Valor do Consumo Diário (R\$): 2,32
Fator de Potência: 1,000
Data Prevista da Próxima leitura: 10/10

Volume Faturado

Descrição	Quantidade	X Tarifa	= Valor (R\$)
Energia Ativa	307 kWh	0,274733	84,95

Histórico de Consumo (kWh)

2001 Out: 307
Set: 407
Ago: 539
Jul: 439
Jun: 476
Mai: 398
Abr: 695
Mar: 364
Fev: 521
Jan: 477
2000 Dez: 384
Nov: 221
Out: 474

Data de Vencimento
23/10/2001

Total a Pagar
R\$84,95

Atenção!
Em nosso cadastro consta débito de R\$ 8,48 com vencimento em 22/07/2001.

ICMS incluído no Total a Pagar
Base de cálculo: R\$ 65,21
Alíquota: 25%
Valor: R\$ 16,36

Autenticação Bancária

RGE **Identificador da Fatura** 0.0579107.01-06/10/2001 7 5 **Data de Vencimento** 23/10/2001 **Total a Pagar** R\$65,21

836900000008 452100890050 791070106103 999910009755

Valido como recibo mediante autenticação bancária.
Comprovante do Cliente
Comprovante da RGE

R\$84,95 com 40%
(Estimativa Conservadora):

- Ger., Transm. e Distr.: R\$50,97
- Impostos e Encargos: R\$33,98
- Total: R\$84,95

R\$84,95 com 13%
(Carga Tributária Mexicana *):

- Ger., Transm. e Distr.: R\$50,97
- Impostos e Encargos: R\$ 7,61
- Total: R\$58,58

(*) Fonte: US EIA – Energy Information Administration (Department of Energy) Energy Prices and Taxes 2002